



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CRISTIANE DO ROCIO KRÜGER

**TECNIFICAÇÃO E AGRONEGÓCIO: O CASO DE
SERTANÓPOLIS/PR.**

CRISTIANE DO ROCIO KRÜGER

**TECNIFICAÇÃO E AGRONEGÓCIO: O CASO DE
SERTANÓPOLIS/PR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Geografia e Meio Ambiente, da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Tomiasi Paulino.

Londrina
2009

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

K94t Krüger, Cristiane do Rocio.
Tecnificação e agronegócio : o caso de Sertanópolis/PR /
Cristiane do Rocio
Krüger. – Londrina, 2009.
150 f. : il.

Orientador: Eliane Tomiasi Paulino.
Dissertação (Geografia e Meio Ambiente) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geo-grafia e Meio Ambiente, 2009.
Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Agricultura e tecnologia

CRISTIANE DO ROCIO KRÜGER

**TECNIFICAÇÃO E AGRONEGÓCIO: O CASO DE
SERTANÓPOLIS/PR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Geografia e Meio Ambiente, da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eliane Tomiasi Paulino
UEL – Londrina-PR

Prof. Dr Antonio Thomaz Júnior
UNESP – SP

Prof. Dr Ricardo Ralish
UEL – Londrina-PR

Londrina, ____ de _____ de ____.

DEDICATÓRIA

A meus Pais, Lilian e Gilberto, que fortaleceram meu caráter e ajudaram a enfrentar as adversidades encontradas no caminho.

A Marlon, amigo e companheiro que incentivou a perseguir meus sonhos e sempre esteve presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Eliane Tomiasi Paulino, que aceitou a tarefa de orientação desta dissertação, concedeu liberdade para condução da pesquisa e contribuiu de forma crítica proporcionando um aprofundamento da reflexão deste estudo. Além do que, incentivou e apoiou todas as fases da pesquisa e demonstrou serenidade mesmo nos momentos mais difíceis.

Fico grata aos professores que me acompanharam durante o curso do mestrado na UEL, dentro os quais merecem destaque a contribuição da Profa. Dra. Tânia Fresca e da Profa. Dra. Ruth Youko Tsumonoto.

A Profa. Dra. Ruth Youko Tsumonoto e a Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello, pela avaliação e contribuição ao trabalho na etapa de qualificação. Ao Prof. Dr Antonio Thomaz Júnior e ao Prof. Dr Ricardo Ralisch por fazerem parte da banca de defesa e pelas contribuições prestadas.

Aos funcionários da UEL, em especial à equipe da secretária de Geociências, e do departamento de pós-graduação, bem como aos centros de pesquisa e extensão visitados e consultados (IPARDES, SEAB, EMATER, IBGE). Aos entrevistados, pela concessão das informações que foram imprescindíveis para a realização deste estudo.

A todos os familiares e colegas pelo apoio e incentivo nesta jornada.

Ao apoio financeiro da CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que subsidiou parte deste estudo.

Finalmente, agradeço a todos que de alguma forma participaram da elaboração deste trabalho.

“O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os
trahadores da agricultura capitalizada vivem cada
vez mais nos espaços urbanos. A indústria se
desenvolve com a criação de pequeno número de
empregos, e o terciário associa formas modernas a
formas primitivas que remuneram mal e não garantem
a ocupação”

Milton Santos (2008a, p.11)

KRÜGER, Cristiane do Rocio. **Tecnificação e agronegócio**: do global ao local. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as mudanças no sistema de produção agrícola resultantes da ampliação da tecnificação e da expansão do agronegócio, bem como a interferência destas na dinâmica econômica de cidades agrícolas, sem perder de vista como as interferências globais causam alterações na produção local de alimentos. No primeiro capítulo foi traçada uma breve explanação sobre as características da agricultura brasileira desde os seus primórdios até alguns aspectos do agronegócio contemporâneo. No segundo capítulo verificou-se algumas particularidades do processo de colonização do estado do Paraná, as alterações no uso do solo resultantes da “Revolução verde”, os reflexos da abertura de mercado na composição das empresas agropecuárias e na produção de alimentos no estado do Paraná. No terceiro capítulo estudou-se os impactos locais da especialização produtiva, tais como as transformações na estrutura fundiária, na produção de alimentos e no mercado de trabalho, sendo destacados alguns desdobramentos da tecnificação e da expansão do agronegócio para o campo e a cidade. A metodologia empregada no estudo constou de estudos bibliográficos associados ao levantamento e análise de dados secundários junto a órgãos oficiais de pesquisa e planejamento, bem como da coleta de dados primários, por meio de entrevistas realizadas com profissionais do setor agropecuário, produtores agrícolas e comerciantes. Concluiu-se que o ordenamento territorial atual foi profundamente influenciado por alguns fatores, a saber: políticas agrícolas, aumento da demanda e de preços das commodities, abertura comercial, concentração de empresas nacionais e internacionais, expansão da produção de exportação em detrimento da produção de alimentos de consumo interno, especialização produtiva do setor agrícola fundada na produção de soja, os quais articulados responderam pelo aumento da concentração da propriedade e do uso do solo, ocasionando novas divisões do trabalho e acirrando os problemas socioeconômicos locais.

Palavras-chave: Agronegócio. Soberania alimentar. Commodities. Exôdo rural. Concentração fundiária.

KRÜGER, Cristiane do Rocio. **Technification and agribusiness: from global to local.** 2009. 150 sheets of paper. Dissertation (Master in Geography, Environment and Development) - State University of Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

This work aimed to study changes in the system of agricultural production resulting from the expansion of the technification and the agribusiness, as well as the interference of the economic dynamics of the agricultural cities, and in food production. We tried to understand how the global interferences cause changes in local food production. In the first chapter there is a short explanation about the characteristics of Brazilian agriculture and aspects of agribusiness, in the second chapter there are some features of the colonization process of the state of Paraná, changes in the use of land because of the green revolution, the reflexes of the opened market in the composition of agricultural enterprises, and in food production in the state of Paraná, in the third chapter it is studied the impacts of local productive specialization such as changes in land structure in the production of food, and labor market, which were highlighted some effects of increased technification and the expansion of agribusiness in the countryside and the city. The methodology used in the study consisted of a survey of secondary data and primary data collected through interviews with professionals in the agricultural sector, farmers and traders. It was concluded that the changes were generated as a result of agricultural policies and the increased demand and prices of commodities, influenced by trade liberalization and the expansion and concentration of national and international companies, encouraging the expansion of the production of agro-export rather of food production for domestic consumption, and resulting in the specialization of the productive agricultural sector and the expansion of soya production, leading to increased concentration of land and soil use, causing new international division of labor is fierce local socioeconomic problems.

Keywords: Agribusiness. nourishing sovereignty. Commodities. Rural exodus. Land concentration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Custo e rentabilidade da soja entre as safras de 2002/2003 e 2007/2008	51
Tabela 2 –	Participação das cooperativas na Produção agropecuária do Paraná - safra 2006/2007	52
Tabela 3 –	Coeficientes técnicos para as culturas de soja e milho, segundo modalidades de plantio e tipo de mão-de-obra.....	121

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Produtos agrícolas, por ordem de participação, produção, valor real.....50
- Quadro 2** – O poder das dez maiores empresas por setores selecionados68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Geográfica de Sertanópolis	93
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Evolução da área ocupada por monoculturas e produtos da policultura.....	24
Gráfico 2	– Evolução da área ocupada por lavouras comerciais e monoculturas.....	25
Gráfico 3	– Número de estabelecimentos de acordo com a forma de uso da terra.....	38
Gráfico 4	– Área utilizada de acordo com a condição do produtor em relação ao uso da terra	39
Gráfico 5	– Área dos estabelecimentos por grupo de área Paraná	40
Gráfico 6	– Número de estabelecimentos por grupo de área Paraná.....	41
Gráfico 7	– Valor dos financiamentos concedidos por instituições financeiras públicas e privadas a produtores e cooperativas de produtores do Paraná	45
Gráfico 8	– Evolução da produção de soja no Paraná entre 2000 e 2006.....	50
Gráfico 9	– Brasil – área das principais culturas agrícolas (1975 a 2005).....	63
Gráfico 10	– Paraná - área das principais culturas agrícolas (1975 a 2005)	64
Gráfico 11	– Evolução demográfica da população Paranaense entre as décadas de 1950 e 2000.....	72
Gráfico 12	– Uso do solo em Sertanópolis no período de 1970 a 2006/96	
Gráfico 13	– Condição do produtor – Sertanópolis.....	98
Gráfico 14	– Situação das Terras entre 1970 e 1996 em Sertanópolis	104
Gráfico 15	– Classificação das propriedades segundo os estratos de área (Hectares)	107
Gráfico 16	– Área das propriedades por agregação segundo a indicação de propriedade.....	108
Gráfico 17	– Número de propriedades segundo os estratos de área (hectares).....	110
Gráfico 18	– Número de propriedades por agregação segundo a indicação de propriedade.....	111
Gráfico 19	– Evolução da área ocupada por monoculturas e produtos da policultura- Sertanópolis.....	112

Gráfico 20 – Evolução da área ocupada por lavouras comerciais e monoculturas - Sertanópolis.....	113
Gráfico 21 – Principais agrícolas cultivados em Sertanópolis	114
Gráfico 22 – Estabelecimentos e tratores – Sertanópolis.....	121
Gráfico 23 – População urbana e rural em Sertanópolis	123
Gráfico 24 – Indicadores de composição de renda em Sertanópolis.....	125
Gráfico 25 – Evolução do emprego formal em Sertanópolis de 2003 a 2006.....	129
Gráfico 26 – Preço de terras agrícolas em Sertanópolis	134
Gráfico 27 – Preço médio da soja em Sertanópolis.....	135
Gráfico 28 – Produto interno bruto de Sertanópolis.....	137

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Fragmento de floresta em Sertanópolis, ano de 1926.....	91
Foto 2 – Uma das primeiras colheitadeiras do Paraná, ano 1961	95
Foto 3 – Foto aérea de Sertanópolis, 2006	102
Foto 4 – Aspectos da paisagem agrária de Sertanópolis	116
Foto 5 – Moinho Lca.....	117
Foto 6 – Moinho globo.....	118
Foto 7 – Foto aérea de Sertanópolis, 2006	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGF	Aquisição do Governo Federal
AGF (COV)	Empréstimo do Governo Federal em suas modalidades como opção de venda
AGF (SOB)	Empréstimo do Governo Federal em suas modalidades sem opção de venda
BACEN	Banco Central do Brasil
CAMAS	Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais
CEASA	Centrais de Abastecimento
CHS	Cenex Harvest State
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
COAGEL	Cooperativa Agroindustrial Coagel em Goioerê
COAMO	Coamo Agroindustrial Cooperativa
COCAMAR	Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá
COFINS	Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
COOPERMIBRA	Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil
COONAGRO	Consórcio Nacional Cooperativo
COROL	Cooperativa agroindustrial de Rolândia
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participações dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
MET	Ministério do Emprego e Trabalho
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
SEAB	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática.
SINDAG	Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AGRICULTURA PARANAENSE	21
2 TERRA, PRODUÇÃO E MERCADO: EXPANSÃO DA TECNIFICAÇÃO E REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	54
3 UM OLHAR SOBRE A ESCALA LOCAL: O MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

Desde o século XVI, a história do Brasil foi marcada por sucessivos ciclos de exploração dos recursos naturais e pela exportação de bens primários. Atualmente, em decorrência da expansão da produção de *commodities*¹ esse processo repete-se, e essa lógica de produção voltada a abastecer o mercado mundial impõe distorções à produção de alimentos de consumo interno nos países periféricos e, paralelamente, oscilações nos preços agrícolas.

O diferencial em relação a períodos anteriores está na rapidez dessas transformações que, de acordo com Santos (2008b), ocorre com uma velocidade jamais vista anteriormente, ressaltando as especializações e aumentando os desequilíbrios socioeconômicos.

O aumento da tecnificação e a expansão geográfica do agronegócio proporcionaram a intensificação de monocultivos e o aumento da dependência do setor agropecuário em relação ao setor industrial e ao sistema financeiro/bancário, favorecendo a expansão do capitalismo no campo. Com isso, a organização do espaço de produção agrícola passou a evidenciar articulações mais profundas entre a escala global e local, gerando flutuações e instabilidade dos preços agrícolas, simultaneamente a processos especulativos profundamente nocivos às economias locais.

Os interesses das elites locais foram favorecidos por aspectos conjunturais correlacionados à lógica mundial de produção de *commodities*. Apoiadas na expansão da globalização e na liberalização do mercado, essas viram aumentados seus rendimentos, parte dos quais oriundos de recursos estatais, via políticas fiscais e creditícias e até mesmo em decorrência dos processos especulativos em escala local e regional.

Se por um lado esse processo favoreceu a constituição e consolidação de hegemonias vinculadas à agricultura, por outro implicou no aumento da pauperização de parcela da população, ao lado da fragilização cada vez mais profunda da soberania alimentar do país.

Os dividendos desse modelo não foram apropriados exclusivamente pelos indivíduos e grupos com atuação interna, mas também pelos países centrais, que ampliaram o mercado consumidor de insumos nos países periféricos em paralelo ao aumento da produção de

¹ Commodities: mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e futuros (OLIVEIRA, 2003, p. 122).

matérias-primas, ou seja, de *commodities*. Em outras palavras, aos países periféricos foi atribuída a tarefa de produzir bens primários a baixo custo, o que favoreceu a especialização do sistema de produção e a sujeição da renda da terra e da mais valia.

Nesse sentido, a produção de alimentos e as desigualdades entre os países centrais e periféricos foram acentuadas, até porque nos primeiros vigoram medidas de recomposição de renda, que têm como uma das metas manter o equilíbrio da economia interna, garantindo a remuneração da atividade agrícola e viabilizando a permanência dos agricultores no campo.

Nos países periféricos o desvirtuamento das políticas agrícolas e a ampliação e concentração das empresas agropecuárias favoreceram prioritariamente a expansão dos produtos de agroexportação e a expansão do capitalismo no campo. O privilegiamento aos agricultores capitalistas e grupos hegemônicos representou, por sua vez, em alguns casos a redução da viabilidade da produção camponesa.

Deste modo, torna-se importante examinar a influência da expansão e concentração das empresas agropecuárias e do poder público na reestruturação do espaço agrário, bem como os impactos sobre a produção de alimentos destinados a abastecer o mercado interno.

O processo descrito manifestou-se com força singular no Estado do Paraná, que passou por intensas transformações em sua estrutura agrária, particularmente a partir da década de 1970. Com a expansão da mecanização, os critérios de acesso e uso do solo foram modificados, resultando a expulsão de parcela dos camponeses que trabalhavam na forma de parceria ou meação.

Isso acarretou um intenso processo migratório tanto dentro das fronteiras internas do estado como para outros estados da federação, trazendo à tona problemas estruturais como a estrutura agrária concentrada, concomitantemente ao acirramento do êxodo rural e ao aumento populacional de médios e grandes centros urbanos.

Logo, a expansão deste modelo de produção atendeu as demandas geradas pelo mercado, favorecendo o processo de industrialização de matérias primas e beneficiou a concentração fundiária; entretanto, minou o desenvolvimento econômico local, razão direta do aumento da dependência por recursos estatais via políticas assistencialistas.

Para Bulhões (2007, p.1) “a história da agricultura paranaense se confunde com a expansão da soja dentro e fora do Estado”, sendo que a importância deste produto ganha destaque em virtude da expressiva expansão de área de plantio e das mudanças que proporciona em relação ao sistema de produção agrícola do Estado.

Dentro deste contexto, este trabalho objetivou verificar as transformações provocadas no campo e na cidade e os reflexos locais do modelo de produção agropecuário tecnificado. Para verificar o grau e a natureza das alterações em escala local, o recorte da pesquisa foi o município de Sertanópolis.

Compreender essas mudanças é necessário, pois na medida em que ocorre a especialização do sistema de produção e a redução da diversificação, aumenta-se a dependência em torno de poucas, senão de uma única variável, como o exemplo do monocultivo de soja. Em outras palavras, a intensificação da utilização de tecnologias e de informações favoreceu o controle por parte de poucas multinacionais, tanto do sistema de produção quanto da comercialização da produção, tornando os preços agrícolas instáveis e o setor agrícola vulnerável.

As hipóteses que nortearam este estudo foram as seguintes:

- O aumento da área de plantio dos produtos que destinam importante parcela de sua produção para a exportação é responsável pela substituição de áreas cultivadas com alimentos destinados a abastecer o mercado interno e coloca em risco a soberania alimentar no Brasil;
- Subsídios e medidas protecionistas adotadas pelos países centrais acarretam em distorções na produção agrícola e redução da rentabilidade dos produtos agrícolas nos países periféricos;
- A repercussão das políticas adotadas pelo Estado nas transformações do sistema de produção agrícola é visível em escala local, sobretudo quando se considera que a mesma está articulada a intervenções não menos intensas, como é o caso das empresas agropecuárias;
- As alterações do sistema agrícola não se restringem ao campo, sendo possível divisar seus efeitos na cidade, sobretudo nas pequenas, cuja dependência com o setor primário é mais pronunciada.

No decorrer da dissertação trabalhou-se com autores cujo pensamento nem sempre converge para pontos comuns, porém em relação a alguns processos os pensamentos se complementam. Por isso optou-se por realizar a análise da interação campo-cidade pelo referencial traçado por Milton Santos e Denise Elias e o debate sobre as mudanças pertinentes

à estrutura agrária e ao campo pautou-se principalmente em Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Eliane Tomiasi Paulino, Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros.

No decorrer da pesquisa, alguns dos pressupostos inicialmente delineados como hipóteses foram redefinidos, à medida que surgiram novas questões e, com elas, novas abordagens, o que inclui referencial teórico, coleta de dados primários e secundários.

A metodologia adotada no trabalho constou de levantamentos bibliográficos associados ao levantamento e análise de dados secundários, obtidos junto a órgãos oficiais de pesquisa e planejamento, bem como da coleta de dados primários, por meio de entrevistas qualitativas realizadas com profissionais do setor agropecuário, produtores agrícolas e comerciantes. Optou-se por omitir a identificação dos entrevistados, sendo utilizado na referência das entrevistas somente as iniciais dos nomes.

No primeiro capítulo o recorte da análise foi o estado do Paraná, aonde objetivou-se verificar a evolução da área ocupada por monoculturas e policultivos, as alterações concernentes à propriedade da terra e ao uso desta e a interferência deste processo na dinâmica populacional e nas empresas do setor agropecuário. Por fim, fez-se um apanhado do modelo de desenvolvimento e das políticas agrícolas adotadas pela União e pelo estado que refletiram na evolução do cultivo de lavouras temporárias, notadamente da soja.

No segundo capítulo foram abordadas as principais características da agricultura brasileira e seus desdobramentos, tendo como foco algumas implicações deste modelo produtivista em termos de impactos socioambientais, em diferentes escalas, em particular nas relações de trabalho.

No terceiro capítulo a análise restringiu-se ao município de Sertanópolis, tendo sido realizado um esforço no sentido de demonstrar a repercussão dos incentivos governamentais no sistema de produção agrícola e o impacto da especialização da produção no desenvolvimento da economia urbana e no município como um todo. O mercado de trabalho e os reflexos sociais da tecnificação e da expansão do agronegócio foram as variáveis estruturantes da análise.

O recorte temporal dessa pesquisa se estende da década de 1970 até a atualidade. Dada a carência de dados, nem todos puderam ser apresentados em séries, razão pela qual se verá argumentações fundadas em diferentes sequências temporais. Com isso, pretendeu-se ampliar as discussões acerca da produção tecnificada e de caráter monocultor, buscando debater os reflexos deste modelo de produção para o país e para os agricultores.

1 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AGRICULTURA PARANAENSE.

As transformações do setor agrícola, no período recente, estão ocasionando inúmeras alterações em relação à forma e ao conteúdo de realização do processo produtivo, intensificando a exclusão de trabalhadores rurais, em consequência do uso progressivo de tecnologias oligopolizadas, as quais oportunizaram a concentração da produção, logo do uso do solo.

No estado do Paraná, constatou-se o aprofundamento da especialização do processo produtivo, ora concentrado em poucas espécies vegetais e animais, fator que originou visíveis modificações tanto ambientais quanto sociais.

De acordo com Bulhões (2007), no período entre 1993 e 2003 a área cultivada de soja no Paraná teve uma taxa de crescimento de 5,7% ao ano, ocasionando a substituição de culturas e direcionando a economia paranaense para um processo de especialização.

Após 1990, também se destaca a atuação concentrada de empresas no setor agropecuário, modificando as relações entre produtores rurais, cooperativas e as tais empresas.

A importância do estudo dessas mudanças deve-se ao fato do referido estado desempenhar um papel importante na produção agrícola, abastecendo uma parte do mercado interno brasileiro e, também, em decorrência da importância, para este, das divisas provenientes da agricultura e das exportações agrícolas.

Atualmente, a produção está voltada, principalmente, para o cultivo de lavouras temporárias, tendo parcela da área agricultável destinada à soja e ao milho. Outra cultura que vem ganhando espaço é a cana-de-açúcar, cuja área cultivada passou de 57.990 hectares no ano de 1980, para 538.931 hectares em 2007 (IBGE-PAM).

A expansão da produção de *commodities* tem proporcionado a redução da área de cultivo dos alimentos de consumo interno ou mesmo um deslocamento dela para áreas marginais, que apresentam menor fertilidade e condições menos favoráveis para a mecanização, e ainda para localizações desprivilegiadas em relação ao mercado e às vias de escoamento, o que inclui o deslocamento para outros estados da Federação.

Verificou-se que ocorreu a expansão da área de produção de arroz no Amazonas, em Roraima, Pará, Amapá e Sergipe, já a cultura de feijão apresentou expansão de área no Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins, Pernambuco e Bahia. (IBGE-SIDRA)

O Paraná apresenta grande potencialidade para desenvolver atividades agrícolas, haja vista que:

Existem no Paraná 13.900.000ha aptos à agricultura mecanizada, isto é, com declividade do relevo menor que 20%; 4.300.000 hectares com declividade entre 20% e 45%, nos quais pode ser desenvolvido algum tipo de atividade agrícola, e 400.000ha sob influência fluvial (várzeas), onde, com uma prévia sistematização, poderiam ser desenvolvidas atividades agrícolas específicas, de alta intensidade de uso e rentabilidade. Esses valores correspondem ao potencial de área agrícola do Estado, que equivalem a 93% do território paranaense (IPARDES, 2006, p. 80-81).

Vale ressaltar, que de acordo com a legislação ambiental, é necessário manter sob a forma de reserva legal 20% da área no estado, some-se a esse montante outra parte destinada à área de preservação permanente. Dessa forma, mesmo o Paraná tendo um potencial de 93% da sua área territorial passível de aproveitamento agrícola, esse valor acaba por se reduzir em consonância com a legislação ambiental.

Em conformidade com os preceitos técnicos e econômicos é recomendado o plantio de determinadas espécies vegetais, em função da estrutura do solo, da declividade e do tamanho das propriedades. Em áreas que apresentam maior declividade é recomendado o reflorestamento, o uso com pastagens ou o cultivo de culturas de ciclo permanente, como frutas, também é recomendável a realização de rotação entre cultivos visando reduzir a incidência de pragas e doenças.

Contudo, na prática, o que tem definido a escolha dos produtos a serem cultivados nem sempre são as recomendações técnicas de agrônomos e demais profissionais que eventualmente preconizam o respeito aos recursos naturais e ao equilíbrio ambiental, mas sim os ditames impostos por uma economia de mercado, visando à garantia da rentabilidade dos setores que atuam no agronegócio, conceito que merece um tratamento mais detalhado em vista de sua importância nas reflexões aqui apresentadas.

De acordo com Mendes e Padilha Júnior (2007, p. 49), o agronegócio se divide em cinco principais setores, fornecedores de insumos e bens de produção, a saber: produção agropecuária propriamente dita; processamento e transformação; distribuição e consumo e serviços de apoio.

O agronegócio é um conceito mais abrangente do setor agrícola, em que a produção agropecuária é apenas uma parcela, uma vez que inclui também a aquisição de insumos e equipamentos para a produção, o processamento e a industrialização da produção agropecuária, o transporte, o armazenamento, a distribuição, ou seja, é uma visão da cadeia em sua totalidade, [...] engloba tudo o que tem a ver com a produção agropecuária, com todas as transformações até chegar ao consumidor final (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007, p. ix).

De acordo com Welch e Fernandes, esse conceito foi formulado em 1957:

A primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de Davis e Goldberg, 1957. Para os autores, o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 165).

As demandas do agronegócio tornam os agricultores vulneráveis, pois estes acabam por se integrar ao mercado de *commodities*, tornando-se dependentes da disponibilidade de insumos, de assistência técnica e da comercialização de sua produção. Denotando uma especialização produtiva das regiões, as quais acabam sendo alvo de disputa e controle pelas empresas que intermedeiam o ciclo de produção agrícola, do consumo produtivo à comercialização final.

Apesar da amplitude da lógica produtiva em destaque, não é possível tratar de forma homogênea as regiões e a utilização do solo, nem tampouco a diversidade de produtores rurais vinculados ao agronegócio; há lógicas de produção distintas, dentre os quais se pode citar os camponeses e os empresários agrícolas. Ambos acabam por se inserir na produção de *commodities*, porém os empresários agrícolas contam com facilidades que lhes conferem vantagens em relação aos camponeses. Além da escala da produção oportunizada pela quantidade de terra disponível, os incentivos governamentais e a adoção de novas tecnologias prioritariamente são sorvidos por tal grupo, fator que aprofunda as diferenças destes em relação à agricultura camponesa.

A inserção dessa na produção de *commodities*, por vezes, permite combinar a atividade comercial com a venda e troca de serviços, estratégias utilizadas para viabilizar a permanência dos camponeses na cadeia de produção.

Em outras palavras, tanto camponeses quanto empresários agrícolas estão inseridos na produção de *commodities*, porém esses agentes relacionam-se de forma distinta no interior da cadeia do agronegócio e das próprias políticas de Estado, cujas intervenções invariavelmente acabam por beneficiar os empresários agrícolas.

O domínio dos setores do agronegócio por oligopólios e a abertura de mercado direcionou o setor produtivo. No Paraná tem chamado atenção a diminuição das áreas de policultivos e a expansão de produtos que têm forte participação no mercado externo, e que são destinados à industrialização (gráfico 01).

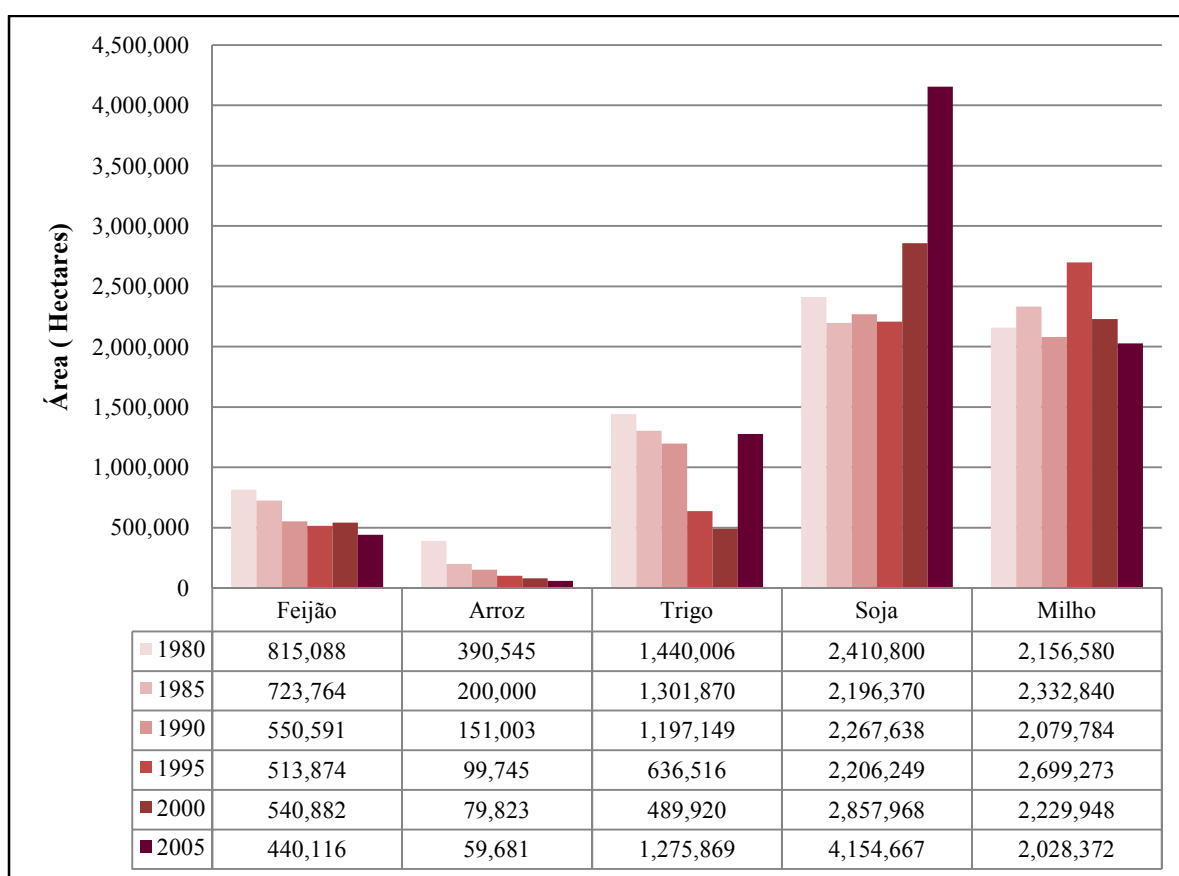


Gráfico 1 – Evolução da área ocupada por Monoculturas e produtos da Policultura
Fonte: IBGE (Sidra)

Conforme pode ser visualizado no gráfico 01, a redução da área de produção de feijão entre o ano de 1980 e 2005 foi de 374.972 hectares (46%), a de arroz de 330.864 hectares (84,71%), o milho deixou de ser cultivado em 128.208 hectares (6%), e o trigo em 164.137 hectares (11,39%), no entanto, houve uma ampliação da área de produção de soja de 1.743.867 hectares (72%).

Nesse período, no estado do Paraná, houve uma redução na área de produção de alimentos de consumo interno e a ampliação da área destinada ao cultivo da soja. A redução de culturas permanentes também foi averiguada no período, resultando na diminuição da oferta de trabalhos, culturas como algodão e o café junto apresentaram uma redução de 808.471 hectares, ou seja, um recuo de 83% da área cultivada (gráfico 02).

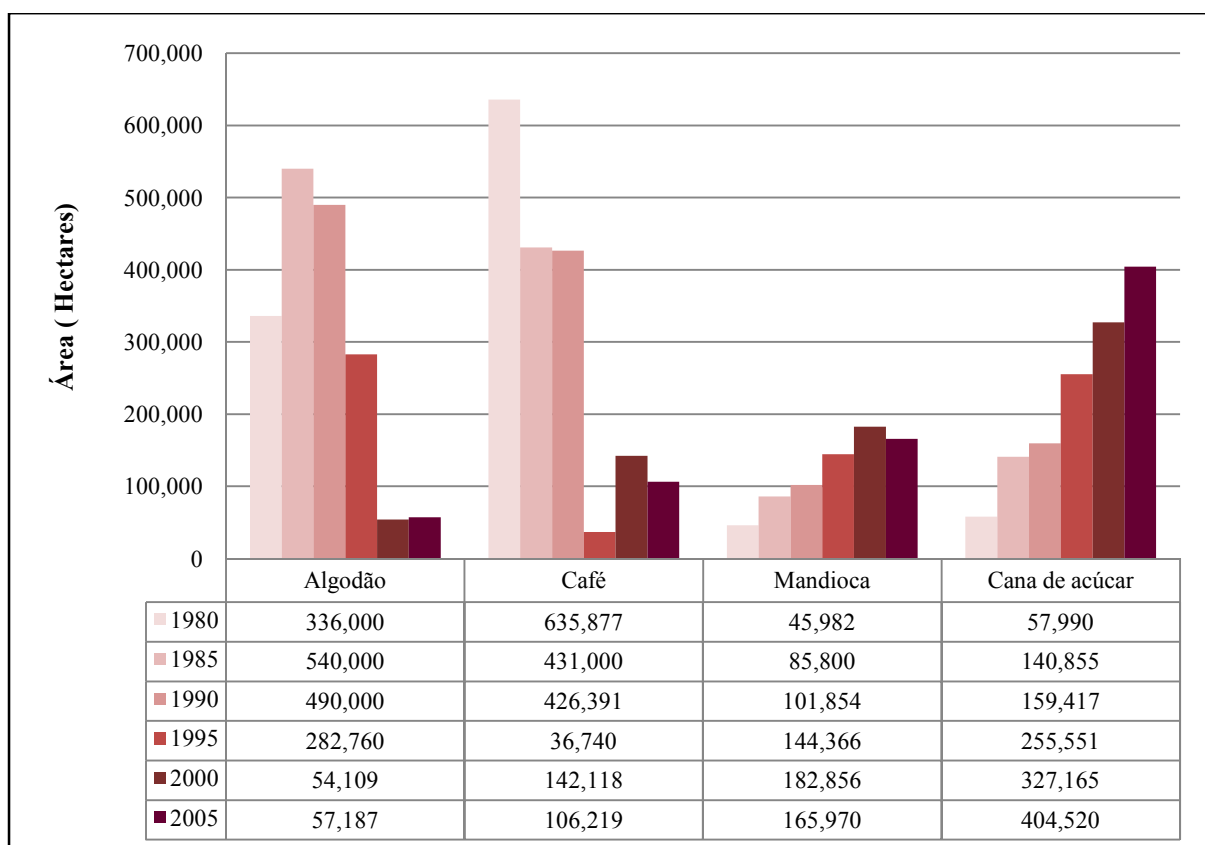


Gráfico 2 – Evolução da área ocupada por lavouras Comerciais e Monoculturas

Fonte: IBGE.

A cana-de-açúcar apresentou um acréscimo de 346.51 hectares (597%), a mandioca ampliou sua área de cultivo em 119.988 hectares (261%), foi a partir de 1995, que o ritmo dessa expansão se intensificou, ou seja, a alteração na quantidade de área destinada a cada cultura está intrinsecamente ligada a mudanças no mercado. O aumento da demanda pela cultura da cana-de-açúcar foi causado, devido aos incentivos governamentais que fomentaram a expansão do cultivo desta cultura visando a substituição do petróleo e em parte, pelo aumento do uso de álcool, já a cultura de mandioca teve uma expansão da área de produção para atender à demanda industrial.

O cultivo de algodão e de café apresentou um deslocamento para outros estados, o algodão, por exemplo, aumentou sua produção no Mato Grosso passando de 43.422 hectares cultivados em 1990, para 483.525 hectares em 2005², cabe ressaltar que a produção no centro-oeste é realizada de forma mecanizada. No mesmo período o Paraná tinha 490.099 hectares e passou para 57.187, sendo que a forma de manejo da cultura era manual e as áreas cultivadas eram menores.

Tais modificações permitem afirmar que tal forma de produção agrícola voltada à produção de *commodities* torna a paisagem mais homogênea e interfere com maior intensidade na estrutura social, concentrando riquezas e poder, favorecendo grupos hegemônicos.

A expansão da mecanização e o aumento do plantio de soja causaram a redução de ofertas de empregos, sendo que as vagas ofertadas por essas culturas, em sua grande maioria, são temporárias, resultando na redução de desenvolvimento rural nos locais onde sua produção é intensificada. Tudo isso combinado com o aumento da concentração fundiária, com a valorização das terras agrícolas, com o aumento da migração populacional e expansão da taxas de urbanização.

As políticas agrícolas adotadas pelo Estado, que incluem o apoio à expansão de cooperativas, contribuíram para a expansão da produção das *commodities*, favorecendo o processo de substituição dos cultivos tradicionais e limitando a produção de inúmeros produtos alimentares. A falta de assistência técnica e de amparo à comercialização, por parte do Estado, também favoreceram a especialização produtiva.

Para Fajardo (2008, p. 39), “as cooperativas agropecuárias surgem como uma das formas alternativas à inserção da modernização tecnológica no campo”. Nas cooperativas, a participação de pequenos e médios produtores com áreas de até 50 hectares é expressiva, representando 77% dos 110.789 cooperados, cerca de um terço dos produtores paranaenses são associados a cooperativas, as quais representam 54% de toda a capacidade de estocagem do Paraná (OCEPAR, 2007, p. 12).

Apesar da representatividade numérica de pequenos e médios produtores vinculados a cooperativas, o mesmo não ocorre em relação a extensão de terras cultivadas, pois em termos quantitativos a área cultivada por médios e grandes produtores é superior e grande parte desses produtores não estão vinculados ao sistema cooperativista.

² Dados do IBGE- PAM.

O cultivo de *commodities* (soja) em escala, na maioria das safras, tem proporcionado a obtenção de lucratividade média, na pior das hipóteses, fator que favorece a ampliação das áreas individuais de produção, promovendo a substituição de áreas utilizadas com outros produtos alimentares de menor valor de mercado. Esse processo se dá no bojo do aumento do preço de terras, o que muitas vezes acaba por inviabilizar economicamente a policultura, fator que justifica a redução das áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos.

Mas não é somente o preço de comercialização que interfere na expansão da produção: a forma como a estrutura fundiária está organizada, as políticas agrícolas, a divisão territorial do trabalho e até mesmo as características físicas e químicas do solo vão interferir, com diferentes graus de intensidade, nas transformações realizadas nos sistemas produtivos, que necessariamente repercutem nos arranjos territoriais. Daí a necessidade de resgatarmos condicionantes pretéritas desse processo.

A divisão da terra influenciou no povoamento do estado e no desenvolvimento da agricultura e da economia. Ademais, conforme os relatos de Paulino (2003); Serra (1995); Braghetto (1996) e Padis (2006), a própria destinação de terras devolutas em algumas regiões no estado do Paraná ocorreu em função de interesses estrangeiros e da atuação um tanto duvidosa do governo, interferindo na configuração do território, via possibilidades de distribuição de renda, riqueza e poder.

Historicamente, no Paraná, houve o predomínio de latifúndios, em que os supostos concessionários das sesmarias valeram-se, por longo tempo, para exploração de erva-mate e para comercialização de madeira, conforme afirma Paulino (2003).

Padis (apud PAULINO, 2003) relata que a primeira carta de sesmaria, do atual território paranaense, foi concedida em 01/06/1614 na região de Paranaguá. Segundo os autores, passou a existir uma crescente ocupação devido à descoberta de ouro de lavagem neste local, porém em função do esgotamento de reservas auríferas e do deslocamento do eixo minerador para Cuiabá e Minas Gerais, essa região foi transformada em zona de criação, servindo então para fornecer carnes para as novas áreas mineradoras.

No Paraná, em relação à estrutura fundiária, as maiores alterações ocorreram após a Proclamação da República. De acordo com Paulino (2003, p.62):

[...] a proclamação da República implicou na transferência de todas as terras devolutas para os Estados (art. 64 da constituição federal de 1891), o Paraná caracterizou-se por políticas e projetos dúbios quanto à ordenação fundiária, sendo que a lei 601 de 1850 somente foi regulamentada através da lei Estadual n. 68, de 20 de dezembro de 1892.

Conforme Serra (1995), a organização do espaço agrário paranaense ocorreu em dois estágios, sendo o primeiro antes de 1930. Naquele período, o processo de apropriação irregular de terra, devido a concessões fraudulentas e de grilagem de grandes áreas, possibilitou a formação de uma oligarquia agrária.

Esta relutava em aderir a propósitos impostos pelo Estado quando em dissonância com a lógica oligárquica e latifundista de que o próprio aparelho jurídico-institucional era portador. Isso foi particularmente evidente nos momentos em que se objetivava aumentar a colonização do Paraná, com a intenção de aumentar a arrecadação de impostos.

Segundo Serra (1995), no ano de 1916, a iniciativa privada foi chamada a participar dos projetos de colonização, e conforme a Lei n.º 1.642, as empresas credenciadas como colonizadoras receberam do Estado áreas de até 50 mil hectares destinadas a garantir o estabelecimento de colonos nacionais ou estrangeiros em lotes individuais de 5 a 25 hectares, em média propiciando a divisão fundiária e a ampliação da pequena propriedade.

As empresas colonizadoras obtinham o direito de propriedade e comercialização das terras. De acordo com a Lei n.º 1.615, em seu Art. 1º, “parte do lucro obtido deveria ser aplicada na implantação da infra-estrutura necessária à segurança e à prosperidade do loteamento” (SERRA, 1995, p. 479). Essa lei causou atrasos em relação ao povoamento do estado paranaense, pois as empresas colonizadoras, visando ao aumento da lucratividade decorrente da valorização fundiária, realizaram gradativamente os projetos de colonização.

Essas medidas enfraqueceram a economia do estado perante São Paulo, devido à escassez de população e da reduzida capacidade de geração de recursos estaduais, resultando, conforme Paulino (2003), em mudanças na política estadual de terras após a revolução de 1930. Essas mudanças visaram impedir a formação de novos latifúndios.

Em relação ao processo de colonização, de acordo com Steca e Flores (2002), a região sul foi colonizada predominantemente por imigrantes Europeus, o que contribuiu para a diversificação da lógica de produção e propriedade, limitando o crescimento dos latifúndios, e lançando as bases para o aparecimento de uma classe média rural e urbana:

A presença do imigrante rompeu com o que estava estabelecido na Lei de Terras de 1850, que foi uma vitória política da oligarquia paulista, que queria dificultar a aquisição das terras devolutas por parte dos imigrantes recém chegados. Pela Lei, o acesso à terra só era possível pela sua compra. Assim o imigrante era obrigado a vender sua força de trabalho, garantindo a continuidade do sistema de latifúndio. O imigrante vendeu sua mão-de-obra para a oligarquia, tanto no campo como na cidade, mas também difundiu ofícios como carpinteiro, ferreiro, marceneiro e outros, e revelou-se formador de um grande mercado consumidor onde fizeram-se necessárias inúmeras indústrias tanto na capital quanto no interior (STECA ; FLORES, 2002, p. 38).

De acordo com as autoras citadas anteriormente, em 1917 foi realizada uma greve operária em Curitiba. Os agravantes que propiciaram a formação dessa greve foram além da questão salarial. A economia nacional, naquele momento, estava fragilizada devido à alta inflacionária, em função do déficit público federal, ocasionado em função dos custos para sustentar a política cafeeira, e devido ao encarecimento dos gêneros alimentícios, pois estes estavam sendo desviados do mercado interno para os países Europeus que permaneciam em guerra.

Naquele momento, a conjuntura de vários fatores resultou no enfraquecimento da oligarquia agrária e o estado passou a intervir. Assim, em um primeiro momento, a colonização visou à obtenção de mão-de-obra, via afirmação da pequena propriedade como forma subsidiária de fornecimento de força de trabalho para manter o sistema de latifúndios, em função da abolição da escravatura. E em um segundo momento foi a alternativa para intensificar a produção e a troca de mercadorias conforme os princípios da acumulação ampliada. De acordo com Serra:

Os movimentos expansionistas ocorridos no Paraná antes da década de 30, tendo a colonização em perspectiva, vão marcar-se primeiramente pela transferência da forma pública para a forma particular de apropriação da terra, privilegiando, de um lado a grande propriedade e de outro lado, na condição de grandes proprietários, elementos vinculados a uma reduzida faixa da população, justamente a que melhor se relacionava com o poder político dominante (SERRA, 1995, p. 475).

Por meio de mecanismos jurídicos e do estabelecimento de inúmeras Leis, o governo objetivava regularizar a estrutura fundiária e disciplinar o acesso à terra via mecanismo de compra. Todo esse processo foi conduzido em prol do interesse de determinados grupos hegemônicos, resultando em constantes conflitos na colonização do estado do Paraná.

Em um segundo estágio, devido à crise econômica de 1929, ocorreu um enfraquecimento do poder da oligarquia latifundiária vigente. Nesse momento, o Estado adota novas medidas, tornando as terras concedidas, cujos proprietários não tinham cumprido os acordos firmados, novamente integrantes do patrimônio público.

Depois de retomadas tais terras, o processo de divisão da estrutura fundiária teve como principal agente de mudanças as companhias de colonização, as quais impuseram novo ritmo ao processo de repartição da terra agrícola. O decreto n.º 800, de 8 de agosto de 1931, limitou o preço de comercialização das terras, com o objetivo de conter a especulação no preço destas, permitindo a regularização da quantia máxima de posse de 200 hectares por pessoa, além de estabelecer que as terras consideradas devolutas “só poderiam ser adquiridas a título de compra, pelos que nelas se comprometessem a morar e estabelecer cultura efetiva”(SERRA, 1995, p. 483).

Em relação ao segundo momento da colonização, foi dada maior importância ao povoamento e ao favorecimento da organização do espaço com infraestrutura para viabilizar o desenvolvimento capitalista. Esse período foi beneficiado pela expansão da cultura de café na região norte paranaense.

Como não existiam restrições de cultivo no território paranaense e este possuía características de clima semelhantes a São Paulo e solos de alta fertilidade, atrativos não faltavam para cativar muitos colonos imigrantes de outros estados, propiciando a venda de lotes e a colonização:

Um dos empreendimentos imobiliários realizados com sucesso na região Norte, seguindo a marcha do café, foi o desenvolvido pela Companhia de Terras Norte do Paraná. O loteamento revestiu-se de importância, de um lado pela extensão da área envolvida (515 mil alqueires paulistas, o equivalente a mais de um milhão e trezentos mil hectares) de outro pelo seu significado no processo de repartição da terra no Paraná, no período posterior a 1930, no que se refere às estratégias adotadas pela empresa colonizadora (SERRA, 1995, p. 484).

Conforme observa Serra (1995), esse loteamento confunde-se com interesses do capital inglês e com interesses políticos ingleses em países periféricos. Os interesses, por parte do governo brasileiro, referem-se à experiência da colonização estrangeira e ao capital financeiro inglês:

No que se refere aos interesses ligados ao capital financeiro estes vão se manifestar, ao longo do processo histórico, logo após a primeira guerra mundial quando grupos econômicos britânicos, tendo a indústria têxtil local em ascensão e o fornecimento de matérias-primas por parte das colônias da África em recesso, resolvem expandir as plantações de algodão em outras regiões do terceiro mundo (países periféricos), aparecendo o Brasil como alternativa, levando em conta suas condições em termos de clima, solo, e principalmente em termos e disponibilidade de extensas áreas desocupadas que poderiam ser adquiridas a baixos preços (SERRA, 1995, p. 485).

De acordo com Padis (2006), o governo inglês enviou Lord Lovat, um emissário, para verificar os recursos naturais do norte paranaense. Este, por sua vez, adquiriu duas glebas de terra para realizar o plantio de algodão. Contudo, esse empreendimento não obteve sucesso e, para tentar reaver os investimentos que haviam sido realizados, a companhia criada pelo emissário mudou o plano inicial e foi direcionada para um projeto imobiliário. O projeto de colonização do norte do Paraná surgiu devido a um jogo de interesses envolvendo a Inglaterra e o governo brasileiro. O sucesso da colonização da Companhia de Terras do Norte do Paraná ocorreu, em grande parte, em decorrência da marcha do café:

O visível sucesso do empreendimento levado a efeito pela companhia de terras do Norte do Paraná induzia, já no fim da década dos anos trinta, o governo do Estado, proprietário de grandes terras devolutas ou de antigas concessões anuladas e que haviam voltado ao seu patrimônio, por ato do governo emergido da Revolução de 30, a encetar um programa de colonização de muitas dessas áreas na região norte do Paraná (PADIS, 2006, p. 149).

As transformações, pelas quais passou o estado paranaense foram influenciadas desde princípio por interesses e demandas externas e o crescimento da agricultura esteve intrinsecamente ligado a culturas de exportação.

Todo esse processo resultou em um povoamento tardio do estado paranaense, haja vista o “desinteresse na comercialização imediata das glebas, a título de valorização”, por parte das empresas colonizadoras e de grandes latifundiários. A partir de 1930 essa configuração começou a se alterar (PAULINO, 2003, p. 63).

De acordo com Lianello (1984) por volta da década de 1930, é que a agricultura expandiu-se como atividade predominante e basicamente na parte norte e oeste do Paraná, nos moldes de uma economia periférica, com o impulso de suprir necessidades de matérias primas e de produtos tropicais do mercado externo.

A população do estado aumentou rapidamente. De acordo com Padis (2006), em 1940, a população concentrava-se na região norte (340.449 habitantes). Isso correspondia a 27,5 por cento do total da população do estado. Em questão de uma década, essa população passou para 1.029.025 habitantes, chegando a representar 48,6 por cento do total do estado.

Cabe ressaltar que a maioria dessa população não chegou a participar do processo de colonização na condição de proprietária de terras, mas migrou para o Paraná para trabalhar na agricultura sob o regime de parceria, ou seja, a forma de trabalho não era assalariada, os parceiros³ participavam com a força do seu trabalho enquanto os proprietários cediam suas terras para o cultivo, sendo estabelecida uma cota parte da produção como forma de pagamento para os parceiros.

No norte do Paraná, o início do povoamento foi intenso e o cultivo de cafezais foi o fator que propiciou a ocupação de parte do território paranaense, principalmente nessa região, sendo que “foi responsável por um intenso fluxo de migrantes, o Paraná acolheu, entre 1940 e 1965, aproximadamente 2.744.000 migrantes” (IPARDES, 2006, p. 23).

Por essas razões, pode-se afirmar que o Norte Novo teve uma colonização dirigida⁴. O governo visava, com a colonização, aumentar a arrecadação de impostos provenientes das atividades econômicas oportunizadas pela utilização produtiva das terras. Dessa maneira, parte dos lotes foi regularizada, prevalecendo os lotes com área de 30 hectares, embora não tenham sido poucas as propriedades menores de 10 hectares (STECA; FLORES, 2002).

A região sul foi colonizada por imigrantes europeus e na região oeste a divisão das terras foi prioritariamente direcionada para o pequeno produtor e voltada para colonos gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes alemães e italianos (STECA; FLORES, 2002).

No Norte Novíssimo existiam caboclos, e colonos que imigraram de outras colônias e instalaram-se ali, sendo esta uma ocupação mais recente a população que se dirigiu para a região tinha duas procedências: do norte (frente da cafeicultura) (antigos, meeiros arrendatários e ocupantes das propriedades do norte que foram expulsos devido à decadência da cultura cafeeira e a introdução do plantio de culturas temporárias) e do sul (safristas, descendentes de imigrantes europeus) (STECA; FLORES, 2002, p. 165). De acordo com as

³ Parceiro- pessoa diretamente subordinada ao responsável, que executa tarefas mediante recebimento de uma parte da produção.

⁴ Colonização dirigida, isto é, realizada por empresas ou pelo poder público, cujo planejamento atende a vinda de colonos e onde as terras são divididas e organizados eficientes meios de comunicação e transporte, pois seu objetivo é a venda das terras e o povoamento (STECA; FLORES, 2002, p. 138).

autoras, nessa região, ocorreu o estímulo à colonização por parte do governo em função da Marcha para o oeste, que foi um movimento para ocupar os supostos vazios geográficos do território nacional, já que as populações indígenas não entravam no cômputo do estado e da lógica capitalista de produzir.

Como pode ser observado, o contexto da colonização e os agentes envolvidos foram provenientes de momentos históricos distintos e os reflexos da colonização puderam ser sentidos em diversas regiões. Sendo assim, cabe um exemplo das transformações na estrutura fundiária do extremo oeste e sudoeste paranaense, de acordo com a pesquisa realizada por Brephol (1982):

- Ocorreu a redução de metade das grandes propriedades (de 1.000 a 10.000ha) entre 1950 a 1970.
- Os latifúndios (de 10.000ha para mais) reduziram em 1970 seu contingente a um terço do verificado em 1950.
- No período posterior a 1970, retornou a tendência de concentração (em consequência do período da tecnificação agrícola).

Em relação à forma de realização das vendas de terras, entre 1960 a 1969, 49,2% foram negociadas diretamente pelo setor público nesta região. Os negócios realizaram-se na capital do estado, para agricultores que já eram residentes no Paraná. No período de 1970 a 1980, o setor público restringiu significativamente sua participação na comercialização de propriedades, a qual passou para 0,6% de acordo com a pesquisa de Brephol (1982), e, ainda naquele período, ocorreu o aumento do volume de negócios entre pessoas físicas, e do preço das propriedades.

Em relação à população do estado paranaense, de acordo com Raggio (1985), até a década de 1970, o Paraná recebeu imigrantes. Após, ocorreu uma redução de população devido a correntes migratórias direcionadas para outras fronteiras agrícolas, em virtude da exclusão de muitos Parceiros e meeiros como reflexo da expansão da tecnificação no sistema de produção agrícola paranaense.

O Paraná, num primeiro momento, foi responsável pela atração de imigrantes que vieram em busca de oportunidades e para trabalhar na agricultura, principalmente, na produção do café, favorecendo o processo de colonização. Esse produto possibilitava que fossem cultivados outros produtos agrícolas, dentre os quais pode se destacar o milho, o feijão

e o arroz que, intercalados à cultura de Café, destinavam-se ao consumo dos colonos, sendo o excedente destinado ao mercado interno. Dessa forma, a produção para exportação do café além de não prejudicar o cultivo dos produtos de consumo interno, ainda favorecia a expansão destes, situação inversa da atual com a expansão da cultura de soja.

O trabalho na agricultura era fundamentado na mão-de-obra e a forma de produção limitava a quantidade de terras cultivadas. Posteriormente, com o emprego da mecanização, foi possível ampliar o cultivo de grandes áreas e, ao mesmo tempo, a exclusão de vários trabalhadores familiares. A mudança do padrão produtivo teve um intenso impacto na estrutura social, pois, parceiros que trabalhavam nos cafezais, não tiveram como se inserir no novo processo produtivo, provocando redução da população rural envolvida com a produção agrícola.

As mudanças tecnológicas, a introdução da mecanização e a troca do cultivo de determinados produtos tiveram um papel importante na redução do número de estabelecimentos agropecuários. No Paraná, até a década de 1970, a agricultura baseava-se principalmente na pequena produção e a inserção dos trabalhadores ocorria em função da forma de utilização da terra, ou seja, os colonos que trabalhavam sob o sistema de parceria, estavam inseridos ao processo de produção:

A expansão produtiva agrícola, acompanhada por intensa tecnificação do processo produtivo - em boa medida relacionada a mecanização das lavouras implicou a readequação do tamanho dos estabelecimentos, acentuando a diferenciação sócio-econômica entre produtores. Isso ocorreu pela concentração da posse da terra, seja pela reincorporação de novas áreas anteriormente ocupadas por arrendatários e parceiros, seja pela incorporação de novas áreas via aquisição (IPARDES, 1987, p. 24).

Conforme Lianello (1984), existia um consenso entre técnicos ligados à agropecuária, pesquisadores e extensionistas de que o processo de transformação pelo qual passou o setor agrícola ocorreu de forma parcial e que a política agrícola marginalizava a pequena produção familiar. O crédito concedido, aos produtores, visava, principalmente, fomentar o cultivo dos produtos destinados à exportação.

A partir da década de 1970, ampliou-se o cooperativismo, o qual passou a ter grande representatividade na economia agrícola paranaense, “sendo que este encontrou forte aporte de linhas de crédito por parte do Governo Federal – Banco do Brasil” (IPARDES, 1985, p.13):

Uma vez capitalizadas, as cooperativas dependeriam das retenções de capital sobre a produção comercializada para amortizarem os financiamentos. Ainda, com os recursos subsidiados para os investimentos fixos, as cooperativas expandiram sua capacidade de prestação de serviço, notadamente o armazenamento, dispondo hoje de uma fabulosa capacidade instalada, construída a baixo custo.

Conforme a Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2004), além do incentivo às cooperativas, outros fatores contribuíram para a expansão da soja, primeiro no Sul do Brasil (anos 1960 e 1970) e, posteriormente, nos Cerrados do Brasil central (anos 1980 e 1990).

Na região Sul foi realizado a concessão de incentivos governamentais, sendo que de acordo com a Embrapa (2004) podemos destacar:

- Os incentivos fiscais disponibilizados aos produtores de trigo, em 1950, 1960 e 1970 beneficiaram igualmente a cultura de soja.
- Incentivos fiscais do governo ofertados tanto para o incremento da produção quanto para o estabelecimento da agroindústria contribuíram para o estabelecimento de um importante parque industrial de processamento de soja.
- A formação de um sistema cooperativista dinâmico e eficiente favoreceu a produção, a industrialização e comercialização dos produtos agrícolas.
- A criação de uma rede de pesquisa de soja envolvendo o poder público federal e estadual, apoiado financeiramente pela indústria privada.
- A melhoria nos sistemas viário, portuário e de comunicações, viabilizando o transporte da produção agrícola.

Vários incentivos favoreceram a expansão da cultura, em 1973 foi criada a Embrapa Soja, sediada em Londrina, que instituiu o programa nacional de pesquisa de soja, criando então um centro de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias:

[A Embrapa Soja] Marca o início da organização do sistema nacional de pesquisa, voltado à produção e difusão de tecnologias para o setor rural. Suas atividades se concentram na área das inovações biológicas, através de técnicas de controle de pragas, novos cultivares, melhoria genética, etc (IPARDES, 1987, p. 12).

Portanto, o Estado criou as condições para o desenvolvimento de tecnologias e para sua implantação, sendo que as cooperativas tiveram uma importância fundamental na transformação agrária pela qual passou o Paraná. De acordo com Bulhões:

As cooperativas ao atuarem nas áreas de assistência técnica, armazenagem, manejo e conservação dos solos, agroindustrialização, fornecedora de crédito e comercialização tornaram-se importantes instrumentos de difusão de tecnologia e crédito rural, sobretudo para os produtores familiares. Além de prestarem todos esses serviços a cooperativa garante a aquisição da produção. Por outro lado, o produtor rural fica vinculado as cooperativas, o que diminui seu grau de liberdade em termos de comercialização de seus produtos e aquisição de insumos (BULHOES, 2007, p. 119).

O Estado atuou fomentando o desenvolvimento das cooperativas agrícolas, e estas por sua vez agregaram pequenos, médios e grandes agricultores e os estimularam a realizar a produção de culturas voltadas principalmente para o processamento, industrialização e para o mercado externo.

De acordo com o Iparades (1985), as cooperativas expandiram seus negócios tendo em vista que encontraram um mercado aberto e promissor, no qual a concorrência não era significativa. As cooperativas promoveram a difusão da venda de produtos e insumos e foram responsáveis pela captação da produção para posteriormente passar à etapa de agroindustrialização. Dessa forma, também atuaram promovendo a especialização produtiva.

À ação das cooperativas juntaram-se órgãos estatais como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), acarretando no aumento da mercantilização, de acordo com Iparades :

A tecnificação do processo produtivo implicou, ainda, uma crescente mercantilização da atividade e do produto agrícola, tanto pela aquisição de bens de produção e de consumo, quanto pela destinação da produção ao mercado. Com isso, a permanência do produtor na atividade passa a depender da sua possibilidade de geração de excedentes na produção e/ ou da sua capacidade de endividamento, via acesso a formas de financiamento da produção, que deveriam lhe permitir repor e atualizar seus meios de produção, garantindo condições de concorrência com os produtos tecnificados. Além disso, a incorporação rentável da nova tecnologia impõe uma determinada escala de produção, exigindo a ampliação da área mínima dos estabelecimentos rurais (IPARDES, 1987, p. 7).

Em conseqüência da expansão da tecnificação, de parques industriais de processamento e dos incentivos governamentais ocorreu o aumento da produção de lavouras

temporárias, principalmente do trinômio soja-milho-trigo e da participação das cooperativas agrícolas no Estado do Paraná: “Em 1979, as cooperativas receberam 43% da soja, 79% do trigo, 11% do café, 18% do algodão, 17% do feijão e 6% do milho produzido no Estado” (IPARDES, 1985, p. 13).

Tudo isso favoreceu a expansão da produção destinada ao mercado externo, além do mais a política cambial transformou “o cambio em mecanismo de reajuste freqüente dos preços dos produtos exportáveis, colocando-os em posição favorável em relação aos produtos de mercado interno, penalizados por tabelamentos e importações em épocas de escassez” (IPARDES, 1987, p. 12).

O modelo de desenvolvimento rural, adotado pelo Estado, voltou-se para a produção de exportação e para o processo de agroindustrialização, em detrimento de políticas internas de abastecimento alimentar. Com isso, assegurou-se a manutenção dos latifúndios, aqui entendidos como grandes propriedades ociosas ou até intensivamente exploradas, porém sem atender aos desígnios da Constituição Federal de 1988, a qual preconiza o cumprimento da função social da propriedade, e que para além dos parâmetros mínimos de produtividade, supõe observância da legislação ambiental, bem como da legislação trabalhista.

Após 1980, continuou a ampliação da área de produção de soja. Estudos de Pereira e Lugnani (1989) apontam que ocorreu uma substituição da área cultivada com produtos de consumo interno, ocasionando a redução da área de cultivo de café, arroz, milho e feijão, algodão, amendoim e mandioca e acréscimo da área cultivada com soja. Para se ter uma idéia da dimensão desse processo, basta considerar que no período de 1979/1980 a 1984/1985, a soja substituiu, no estado, um total de 710.773 ha, sendo que, 271.032 ha foram cedidos pelo café, 138.331 ha pelo arroz, 84.587 ha pelo milho, 81.564 ha pelo feijão, 51.350 pelo algodão, 42.630 ha pelo amendoim e 41.341 ha pela mandioca.

Essa mudança na matriz produtiva implicou em concentração da propriedade da terra e do uso do solo, ou seja, as terras voltaram para o domínio dos proprietários, pois em função do novo sistema de produção e da introdução das mudanças tecnológicas, a força braçal deixou de ser tão necessária quanto antes, dispensando os trabalhadores rurais que estavam inseridos por meio da parceria e do colonato, restabelecendo a concentração do uso do solo e ampliando os conflitos no campo. Na década de 1980, de acordo com Raggio (1985), os jornais noticiaram amplamente a ocorrência de conflitos de terra (gráfico 03).

[...] com o advento da mecanização e da quimificação, pela primeira vez a escala de produção deixou de depender de braços em quantidade, e a maior parte dos camponeses vivendo de forma satelizada à grande produção tornou-se desnecessária, tendo sido rigorosamente expulsa do campo (PAULINO, 2007b, p. 211).

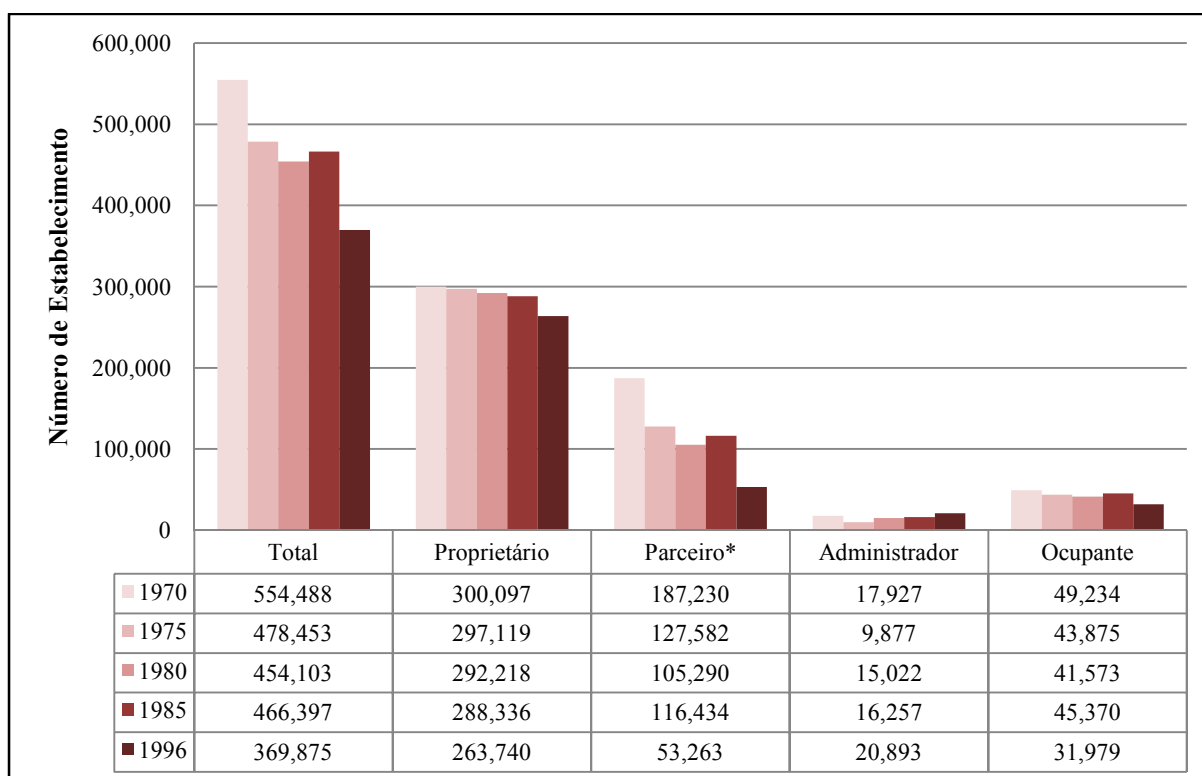


Gráfico 3 – número de estabelecimentos de acordo com a forma de uso da terra.

Fonte: IBGE- SIDRA (2008).

*inclusive- Meeiros.

Entre os anos de 1970 e 1996, ocorreu a redução de 184.613 estabelecimentos agropecuários no Paraná sendo que 133.967, ocupados sob o regime de parceria ou arrendamento⁵.

Em 1970, dos 554.488 estabelecimentos agropecuários, 300.097 (54,12%) eram cultivados pelos proprietários sendo que a área ocupada por essa categoria era de 8.623.650 hectares (58,96%). Entre os anos de 1970 e 1996, houve uma redução de 36.357 estabelecimentos dessa categoria que passou a representar 71,3% do total de estabelecimentos e 9.833.312 hectares (61,66%) da área de produção, demonstrando que a maior parte dos estabelecimentos continua a ser cultivada pelos proprietários e inclusive foi verificado um

⁵ O IBGE Considerou terras Arrendadas (a forma de pagamento realizada em quantia fixa em dinheiro ou cota parte da produção), Terras sob regime de Parceria (a forma de pagamento realizada via parcela da produção obtida, meia, terça, quarta).

acréscimo percentual de participação tanto em número de estabelecimentos, como em área de produção nesta categoria.

Os parceiros e arrendatários cultivavam 1.637.905 hectares (11,2%) da área em 1970, passando para 933.565 (5,8%) no ano de 1996 (gráfico 04).

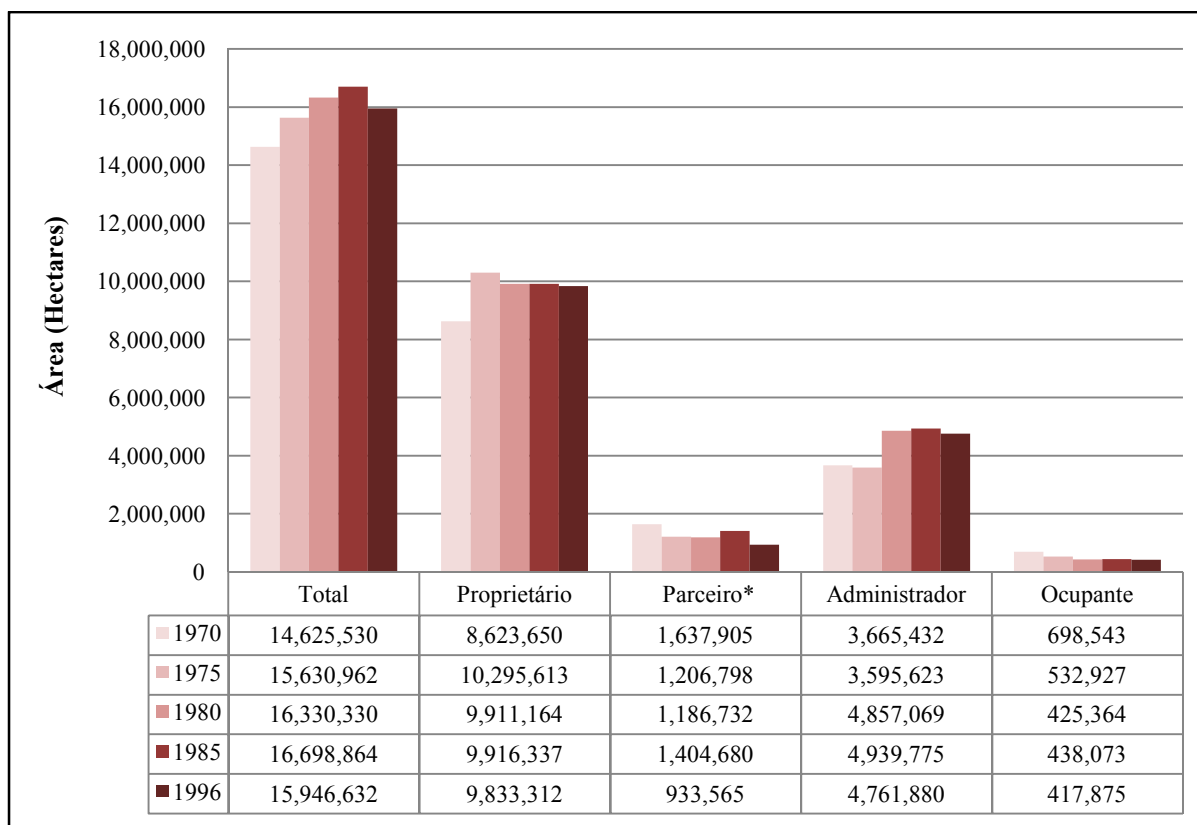


Gráfico 4 – Área utilizada de acordo com a condição do produtor em relação ao uso da terra.
Fonte: IBGE, SIDRA (2008).

De acordo com os dados do IBGE, também foi possível apurar que apesar de ser reduzido o número de estabelecimentos gerenciados por administradores no estado, representando um total de 3,23% em 1970 e 3,49% em 1996, a quantidade de área ocupada por essa categoria apresenta relevância, pois em 1970 este grupo era responsável por 3.665.432 hectares (25,06%) da área total ocupada pelos estabelecimentos e em 1996 a participação dessa categoria passou para 4.761.880 hectares (29,86%) da área.

Em outras palavras, a concentração do uso da terra ocorreu devido à reincorporação de áreas que antes estavam sendo utilizadas sob o regime de parceria e devido à expansão da área de produção, pois a área de produção ampliou 1.321.102 hectares entre 1970 e 1996: “A tecnificação viabilizou as condições para possibilitar a manutenção do latifúndio,

transformando o em empresa capitalista, pauperizou uma parcela dos produtores familiares e capitalizou outra integrando-a na estrutura agroindustrial” (IPARDES, 1987, p. 8).

Em relação à quantidade de área utilizada pelos estabelecimentos agropecuários, constatou-se que houve uma redução de 1.474.364 hectares destinados aos estabelecimentos com menos 100 hectares. A maior redução ocorreu no estrato com menos de 10, hectares representando 782.901 hectares e no estrato entre 10 e 100 hectares no qual foram reduzidos 691.460 hectares. Entretanto houve uma expansão de 2.329.917 hectares da área no estrato entre 100 e 1000 hectares. Ou seja, ocorreu a redução de área nos estabelecimentos com menos de 100 hectares e um acréscimo de áreas em estabelecimentos com mais de 100 hectares (gráfico 05).

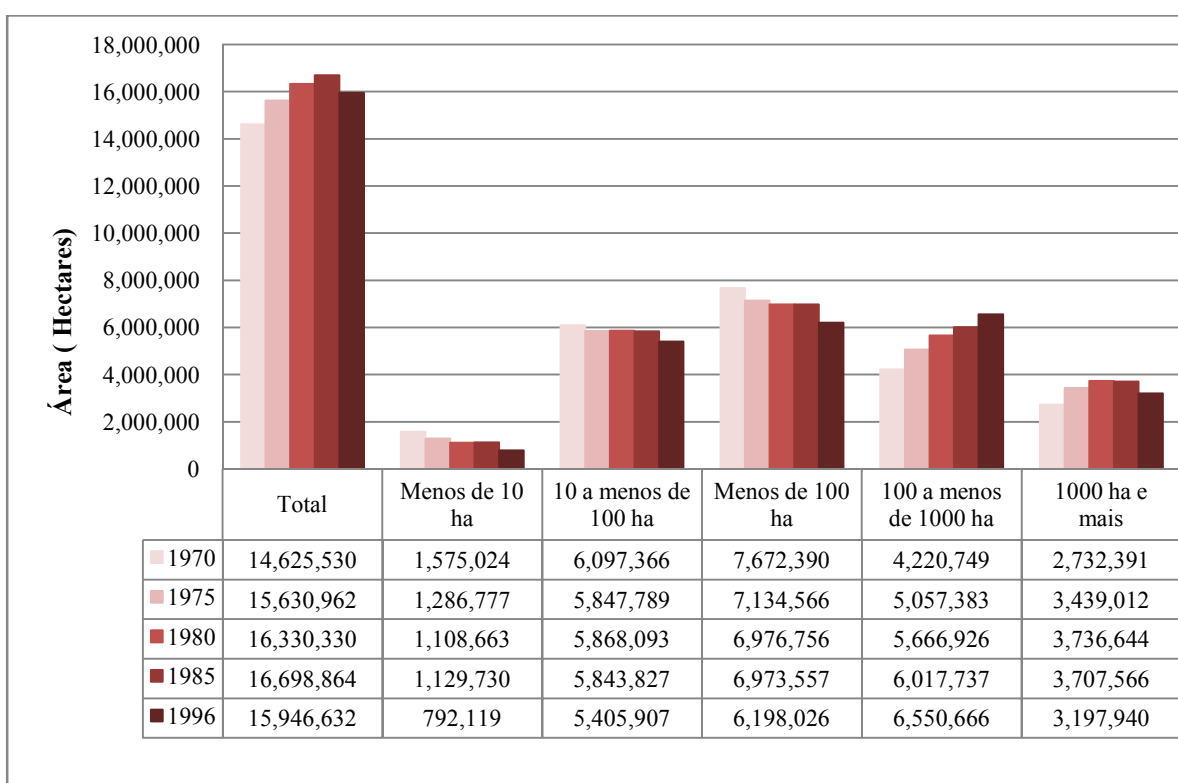


Gráfico 5 – Área dos estabelecimentos por grupo de área. Paraná.
Fonte: IBGE-SIDRA (2008).

A mecanização beneficiou principalmente a formação de grandes estabelecimentos, entre 1970 e 1996, acarretando em um acréscimo de 8.274 estabelecimentos com tamanho variando entre 100 e 1000 hectares e 363 estabelecimentos com mais de 1000 hectares.

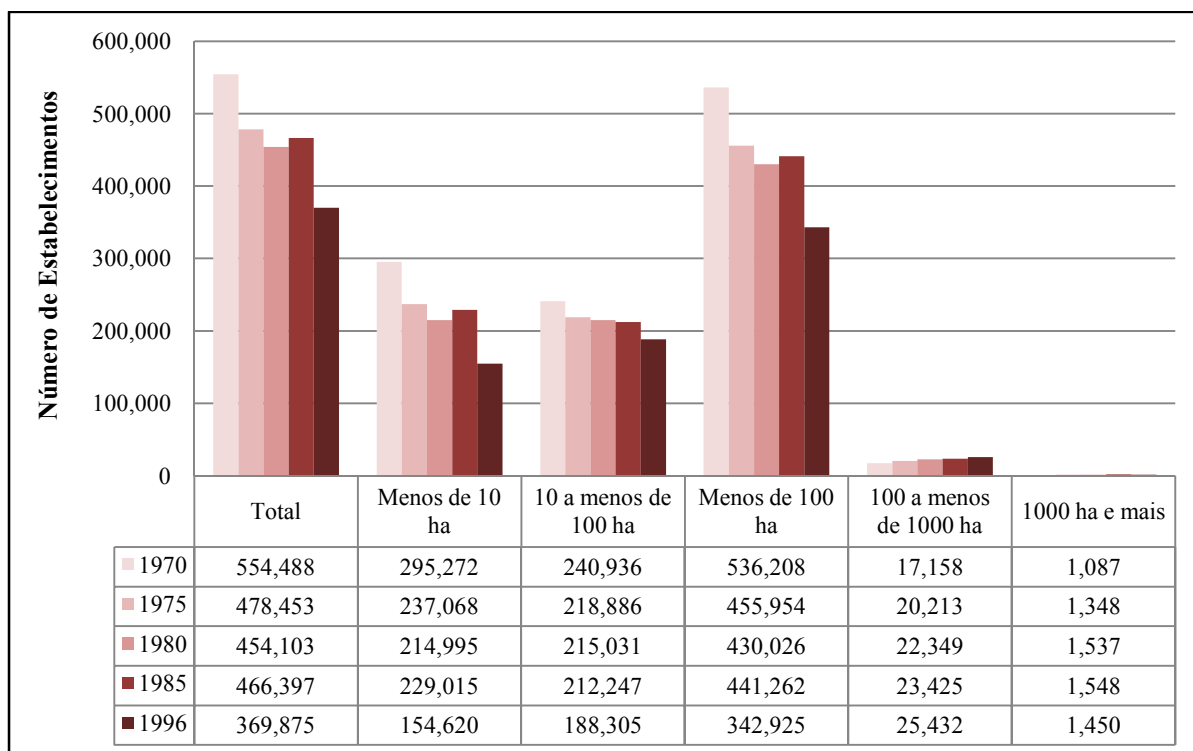


Gráfico 6 – Número de estabelecimentos por grupo de área. Paraná.
Fonte: IBGE-SIDRA (2008).

Esse modelo limitou a inserção de produtores rurais e a produção em pequenos estabelecimentos, sendo que o estrato de estabelecimentos que possuíam menos de 10 hectares foi o mais prejudicado, apresentando uma redução de 140.652 estabelecimentos. No estrato entre 10 e 100 hectares, foram reduzidos 52.631 estabelecimentos entre os anos de 1970 e 1996.

As mudanças que ocorreram a partir da década de 1970 fizeram aflorar problemas estruturais como a concentração fundiária, e geraram problemas sociais provocados em virtude da exclusão de inúmeros trabalhadores rurais. Analisando as condições dos produtores rurais em relação ao uso do solo, ficam mais nítidas essas alterações, pois ocorreu uma queda acentuada de estabelecimentos que possuíam parceiros ou meeiros, e arrendatários, principalmente nas mesorregiões que tinham grandes áreas de cultivo de algodão e café, demonstrando que não ocorreu somente uma mudança em relação à propriedade da terra e sim no sistema de produção.

Além das mudanças tecnológicas, a concentração fundiária também ocorreu em função de distorções das políticas agrícolas. Segundo Pinto (1996), a institucionalização do Sistema nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir de 1965, foi o principal instrumento de política agrícola. Este durante quase duas décadas, apresentou taxas de juros negativos, sendo

que após 1975, o valor pago pelos mutuários do crédito agrícola foi em média 50% inferior ao contraído. No entanto, menos de 20% dos estabelecimentos tiveram acesso a esse financiamento altamente subsidiado, ocasionando uma concentração de recursos financeiros para um reduzido número de proprietários.

O crédito subsidiado, concedido à agropecuária, perante um mercado financeiro, com taxas de juros elevadas, propiciava mais a especulação com terras do que a produção agrícola. Na década de 1980, a taxa de juro real negativa do crédito rural era de 34,6% a.a., de acordo com Sant'anna e Ferreira (2006). Segundo Spolador (2001), após 1980 ocorreram alterações na concessão de crédito:

A política do crédito rural teve, na década de 80, um período que podemos considerar de divisor de águas, pois marcou uma fase de redução considerável de recursos públicos destinados ao financiamento da agricultura, haja vista a redução de mais de 30% no volume de crédito concedido aos agricultores. Também houve uma preocupação do governo em eliminar o subsídio provocado por taxas reais negativas dos empréstimos através do aumento das indexações (SPOLADOR, 2001, p. 43).

Sant'anna e Ferreira (2006) apontam que com o fim do subsídio ocorreu redução dos ganhos exclusivamente especulativos. Concomitantemente a essa redução houve uma retração do preço da terra e de arrendamentos.

A década de 1980 foi um período de ajuste, pois ao mesmo tempo em que o governo reduziu o montante destinado ao financiamento da agricultura, começou a corrigir os valores destinados ao financiamento da atividade:

Em 1982 estabeleceu-se a vinculação de taxas de juros à variação do índice nacional do consumidor (INPC), com os encargos financeiros aplicáveis ao crédito rural passando, a partir daí, a incorporar correção monetária com percentuais variáveis, conforme características regionais e do produtor, utilizando-se de diferentes índices (SANTIAGO; SILVA 1999, p. 52).

De acordo com Santiago e Silva (1999), em 1986, é decretado o Plano Cruzado, o qual extingue a correção monetária dos financiamentos e pré-fixa a taxa de juro agrícola a 10% ao ano. No Plano Cruzado, ocorre a redução da disponibilidade de insumos e o comprometimento da renda agrícola de alguns produtos do setor. Em 1989 incide novo problema em relação a correção monetária, ou seja, o preço dos produtos agrícolas ficaram

congelados enquanto parte dos financiamentos foi corrigida pelas Letras do Tesouro Nacional.

A década de 1990 foi marcada por diversos problemas que acabaram gerando certa instabilidade ao setor agrícola, “o mercado aberto privilegiou a importação de *commodities*, sob os regimes de baixa ou nula tarifa, câmbio supervalorizado e liquidez externa abundante” (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2005, p. 28). Esses fatores impuseram a redução dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno.

Em 1990, o governo reduziu a atuação na formação física de estoques de alimentos. De acordo com Delgado e Conceição (2005), os instrumentos utilizados para esse fim eram a Aquisição do Governo Federal (AGF) ou O Empréstimo do Governo Federal em suas modalidades: COV – com opção de venda, e SOB – sem opção de venda. O governo intercederia cada vez que o preço de venda estive abaixo do preço mínimo, comprando o excedente.

Uma vez que o governo deixou de atuar com tanta intensidade, ocorreu a redução da quantidade de produtos armazenados e dos custos provenientes da estocagem dos produtos. Logo, com a diminuição dos estoques de alimentos, o ambiente tornou-se mais propício aos fatores especulativos⁶, alterando o preço dos produtos agrícolas e afetado a dimensão das áreas de plantio.

Araújo et al (apud SANTIAGO; SILVA, 1999) constataram que na safra de 1989/1990 os agricultores utilizaram mais recursos próprios e houve o crescimento da prática de escambo com cooperativas e firmas compradoras de produtos agrícolas. No caso do escambo, existia uma gama muito grande de formas contratuais, indicando o deslocamento da agricultura para a esfera de mercado. Para verificar os problemas enfrentados pelo setor agrícola na década de 1980, de acordo com Santiago e Silva (1999), em 1993 é estabelecida uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), a qual constatou que

[...] o alto grau de endividamento estaria ligado não apenas a baixa capacidade de financiamento e à restrita disponibilidade de crédito, como à descapitalização progressiva dos agricultores, potencializada pelas cobranças de indevidas taxas de correção monetária e de altos juros praticados pelos agentes financeiros e sucessivos descasamentos de índices nos sucessivos planos econômicos (SANTIAGO; SILVA, 1999, p. 54).

⁶ Os preços dos produtos agrícolas ficaram mais suscetíveis às oscilações de demanda de mercado, bem como as quebras de safra provocadas por problemas climáticos favoreceram o aumento de preço.

Após a restrição de crédito pela qual passou o setor agrícola na década de 1980, e da liberalização da economia em 1990, o setor agrícola passou por diversas mudanças. Muitos agricultores esperavam que o governo continuasse a manter baixas taxas de juros e liberar recursos financeiros para a produção agrícola, protelaram o pagamento de dívidas e continuaram a renegociar a produção, assumindo financiamentos e postergando o pagamento dos insumos produtivos. Parte dos produtores aumentou a dependência em relação às empresas do agronegócio devido ao aumento da prática de escambo entre matéria-prima e insumos produtivos.

Para Santiago e Silva (1999), em relação ao crédito rural após a década de 1990, os recursos e taxas de juros favorecidas têm sido direcionados aos programas de agricultura de baixa renda, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), sendo que o montante de recursos liberados a taxas de juros reduzidas está aquém das necessidades de financiamento do setor. De acordo com Paulino (2007) menos de 20% dos recursos são destinados para a agricultura familiar.

O fortalecimento da agricultura familiar visa ampliar a produção de alimentos destinados ao mercado interno. Conforme Santiago e Silva (1999, p.58):

[...] o setor agrícola, de modo geral, sofreu na década de 90 uma redução de sua capacidade de autofinanciamento da produção resultante da queda da renda agrícola, forte competição de produtos importados, elevação de custos determinada principalmente pela elevação nas taxas de juros, descapitalização dos produtores em vista da necessidade de cumprirem seus compromissos financeiros, comprometimento dos padrões tecnológicos de produção adquiridos durante o período de crédito farto e subsidiado, ao mesmo tempo, em que enfrentava a necessidade imperativa dada pela abertura da economia de buscar níveis elevados de competitividade.

Em 1990, aumentaram as dívidas de agricultores com as empresas agropecuárias:

[...] a inadimplência rural não se concentrou apenas no sistema financeiro, mas atingiu também as cooperativas e a indústria de máquinas e insumos agrícolas. Nesse sentido, conforme informou a diretoria da Sociedade Rural Brasileira (SRB), os agricultores deviam, em junho de 1995, US\$ 200 milhões ao setor de defensivos, US\$ 240 milhões ao de adubos e US\$ 600 milhões ao de sementes. Os vendedores de sementes calculavam que a parcela de inadimplentes, segundo região e tipo de lavoura estava entre 30% e 40%, enquanto que o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos (SINDAG) informava que a inadimplência atingia 48,3% em função das quedas dos preços reais das principais culturas e das taxas de juros

praticadas no mercado financeiro (CRISE apud SANTIAGO; SILVA, 1999, p. 57-58).

Porém as alegadas dificuldades financeiras nem sempre se devem a dificuldades estruturais, mas notadamente a estratégias especulativas, fundadas na certeza de que no Brasil as dívidas agrícolas não são executadas. Some-se a isso o fato, de muitos agricultores empresariais expandirem seus investimentos e comprarem maquinários mesmo sem condições financeiras para honrar com o pagamento das dívidas contraídas, esperando que o Estado interceda a seu favor.

Em meados da década de 1990, aumenta o montante financeiro destinado ao financiamento da agricultura, concedido por instituições financeiras públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a produtores e cooperativas de produtores, principalmente para o custeio da atividade agrícola (gráfico 07).

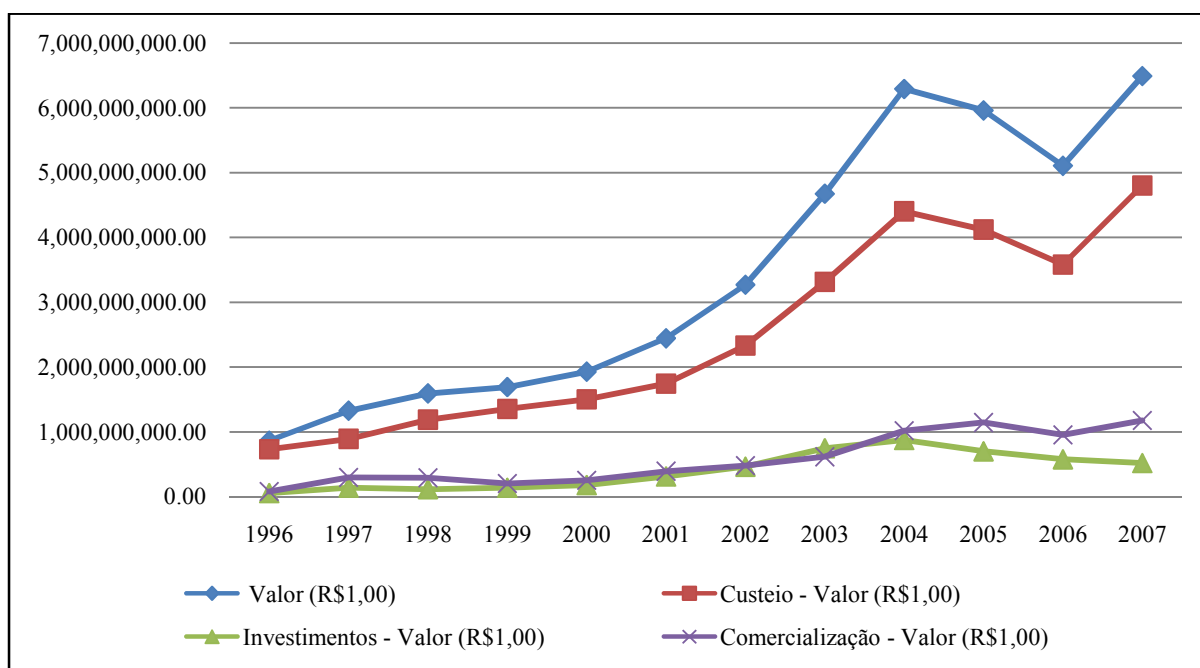


Gráfico 7 – Valor dos financiamentos concedidos por instituições financeiras públicas e privadas a produtores e cooperativas de produtores do Paraná.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) (apud IPARDES, 2008).

É importante considerar que, nesse período, também ocorreu a expansão da produção de soja, cultura que está vinculada aos setores industriais e às cooperativas. Muitas empresas e indústrias passaram por problemas financeiros, esta década foi marcada por uma nova fase, na qual houve um processo de reestruturação das cooperativas, expansão de grandes multinacionais e fusão de empresas:

Na década de 1990 as cooperativas paranaenses passaram por um processo de reestruturação, incluindo modernização (diversificação e fabricação de produtos de maior valor adicionado) e ampliação da base produtiva (com investimentos, principalmente, nos segmentos de óleos e gorduras vegetais e no de carnes- aves e suínos), incorporações, fusões e formação de cooperativas centrais (BULHÕES, 2007, p. 119).

As cooperativas passaram por um processo de reestruturação, haja vista, que

[...] a posição competitiva da agroindústria do Estado não se define mais somente por sua base agropecuária e de recursos naturais, mas por uma mudança qualitativa no padrão de industrialização, que requer a exploração conjunta das vantagens competitivas para o enfrentamento de mercados globalizados, estratégia que vem sendo adotada pelas cooperativas e grandes empresas agroindustriais do Estado (IPARDES, 2003, p. 17).

“Em 1990 ocorreu a expansão do grupo Austro-Argentino, maior processador de soja do Brasil, adquirindo empresas dos segmentos de esmagamento de soja, fertilizantes e defensivos, trigo, aves e ração” (IPARDES, 2003, p. 30), porém algumas das plantas adquiridas pelo grupo foram desativadas. Ainda de acordo com o IparDES (2003, p.30):

O segmento de fertilizantes passou por forte concentração, devido à privatização da Ultrafertil e da expansão do grupo Bunge Y Born. Também ocorreu a *joint venture* entre a israelita Makteshim-Agan com a londrinense Herbitécnica e a gaúcha defesa, formando a milênia agrociência.

Para as cooperativas, o período foi marcado pela ampliação da base produtiva, por fusões, incorporações e formação de cooperativas centrais. A expansão de empresas globais, como a Bunge e a Cargill, resultou no aumento da competição com as empresas cooperativas e de concorrência, ocasionando a redução da margem de lucro e da capacidade de retenção de capitais por parte destas.

As empresas cooperativas seguiram estratégias distintas para enfrentar a concorrência. A COAMO expandiu-se horizontalmente, ampliando sua área de atuação, aumentando a escala de produção. Já a COCAMAR, expandiu seu parque industrial objetivando a agroindustrialização (FAJARDO, 2008).

De acordo com Zapalon (2008b) a COOPERMIBRA, que atua há dez anos no setor de grãos do noroeste do Paraná, firmou uma parceria com a CHS, uma cooperativa Americana com 79 anos e 350 mil associados nos EUA.

As cooperativas de menor porte também apresentaram dificuldades perante os problemas ocasionados pela economia de mercado. De acordo com Zapalon (2008a) no Paraná, é formado um grupo de 21 cooperativas visando constituir um consórcio de cooperação mútua, o Consórcio Nacional Cooperativo (Coonagro) com o objetivo de comprar e comercializar os produtos agrícolas com melhores preços, e aumentar a lucratividade do setor.

A Tyson Foods, maior processadora de carne do mundo, iniciou em 2008 suas atividades no Brasil, adquirindo frigoríficos no Paraná e em Santa Catarina (TYSON, 2008). A expansão de grandes empresas favoreceu a oligopolização no setor.

As fusões e uniões entre grandes empresas visaram diminuir a concorrência, ampliar o domínio de mercados, reduzir os custos operacionais e aumentar a competitividade do setor perante a abertura de um mercado globalizado. Em 2002, as empresas Sadia e Perdigão criaram uma *trading*, visando unificar os sistemas de distribuição e transportes de mercadorias, de modo a economizar custos com navios e aluguel de containers (MEYER; COSTA, 2009).

Em 2009 essa *trading* evoluiu para a união entre a Sadia e a Perdigão, a qual deu origem à Brasil Foods, ou BRF, sendo a terceira maior empresa produtora de carne do mundo. Para isso concorreram problemas financeiros da empresa Sadia, entre os quais as perdas por derivativos cambiais (MEYER; COSTA, 2009).

Em relação às cooperativas, continuam a ocorrer incorporações de cooperativas menores, vejamos:

As unidades da Cooperativa Agroindustrial Coagel em Goioerê e mais sete municípios das regiões Noroeste e Oeste do Paraná passam a ser administradas pela Coamo Agroindustrial Cooperativa (COAMO), na forma inicial de arrendamento com previsão de incorporação para os próximos anos (COAGEL, 2009).

Ressalte-se que a COAGEL enfrentava problemas financeiros do passado e já havia realizado uma parceria em anos anteriores com a COAMO, para fornecimento de insumos e comercialização da produção (COAGEL, 2009).

Com a expansão e concentração das empresas aumentou o controle destas sobre o processo produtivo, reduzindo o poder de barganha dos produtores, apesar da elevação dos preços dos produtos agrícolas em certos períodos. A rentabilidade da produção acabou sendo parcialmente comprometida, devido ao alto custo dos insumos de produção. Nesse processo, a

indústria drenou a maior parte da renda do produtor seja em decorrência da venda de insumos, devido à transformação da matéria-prima, ou mesmo em função da comercialização do produto final.

Em 2008, os jornais noticiaram amplamente que a renda dos produtores nos últimos anos tem decrescido em função dos altos preços de fertilizantes, agroquímicos e biotecnologia.

A introdução do pacote tecnológico e as políticas agrícolas responderam por essas mudanças, pois ocasionou o aumento da mecanização, do consumo de fertilizantes e de insumos, como forma de atender demandas do mercado global.

Na década de 1990, alguns fatores conjunturais favoreceram a expansão do cultivo de soja, merecendo destaque a Lei Kandir, a qual favoreceu as exportações. Segundo Zotarelli e Lugnani (2001, p. 38);

[...] a vigência da Lei Kandir, a partir de setembro de 1996, que proporcionou um incremento nas exportações de grãos, desonerando as exportações de produtos básicos da cobrança de ICMS, tanto que na pauta de produtos exportados pelo Paraná o grão de soja participou com 4,93% em 1995, 9,54% em 1996, 19,77% em 1997 e 19,78% em 1998.

Ademais, na década de 1990, começa a ocorrer o processo de plantio de soja no Arenito Caiuá no noroeste do Paraná. Trata-se de um processo de recuperação do solo através de reformas de pastagens: “Nas safras de 97/98 e 98/99, foram cultivados 28 e 75 mil hectares respectivamente”. (ZOTARELLI Apud ZOTARELLI; LUGNANI, 2001, p. 38).

Em relação às demais culturas agrícolas, verifica-se que na década de 1990, a cotonicultura entra em crise, em consequência da abertura de mercados e do aumento de importações desse produto, fator que contribuiu para a decadência da produção, ocasionando problemas para algumas cooperativas (como por exemplo, COAGEL) e redução ainda maior de demanda por força de trabalho no campo.

A produção dos alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno sofreu limitações em face da menor rentabilidade, pois se destinava “à população assalariada, fator que comprometeu o nível de rentabilidade dessas lavouras e inviabilizou investimentos para incorporação de inovações tecnológicas” (IPARDES, 1987, p. 19). Somado a isso, os subsídios indiretos que beneficiaram a expansão dos produtos de exportação conferiram maior rentabilidade a esses produtos e propiciaram a expansão da área de produção destes e a substituição dos produtos destinados ao consumo interno.

Pode-se observar que o processo de tecnificação não foi efetuado de forma homogênea no espaço agrário. Isso ocorreu, com maior intensidade, nos locais que apresentavam características propícias de fertilidade e declividade do solo, proximidade com os grandes mercados ou vias de transporte, atingindo os produtos agrícolas, que apresentavam os melhores preços de comercialização e sobre os quais houve a incidência de incentivos governamentais (via subsídios, assistência técnica, transferência tecnológica e infraestrutura necessária para a armazenagem e comercialização).

Com a introdução de novas variedades adaptadas às características edafoclimáticas, foi possível expandir a área de produção. Aliado a tal fato, o preço praticado pelo mercado também teve papel significativo na expansão da área de produção de *commodities*. Além disso, solos com fertilidade inferior foram passíveis de incorporação no sistema produtivo, pois o rendimento obtido com a produção compensava os altos investimentos em fertilizantes.

Como ressalta Oliveira (1995a), o Estado garantiu as condições necessárias, para a ampliação da produção de culturas do setor industrial:

[...] o recorte industrial da agricultura capitalista do país, passou a produzir, em grande escala, aquelas culturas cuja obtenção de preços altos no mercado garantiam lucro certo nestes empreendimentos. O Estado atuou no sentido de estimular esses setores competitivos, deixando praticamente abandonado aquelas culturas que têm se constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros (OLIVEIRA, 1995a, p. 55).

A cultura da soja, a princípio proporcionou maior rentabilidade econômica para os agricultores justificando sua expansão em detrimento do cultivo de outras culturas de autoconsumo, contribuindo para a tendência de homogeneização da produção em determinados locais, e ocasionando o acréscimo somente de determinados produtos. Conforme Fernandes (2008), formando, assim, os territórios do agronegócio.

Em relação à cultura de soja, apesar do aumento da área de plantio, que passou de 2.206.249 hectares em 1995, para 4.154,667 hectares em 2005, e do conseqüente acréscimo da quantidade produzida, que passou de 5.694.427 para 9.429.153 toneladas, no mesmo período, a margem de lucro da cultura apresentou redução, pois, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), ocorreu um acréscimo de 44,32% da quantidade produzida entre a safra de 1996/1997 e a safra 2004/2005. Porém o aumento no valor arrecadado não passou de 8,75% (quadro 02).

PRODUTOS	PRODUÇÃO			VALOR PRODUÇÃO BRUTO		
	1996/97 (A)	2004/2005 (B)	A / B%	96/97 (A)	2004/2005 (B)	A / B%
SOJA	6.621.528	9.556.507	44,32%	4.029.500.071	4.382.322.335	8,76%
MILHO	7.767.991	8.550.474	10,07%	1.881.504.064	2.075.164.533	10,29%
TRIGO	1.754.149	2.979.949	69,88%	620.843.420	894.324.111	44,05%
CAFÉ	217.810	86.746	60,17%	742.254.440	302.137.447	59,29%

Quadro 1 - Produtos agrícolas, por ordem de participação, produção, valor real,

Fonte: Andreatta (2007, p. 38)

Adaptado: Krüger.

No ano de 2005, de acordo com os dados da SEAB, a cultura de soja representou aproximadamente 58 % da produção de grãos de verão e 17 % do total de área de produção do Paraná. A cultura de milho representou mais 27% da produção de grãos de verão e 8% do total do Paraná, sendo que as duas culturas foram responsáveis por 85 % da produção dos grãos de verão em 2005. (ANDRETTA, 2007).

Conforme dados do IBGE, constatou-se que ocorreu significativa expansão na produção de soja no período que compreendeu a safra de 2001/2002 a 2004/2005. Contudo, o valor arrecadado com esta cultura não acompanhou o ritmo de crescimento, apresentando uma queda nos preços a partir do ano de 2004 (gráfico 08).

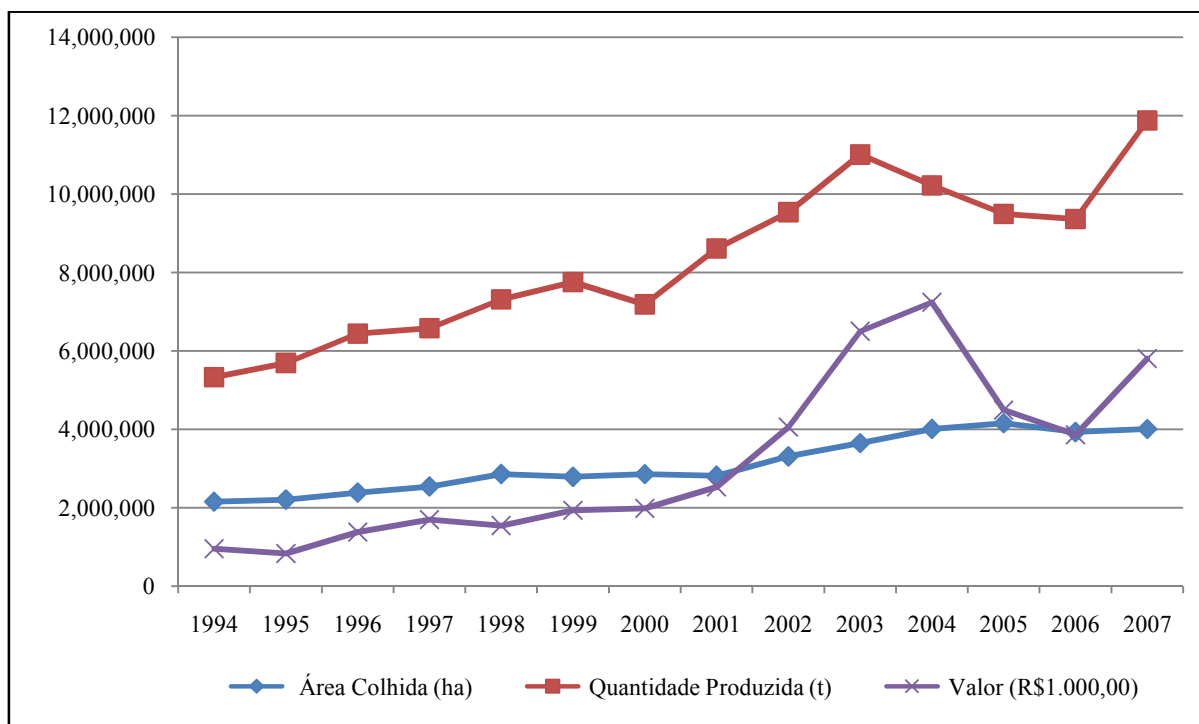


Gráfico 8– Evolução da produção de soja no Paraná entre 2000 e 2006.

Fonte: IBGE (2008)

Conforme as estimativas de custo de produção, obtidas em pesquisa de campo por meio do Departamento de Economia Rural (DERAL) em Curitiba, foi possível verificar que nos anos de 2004/2005 e de 2005/2006, ocorreu uma redução na rentabilidade da soja.

Entre outros fatores, inclui-se o aumento no custo variável e no custo total da cultura, sendo que após a safra de 2002/2003 merece destaque a elevação no preço dos insumos. Na safra de 2007/2008, o custo com fertilizantes chegou a representar 32,2%, dos custos variáveis (tabela 01).

Tabela 1- Custo e rentabilidade da soja entre as safras de 2002/2003 e 2007/2008.

Soja (plântio direto)	Rendimento 50 sc/ha					
	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Custo Variável R\$/ha	659,63	1.053,20	861,72	835,55	829,59	1.113,87
Custo operacional R\$/ha	848,14	1.339,91	1.141,28	1.127,81	1.124,52	1.436,62
Custo Total R\$/ha	1.015,29	1.600,45	1.387,03	1.367,34	1.371,52	1.736,97
Custo variável R\$/sc	13,19	21,06	17,23	16,71	16,59	22,28
Custo operacional R\$/sc	16,96	26,80	22,83	22,56	22,49	28,73
Custo total R\$/sc	20,31	32,01	27,74	27,35	27,43	34,74
PREÇO RECEBIDO R\$/sc	37,43	38,42	27,56	25,31	31,12	42,77
Rentabilidade s/CV (%)	183,7	82,40	59,91	51,5	87,6	92,0
Rentabilidade s/CO (%)	120,6	43,37	20,74	12,2	38,4	48,9
Rentabilidade s/CT (%)	84,3	20,03	-0,65	-7,4	13,5	23,1
% fertilizantes s/CT	14,3	11,81	10,44	9,8	11,8	20,7
% fertilizantes s/CV	22,0	17,95	16,80	16,0	19,5	32,2

Fonte: SEAB/DERAL (2008)

De acordo com os dados da SEAB, verifica-se que a cultura de soja apresentou rentabilidade negativa de 0,65% na safra de 2004/2005 e de -7,4% em 2005/2006.

A utilização desses dados na análise serve como referência, mesmo porque diante da escalada dos preços dos insumos produtivos, os agricultores, por vezes reduzem a compra desses insumos, como por exemplo, utilizam sementes de menor potencial produtivo e diminuem a dosagem de adubo, fungicidas, entre outros. Isso resulta na limitação da produtividade. É possível verificar uma correlação entre o declínio dos preços agrícolas e da quantidade produzida (gráfico11), pois ocorreu a redução da produtividade e não da área de plantio.

Ademais, deve-se considerar que o referido modelo agrícola, voltado aos interesses do capital no qual um reduzido número de empresas controla todo o sistema de produção, tem o poder de monopolizar o território. Conforme Oliveira (1996, p. 473).

Na agricultura, o capital não tem atuado necessariamente no sentido de implantar seu modo específico de produzir (através do trabalho assalariado) em todo canto e lugar. Ao contrário, ora ele controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando-os à produção, ora ele se instala na produção, subordinando a circulação. Como consequência desse movimento contraditório, temos ora esse monopólio, sobretudo instaura-se na circulação. No Atual estágio de desenvolvimento capitalista do Brasil, assiste-se ao predomínio do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeição da renda da terra produzida na agricultura.

Para Oliveira (1996), por meio da sujeição da renda da terra, parte da riqueza produzida na agricultura é transferida para o capital industrial, comercial e bancário.

Nesse processo, as cooperativas agregam grande parte dos produtores, inclusive aqueles com menos de 50 hectares são agentes que atuam de forma intensa na expansão da produção de *commodities*, basta verificar sua participação na produção agropecuária do Paraná na safra 2006/2007(tabela 02).

Tabela 2 - Participação das cooperativas na produção agropecuária do Paraná - safra 2006/2007

Produtos	Produção do Paraná (em toneladas)	Participação das cooperativas (%)
- Soja	11.765.353	72,5
- Trigo	1.202.139	87,4
- Milho (*)	14.086.352	46,3
- Algodão (em caroço)	22.567	55,8
- Feijão	766.792	8,2
- Arroz	171.913	8,8
- Leite comercializado (1000 l)	2.500.000	48,0
- Aves	2.130.000	23,6
- Suínos	448.140	36,3
- Café em coco	139.376	19,0
- Cevada	106.891	100,0
- Cana de açúcar	34.436.852	18,5
- Canola	986	33,9
- Mandioca	3.787.204	3,4
- Maçã	34.549	12,5
- Triticale	99.857	35,8
- Aveia	255.788	13,3

Fonte: Ocepar, Seab e IBGE Apud (OCEPAR, 2009)

(*) Participação das cooperativas na produção e comercialização.

O reflexo de toda essa conjuntura é uma produção agrícola especializada, em função de poucas *commodities* e sob o domínio de poucas cooperativas e empresas do agronegócio, resultando no o crescente aumento dos preços dos insumos produtivos, e na conseqüente perda de rentabilidade monetária que afeta muito mais a produção camponesa do que a empresarial pela própria escala da produção envolvida.

Isso porque, no primeiro caso, a reprodução se dá por meio da sujeição da renda da terra, como bem mostrou Oliveira (1996).

Em outras palavras, as empresas que compõem o agronegócio, através da monopolização da venda de insumos ou da compra da produção agrícola, têm a possibilidade de drenar a renda da terra ou mesmo os recursos financeiros estatais e, dessa maneira, a riqueza socialmente produzida.

2 TERRA, PRODUÇÃO E MERCADO: EXPANSÃO DA TECNIFICAÇÃO E REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.

O propósito deste capítulo é traçar, de uma forma geral, as implicações decorrentes da especialização produtiva do setor agrícola, bem como destacar alguns reflexos proporcionados à economia local, devido ao favorecimento da exportação de produtos primários.

A comercialização de produtos agrícolas, o extrativismo vegetal e a produção de monoculturas são práticas de longa data. “No período colonial -1500 a 1822 - a história econômica do Brasil foi marcada pelos produtos de exportação. Figurava entre os de maior importância econômica – o pau-brasil, o açúcar, o ouro, os diamantes, o algodão etc.” (ANDRADE, 2004, p. 43). Já constam desse período os ciclos econômicos e a própria expansão de monoculturas, vinculadas a interesses da metrópole.

Há consenso, entre os estudiosos, sobre o fato de que a própria colonização ocorreu em função do estágio mercantil característico do capitalismo nascente, e que no Brasil manifestou-se mais forte e amplamente nos ciclos da cana-de-açúcar e primeira fase do ciclo cafeeiro. De acordo com Oliveira (1995b, p.35), a economia colonial articulava formas comunitárias primitivas, submetidas ao comércio internacional, com a produção nas colônias de produtos tropicais, entre os quais a cana-de-açúcar e o café.

Nesse período, eram adotadas técnicas rudimentares para auxiliar no processo produtivo, sendo que a produção e a comercialização estavam intrinsecamente ligadas ao controle político exercido pelo nascente Estado-Nação Português.

De acordo com Paulino (2007a), o Tratado de Methuen (1703) é um dos acordos que evidencia o quão paradoxal era a geopolítica colonial, pois, nesse caso, Portugal embarga o desenvolvimento técnico da colônia Brasil, como condição para o acesso de sua produção de vinho ao mercado inglês. Logo, os acordos comerciais eram, também, acordos de ordem política. Nesse Tratado, que ficou conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, Portugal queria garantir seu mercado para vinho, enquanto a Inglaterra buscava assegurar a venda de suas manufaturas.

No período colonial, os portugueses deram uma importância maior aos produtos a serem exportados, já que não existia uma economia interna consolidada e, tampouco, demanda interna por mercadorias. Parte expressiva da população alimentava-se por meio do extrativismo e de alguns cultivos de subsistência.

Nessa época, o modelo de produção tinha como sustentáculo a produção de mercadorias baseada no trabalho escravo. Conforme Paulino (2003, p. 57):

O Brasil, face à inserção nessa ordem como colônia de exploração, organizará todas as atividades produtivas em função da acumulação em favor da metrópole, sendo a terra apenas um instrumento intermediário a assegurar esse fim, uma vez que nesse período, o fundamento da economia está na escravidão.

Conforme Paulino (2003) a viabilidade da economia agroexportadora e a concentração fundiária foram favorecidas pelo comércio de escravos. Em decorrência do alto custo para a obtenção dos escravos, e por estes representarem renda capitalizada, constituíam-se no bem de maior valor para os senhores.

Nas palavras de Suzuki (2006, p. 218), “a renda capitalizada se define como antecipação das rendas futuras”, e, da mesma forma que o preço da terra, os escravos também conferiam, a seus donos, a renda capitalizada.

Ou seja, nesse período, a garantia de apropriação da riqueza gerada ocorreu em função da apropriação do trabalho escravo, sendo que o controle sobre a terra era assegurado em função da concessão de sesmaria.

De acordo com Martins (2004), tinha preço o bem sujeito a comércio tal como os escravos, coisa que com a terra ocorria apenas limitadamente, em vista da falta de um mercado imobiliário:

Assim se passaram cerca de três séculos, pois com a constituição geográfica do país, o teor do povoamento e a natureza das relações econômicas travadas tanto internamente como na esfera internacional impuseram um ritmo lento à expansão da fronteira, bem como marcado pela assimetria na formação dos blocos oligárquicos. A partir daí, questões emergentes modificarão estruturalmente a situação agrária brasileira, com destaque para a revolução de 17 de julho de 1822, a qual extingue o regime de sesmarias. (PAULINO, 2003, p. 58).

A situação começou a mudar quando se estabeleceram a Lei de Terras e a abolição da escravatura, abrindo espaço para a imigração, expansão da fronteira e valorização da propriedade fundiária. Com a chegada de imigrantes, ocorreram transformações nas relações de trabalho. De acordo com Santos (2001, p. 75-76):

A Lei de Terras instituiu no Brasil a terra como mercadoria e permitiu a vinda de Imigrantes para prover a grande e a pequena lavoura de mão-de-obra necessária. E ao impedir que desde o início esses camponeses pudessem se tornar proprietários reafirmava o que deles se esperava: colonos morigerados e laboriosos como força de trabalho para as propriedades agrícolas do Estado ou particulares. Portanto a Lei de terras ao dificultar o acesso à propriedade ao conjunto da população campesina, ao mesmo tempo colocava este coletivo aos ditames do capital.

O Estado teve papel significativo para assegurar a mudança nas relações de trabalho, a sua atuação resultou na socialização dos custos de formação da força de trabalho. A partir de 1870, por meio da Imigração subvencionada, o governo se incumbia de pagar as despesas de transporte para o Brasil, e até a localidade de fixação do imigrante. O intuito dessa prática era garantir trabalhadores para o cultivo de cafezais e para a produção de alimentos baratos. Conforme Martins (2004, p. 66):

Com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando as condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho.

A troca no regime de trabalho e a formação de um mercado imobiliário de terras, por sua vez, favoreceram a expansão do capitalismo. No novo modelo de produção, continuou-se a praticar a apropriação da renda capitalizada e da riqueza socialmente produzida, agora via comercialização da propriedade de terra. Ocorreu o processo de valorização fundiária, de acordo com Martins (2004, p. 68):

[...] a formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio. Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café. A febril abertura de novas fazendas, depois da efetiva liberação da mão de obra, o deslocamento contínuo de fazendeiros de um lugar para outro em busca de novas terras, a rápida ocupação de regiões que ainda não haviam sido absorvidas pela economia de exportação, produziram muito depressa, já no começo do século, uma grande elevação no preço das terras.

Para dar sustentação para a expansão da produção e devido à transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado foi estabelecido o sistema de trabalho conhecido como Colonato, no qual os imigrantes tiveram possibilidade de acumular pecúnia. Consequentemente esses imigrantes passaram a demandar terras e a aquecer o mercado imobiliário de terras, favorecendo o crescimento econômico e a expansão do povoamento.

De acordo com Suzuki (2006), o mercado externo (Inglaterra) visava expandir o mercado consumidor para seus bens manufaturados, bem como garantir a aquisição de matérias-primas provenientes do Brasil a preços acessíveis.

O sistema de Colonato atingiu os dois objetivos anteriores, pois favoreceu o aumento da circulação de mercadorias e a acumulação de pecúnia, em função do excedente da produção de alimentos e aumentou, ao mesmo tempo, a demanda interna por produtos.

Embora o destino de parte da produção dos cafezais fosse a exportação, a sua forma de produção, a utilização das técnicas e os reflexos sociais eram diferentes do período atual. No sistema de Colonato, a produção da alimentação de autoconsumo era realizada intercalada as ruas do cafezal, assim os produtores tinham um produto principal voltado para o mercado externo e interno, e, também, os produtos de autoconsumo voltado ao atendimento do mercado interno.

O sistema do Colonato caracterizou-se:

Pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador (MARTINS, 2004, p. 19).

Devido ao estágio técnico em que se dava a produção, o cultivo das lavouras necessitava ocupar uma grande parcela da população, em grande parte organizada sob o regime familiar de trabalho.

A economia interna não era dependente somente dos produtos de exportação: devido aos excedentes de produção e da forma de cultivo da terra a valorização fundiária não acontecia com a mesma intensidade do período contemporâneo, apesar da venda de fazendas ter se tornado um grande negócio, como Martins (2004) afirmava.

Os colonos não possuíam recursos financeiros para comprar grandes parcelas de terra, e não tinham como trabalhar, manualmente, com vastas áreas, pois a mecanização, ainda, não estava sendo introduzida vigorosamente.

Esse processo engloba também o povoamento do norte paranaense, vejamos:

Após a derrubada da mata o colono começava a semear o milho ou o arroz e o feijão, garantindo a subsistência da família por um ano. Do segundo ano em diante o colono podia a vir tirar algum lucro do seu algodão, o qual viria

a juntar-se ao café no fim de mais dois anos. As criações de porcos também significavam uma receita importante para o agricultor, já que este era vendido como excedente, aos comerciantes instalados no norte velho (BRAGUETTO, 1996, p. 85).

Diante do referido sistema de produção, a dependência de recursos financeiros era reduzida, e também era favorecido o desenvolvimento da policultura, conjuntamente à produção de monocultura. A expansão da fronteira agrícola era lenta e o tamanho das áreas cultivadas dependia da disponibilidade de mão-de-obra, sendo que as atividades agrícolas eram executadas por todos os membros da família.

Esse modelo deixou de vigorar em função do cultivo de novos produtos e da inserção de tecnologias, que favoreceram a expansão da mecanização e quimificação, ocasionando o aumento da especialização produtiva em prol de monoculturas (soja, milho, trigo). Dessa forma a policultura desvinculou-se da grande propriedade, conforme explicitado anteriormente, mas não dos pequenos cultivadores.

A introdução do uso de novas tecnologias, de novos produtos agrícolas e a expansão da mecanização e quimificação, possibilitaram aos proprietários fundiários retomarem as terras cedidas. Isso provocou a liberação de grande quantidade de trabalhadores, ou seja, o novo modelo não precisava mais de intensiva mão-de-obra. Com o advento da mecanização, vieram à tona, com maior intensidade, problemas estruturais, os quais favoreceram o aumento das desigualdades sociais. O novo modelo implicou em interdição à terra pelos detentores precários e a concentrou nas mãos de um reduzido número de proprietários.

Em decorrência da nova conjuntura e dos interesses de alguns grupos, o regime do Colonato entrou em declínio, conforme afirma Bacha (1989, p. 611):

Devido às transformações nas empresas agropecuárias, que substituíram o café pela pecuária e por outras culturas temporárias menos exigentes em mão de obra. O excedente de mão de obra foi, então, liberado das fazendas e em partes empregou-se nas áreas deixadas pelo café para a produção de bens de mercado interno. A aceleração da produção permitiu a geração de um mercado de trabalho temporário (sustentado pela produção local de alimentos) que foi substituindo os colonos.

A substituição do café por culturas temporárias liberou um excedente de mão-de-obra, aumentando a oferta de trabalhadores rurais que foram deslocados para os centros urbanos. Os fazendeiros, por sua vez, recorreram a esses trabalhadores para atender as necessidades

temporárias do processo de produção. A mão-de-obra empregada deixou de ser familiar como era no sistema de Colonato, passando para temporária, ou seja, os chamados bóias-frias.

Bacha (1989) argumenta que foi possível a minimização dos custos e maximização dos lucros dos fazendeiros em função da liberação de trabalhadores da fazenda: pela legislação trabalhista, pela modernização técnica e pela erradicação dos cafeeiros.

Para Santos (2008b), o meio técnico resultou na emergência do espaço mecanizado, no qual a divisão internacional do trabalho tende a aumentar exponencialmente e as motivações para o uso dos sistemas técnicos são pautadas, com maior intensidade, por lógicas externas. Embora o foco utilizado pelo autor, para elaboração desse raciocínio não seja a agricultura, é possível tomá-lo como parâmetro para uma análise de variáveis que dizem respeito às reflexões centrais desse trabalho.

O meio técnico implicou em transformações geográficas e intensificou a produção de alimentos, porém, de acordo com Santos, a abrangência dessas mudanças era limitada:

Eram poucos os países e regiões que esse processo técnico podia instalar-se. E, mesmo nestes poucos, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos, de modo que tanto seus efeitos estavam longe de ser generalizados, como a visão destes efeitos era, igualmente limitada (SANTOS, 2008b, p. 237).

Esse é o cenário da tecnificação agrícola, que começou a se intensificar a partir da revolução verde, nas décadas de 1950/1960.

Na década de 1970, de acordo com Santos (2008b, p. 239), surge o meio técnico-científico-informacional, ocasionando um aprofundamento da interação entre a técnica e a ciência, no qual a “informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são deste modo, equipados para facilitar a sua circulação”.

As transformações, encabeçadas por um pacote tecnológico e pela utilização intensiva de agroquímicos, aliada a crescente mecanização, tornaram-se responsáveis por mudanças profundas na estrutura produtiva:

A modernização não se deu a partir de uma evolução natural do sistema produtivo, mas foi fundamentalmente, fruto de interesses de grandes grupos industriais detentores de um conjunto tecnológico que, após completarem o ciclo de modernização nos países desenvolvidos (centrais), passaram a procurar novos mercados para a sua reprodução ampliada. (PEREIRA; LUGNANI, 1989, p. 632).

Tal modernização foi parcial, pois nem todas as culturas e áreas agricultáveis passaram com a mesma intensidade por esse processo, restando aos locais com baixa fertilidade e menos acessíveis à mecanização, o plantio das culturas com preços menos atrativos no mercado, geralmente destinadas ao mercado interno.

Nos locais em que os recursos naturais foram mais favoráveis para o desenvolvimento da produção mecanizada (geralmente aliado a incentivos governamentais), ocorreu a difusão do agronegócio.

A expansão da produção de alimentos e demais *commodities* abarcam uma parcela significativa da economia, tanto mundial quanto brasileira. As empresas envolvidas nessa cadeia relacionam-se, constantemente, com os diversos setores que fazem parte da produção, e através da introdução de novas tecnologias ou de novos direcionamentos aos setores produtivos, aumentam gradativamente a sua participação no controle da produção de *commodities*.

Welch e Fernandes (2008) compreendem que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário, possibilitando a manipulação dos processos em um sistema complexo. Para Oliveira (2003, p. 121), “o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo”.

De acordo com Elias (2007), paralelamente a difusão do agronegócio, ocorreu a fragmentação do espaço agrícola, houve portanto um aumento da reorganização dos espaços agrícolas, de forma seletiva, por meio da organização da produção ou da dinâmica do próprio espaço, resultando em novas divisões territoriais e internacionais do trabalho⁷. redefinindo o modelo agrário, em função dos agentes do agronegócio e fragilizando-se os recursos naturais em prol do aumento do acúmulo de capital de grandes corporações, multinacionais e nacionais.

Propiciando a expansão do agronegócio e do controle de todo o processo de produção por poucos agentes, acarretando na instabilidade deste. Conclui Oliveira (2003, p.121), que o Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável, regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.

No período técnico-científico-informacional, em decorrência do emprego de tecnologias e da manipulação da natureza por meio da utilização de equipamentos

⁷A Divisão Internacional do Trabalho é resultado da especialização integrada de espaços produtivos, com aqueles dos estados nações, em função das vantagens comparativas ou do nível de desenvolvimento tecnológico e do tipo de exploração capitalista da força de trabalho em cada região do planeta (HAESBART; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 148).

mecanizados e insumos produtivos, tais como fertilizantes químicos e agrotóxicos, ocorreu um salto de produtividade do trabalho e da terra.

Sendo que, foi possível ampliar o domínio em relação à natureza, aumentando o desenvolvimento de sementes híbridas⁸ e transgênicas⁹ de maior produtividade e potencial genético, acarretando o aumento da dependência em relação à utilização de insumos, tais como fertilizantes e agrotóxicos. Também foi possível ampliar o plantio em novos locais, pois foram desenvolvidas variedades tolerantes à acidez do solo, a pragas e doenças.

Esse processo em decorrência de interferências políticas ou do interesse das classes hegemônicas, muitas vezes, de forma artificial, foi direcionado somente para alguns produtos, aumentando as contradições e os conflitos.

O desenvolvimento desse modelo de agricultura foi possível devido ao aumento da produção e da circulação de mercadorias, as quais foram dinamizadas em consequência do meio técnico-científico-informacional, que intensificou os fluxos de mercadorias sob a égide do mercado, propiciando nova expansão do capitalismo no campo.

De acordo com Santos (2008b), nesse período as mudanças têm ocorrido com maior rapidez, proporcionando reflexos intensos sobre a população, ressaltando as especializações e ocasionando desequilíbrios sociais e econômicos.

Favorecendo e concentrando o controle da produção e da comercialização dos produtos agrícolas. No entanto, a produção continua a ser realizada de forma pulverizada, por inúmeros produtores, restando para estes pouco poder de barganha em relação ao preço de comercialização de seus produtos. Em função dessas características, Mendes (1989) considera o agricultor como um “tomador de preços” e, sendo assim, na hora de comercialização da produção, a indústria pode pagar preços baixos pela matéria-prima e subordinar a renda da terra, aumentando a sua lucratividade:

Essa subordinação da agricultura à indústria implicou, num primeiro momento, na transformação da base produtiva propriamente dita, sob a forma de tecnificação e aumento do uso de insumos com impactos diretos na produtividade da terra e do trabalho, tornando-a menos dependente dos

⁸ Sementes resultantes do cruzamento de duas linhagens diferentes, resultando numa planta com traços de ambas as linhagens.

⁹ Sementes modificadas geneticamente, que podem apresentar maior resistência a pragas, doenças, herbicidas, ou seja, são organismos modificados a partir da engenharia genética.

recursos naturais e da força de trabalho. Como resultado, ocorreu a ampliação da produção agrícola de gêneros alimentícios e matérias-primas (FRESCA, 2004, p. 184).

Algumas culturas como a soja, o milho e a cana-de-açúcar, por exemplo, no Brasil e no Paraná, tiveram grande expansão de suas áreas de cultivo, bem como a expansão da quantidade de produtos de origem pecuária. Entretanto, outras culturas, utilizadas para atender o consumo interno, estagnaram ou mesmo perderam área de produção. A lógica mundial voltada para atender o mercado cada vez mais globalizado impôs distorções para a produção de alimentos de consumo interno e oscilações nos preços agrícolas, para Oliveira:

A inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializada. É respondendo a essa lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais um limite para a busca do lucro máximo. O mercado é o mundo. O Brasil que é um país que sempre dependeu da importação do trigo, na safra de 2003, acreditem, exportou pela primeira vez trigo. Assim as elites capitalistas do Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira comprar. A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a essa lógica mundial. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial (OLIVEIRA, 2003, p. 120).

A adoção de tecnologias aconteceu de forma variável. Algumas culturas como a soja, desde sua implantação, já contavam com um pacote tecnológico, outras foram incorporando esse pacote gradualmente, conforme tenderam para a especialização produtiva.

Podemos verificar, por meio da análise dos dados do IBGE, que a área colhida de soja sofreu um acréscimo de 294%, entre os anos de 1975 e 2005, em todo o Brasil, (gráfico 9):

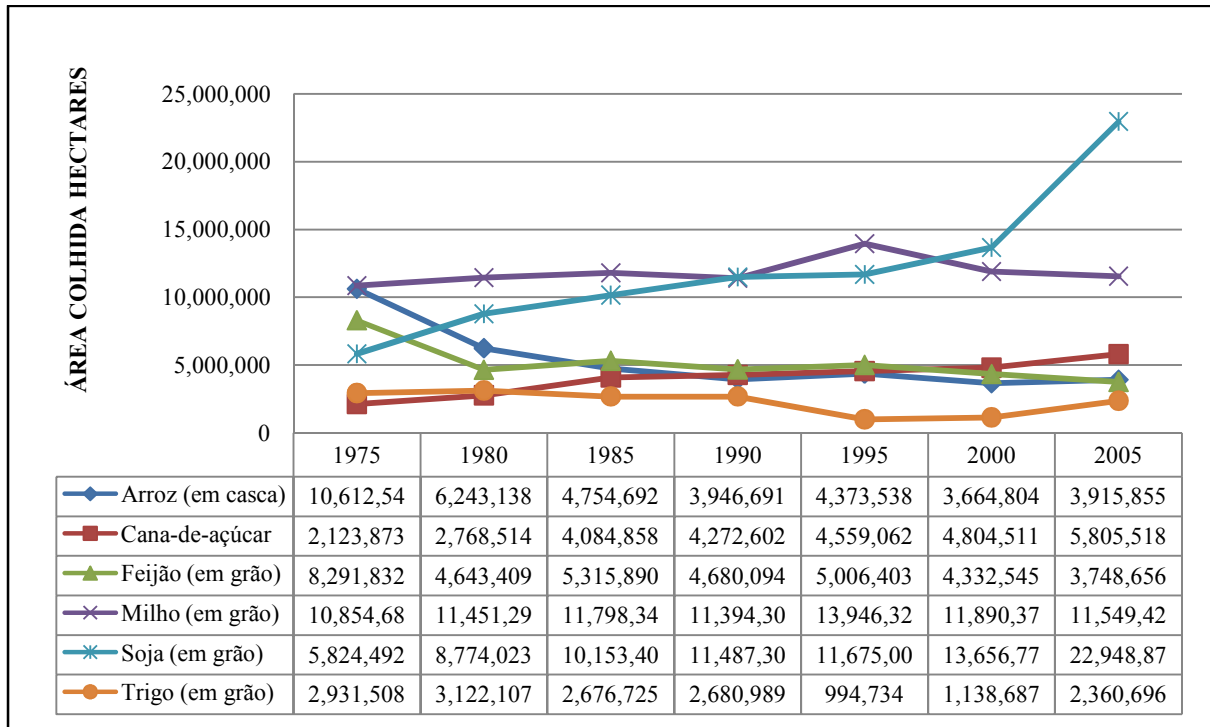


Gráfico 9 – Brasil – área das principais culturas agrícolas (1975 a 2005).

Fonte: IBGE (2008)

Em relação ao Paraná, esse acréscimo foi de 154%. No entanto, as culturas de consumo interno como o feijão e o arroz apresentaram, respectivamente, um decréscimo de área, em todo o território nacional, de 54,79% e de 63,10%, respectivamente, no período de análise, no Paraná, ocorreu a redução de 73,67% na área de feijão e 93,94% na área de arroz (Gráfico -10).

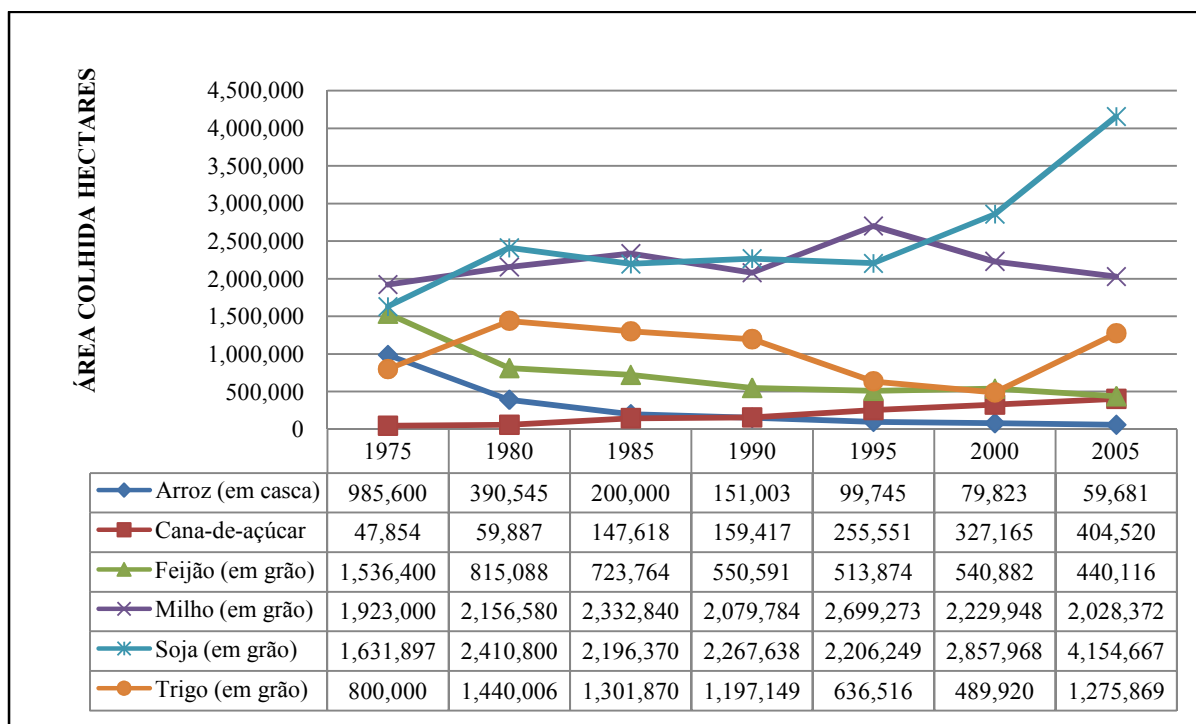


Gráfico 10 – Paraná - área das principais culturas agrícolas (1975 a 2005)

Fonte: IBGE (2008).

Esse modelo agrícola beneficiou a expansão dos produtos que apresentaram a maior rentabilidade econômica e foi direcionado para a especialização e industrialização da produção, favorecendo a utilização de insumos, maquinários e de todos os tipos de tecnologias que proporcionam o incremento da produtividade agrícola.

Porém, a crescente utilização de insumos provenientes do setor industrial e a produção em escala trouxeram limitações e dependências financeiras aos produtores agrícolas e desequilíbrios em relação ao meio ambiente. Veiga e Ehler alertam:

[...] na agricultura moderna, a diversificação dos sistemas produtivos foi substituída pela especialização. Muitos agrônomos e economistas acreditaram que a lógica de produção em escala, que fizera sucesso no setor industrial, poderia ser facilmente aplicada na agricultura. As monoculturas, altamente mecanizadas e baseadas no emprego intensivo de insumos químicos e genéticos, funcionariam como verdadeiras fábricas a céu aberto, capazes de produzir alimentos em quantidades suficientes para abastecer toda a humanidade. Mas logo se percebeu que ao contrário da indústria, a agricultura é totalmente dependente de limites naturais, os quais não podem ser facilmente controlados. A substituição de ecossistemas complexos e diversificados, particularmente nas regiões tropicais, por sistemas produtivos extremamente simplificados, como são as monoculturas, provocou uma série de impactos econômicos e ambientais (VEIGA; EHLER, 2003, p. 282).

Somado a esses fatores, os problemas sociais no meio-técnico-científico-informacional aumentaram, pois com a expansão da área de plantio de *commodities* que demandam poucos trabalhadores, ocorreu a expulsão de muitos que viviam no campo, tais como reideiros, meeiros ou pequenos produtores que trabalhavam no campo e cultivavam boa parte de seus alimentos.

Estes eram menos dependentes dos produtos comercializados no mercado, tendo um custo de vida menor, pois não era necessário dispêndio de recursos financeiros com moradia e boa parte da alimentação era cultivada ou trocada entre as famílias das comunidades, isso as tornava menos subordinadas ao mercado de alimentos predominante nos grandes centros.

Em relação à produção de *commodities* é verificado que estas apresentam inúmeras vulnerabilidades, devido a problemas de ordem climática, dependência em função de recursos hídricos, geração de desequilíbrios ambientais (aumento de pragas, resistência a produtos químicos, aumento de poluição), uso intensivo de insumos químicos e constantes oscilações de demanda de mercado e de preços, fatores que podem proporcionar alterações em toda a cadeia de produção. Segundo Bulhões:

[...] modificações de ordem natural, como quebra de safra de soja nos Estados Unidos em 2003 e 2004, devido a variações climáticas, refletiram em um aumento nos preços e na produção no Brasil e na Argentina. Outro exemplo foi a gripe aviária na Europa em 2005 e 2006 que refletiu negativamente nos preços de exportação de soja e farelo. Já o ‘Mal da vaca louca’, ocorrido na Inglaterra, provocou elevação de preços em função da demanda por carne de frango e suíno. Modificações de ordem macroeconômicas como variações na taxa de câmbio e dólar frente a outras moedas e o comportamento da taxa de juros norte-americana, não só afetam os preços internacionais como influenciam na demanda e produção (BULHOES, 2007, p. 35).

As flutuações dos preços agrícolas dessas *commodities* geram instabilidades e processos especulativos nas economias locais, as quais apresentam grande dependência em relação ao sistema financeiro e bancário. A produção de monoculturas vinculadas à cadeia agroindustrial por sua vez, reduziu a produção local diversificada, causando danos socioambientais e favorecendo a concentração fundiária, bem como colocando em risco a soberania alimentar.

Cumprir destacar que o conceito em questão relaciona-se ao poder de controlar a produção de alimentos em diversidade, qualidade e quantidade nutricional adequada para garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos de um país, “com base na sustentabilidade

ambiental, social e econômica, respeitando os aspectos culturais ou os hábitos alimentares dos povos, e abastecimento dos mercados locais de acordo com a demanda”(THOMAZ JR,2007).

Para Porto-Gonçalves, o desdém a esse aspecto geoestratégico limita a autonomia dos países, pois:

[...] O alimento é, rigorosamente, a energia que move todo ser vivo, inclusive a espécie humana. Assim, deixar de prover o próprio alimento é colocar a própria autonomia de qualquer agrupamento humano em riscos ou dependente de terceiros, [...] o controle de fluxo de alimentos é, assim, controle de fluxo de energia e, como tal, de importância estratégica (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 214-215).

A ausência de políticas agrícolas fomentadoras dos policultivos prejudicou a soberania agrícola do país e, a pretexto do aumento da segurança alimentar, os incentivos para o aumento da produtividade agrícola privilegiam poucas commodities, as quais serão convertidas em alimento somente aos que tiverem renda suficiente para adquiri-los. Com isso, o prejuízo à produção do mercado interno é patente, paralelamente à expansão do agronegócio no campo.

Em outras palavras, a redução da área cultivada com produtos destinados a abastecer o mercado interno é também reflexo da menor rentabilidade destes produtos¹⁰, da ausência de incentivos e fomento para a produção e da ampla pobreza encontrada nos países periféricos, a qual impede que parte da população tenha acesso a alimentos em quantidade e qualidade mínimas, acarretando na diminuição da demanda e, desse modo, interferindo no ciclo produtivo como um todo.

Em linhas gerais, o projeto estratégico do Estado visa assegurar abastecimento do mercado interno a partir de um parâmetro econômico imediato, os menores preços possíveis, coerente, portanto com a lógica de vulnerabilização da produção diversificada, paralelamente ao estímulo às culturas de ampla aceitação no mercado internacional.

Não por acaso, a opção pelo aumento linear de produtividade agrícola almeja o princípio da segurança alimentar, o qual tem se mostrado incompatível com a produção autônoma da cesta básica de alimentação, bem como com as possibilidades de reduzir os problemas relacionados à fome nos países periféricos.

¹⁰ Ocasionalmente em virtude da opção pela segurança alimentar, a qual supõe importações sempre que os preços internos se apresentarem menos competitivos.

Daí a importância de não se perder de vista a estratégica opção pela soberania alimentar, pois, “a fome não é tanto a consequência de uma produção alimentar insuficiente, como da marginalização econômica de certas populações” (CHONCHOL, p 36, 2005).

A alteração nas relações de produção e a especialização produtiva para atender as demandas do mercado ocasionaram vários desajustes na produção interna de alimentos, exigindo constantes intervenções a fim de assegurar reajustes na cadeia de produção. Exemplo disso é quando ocorre um decréscimo na área de plantio de alimentos de consumo interno (feijão), acarretando na redução da oferta do produto e, conseqüentemente, na elevação do preço. Dessa forma os produtores diminuem a área de outras culturas menos rentáveis, o que pode inclusive ser extensivo a algumas *commodities*, aumentando a produção do bem temporariamente escasso, no caso, o feijão, até haver nova estabilização entre oferta e preços.

É assim que ocorrem inúmeras oscilações nos preços praticados, o que não pode ser entendido sem a necessária correlação com a redução do poder aquisitivo da população mais pobre, cujos rendimentos são destinados, em grande parte, para a compra de alimentos, fator que também reduz a capacidade de consumo e, conseqüentemente, a dinamização de outros setores da economia.

Essa lógica mais ampla permite compreender a razão pela qual ocorre a expansão de determinadas culturas, em sua íntima correlação com maior demanda de mercado, e que se explica em face da possibilidade de utilização dos produtos e subprodutos destas, tanto para o consumo humano, como para a alimentação animal. São culturas passíveis de agregação de valor ao produto final, tal como a soja e o milho, entre outras, contribuindo com a especialização produtiva e, por sua vez, com a expansão e concentração das empresas do agronegócio.

A especialização da produção favoreceu a expansão da área de produção de determinados produtos agrícolas, principalmente daqueles que passaram pelas etapas de industrialização, aumentando a área cultivada e a produtividade por meio da introdução de novas tecnologias. Essa utilização de tecnologias aumentou a produtividade do trabalho:

[...] a produtividade crescente do trabalho expressa-se justamente na proporção maior de matéria-prima absorvida por determinada quantidade de trabalho, pelo volume, portanto de matéria-prima que uma hora de trabalho, por exemplo, transforma em produto, em mercadoria (OLIVEIRA, 1986, p. 27).

Ao mesmo tempo em que ocorreu o aumento da produtividade do trabalho, da produtividade agrícola, e a introdução de novas áreas de produção no processo produtivo, ocorreu uma maior dependência em relação aos mercados externos e uma diminuição na remuneração obtida com a comercialização dessas *commodities*.

Embora não tenham ocorrido amplas oscilações no preço de comercialização desses produtos, houve aumento do custo de produção, em decorrência da alta do preço dos insumos produtivos praticados pelo setor do agronegócio, em função de um reduzido número de empresas atuarem na produção e comercialização de tais insumos.

A dependência em relação aos insumos de produção e a elevação do custo diminuíram a margem de rentabilidade obtida com a venda dos produtos agropecuários, tornando necessário o aumento da quantidade produzida, fator que redundou na vulnerabilidade dos ecossistemas e na instabilidade das comunidades locais:

Um mercado mundializado (*commodities*) como o de grãos, impõe à agricultura um elevado padrão científico e tecnológico, tornando-a extremamente dependente do capital, bastando observar que, excluída a terra, são os fertilizantes, herbicidas, inseticidas, praguicidas, sementes e as máquinas que mais pesam na estrutura de custos totais por hectare (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 233).

Esse modelo propiciou a expansão do capitalismo e do domínio das empresas multinacionais. Segundo Haesbart e Porto-Gonçalves (2006), algumas poucas empresas já controlam parte significativa do ramo de alimentos e remédios, sendo que 90% do setor de agroquímicos, no ano de 2003, foram controlados por seis empresas (quadro 1).

SETOR	Controle do mercado mundial (em %)	Principais empresas
Agroquímicos	90,0	Bayer, Syngenta, Monsanto, Basf, Dow e Dupont.
Produtos Farmacêuticos	58,4	Pfizer + Pharmacia, Glaxo Merck & Co., Bristol Myers, Astra Zeneca, Aventis, Novartis e SmithKline.
Alimentos e Bebidas	34	Nestlé, Kraft Foods, ConAgra, Pepsico, Unilever, Archer Daniels, Midland, Cargill, Coca-Cola Diageo, Mars Inc.
Sementes	30	Dupont, Monsanto, Syngenta, Groupe Limagrain, Savia, Advanta, delta & Pine Land, Dow - às quais mais tarde, se somaram a Bayer e Basf.

Quadro 2 - O poder das dez maiores empresas por setores selecionados.

Fonte: La jornada, México, 1ºmar. /2003 (apud HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 121).

Portanto, devido à intensificação da adoção de tecnologias e da especialização em determinadas culturas, houve aumento do poder das empresas do agronegócio, as quais, constantemente, articulam-se para manter o domínio da produção de novas tecnologias e o controle da produção agrícola e da comercialização.

Para Santos (2000, p. 81), “com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da terra se tornam funcional às necessidades, usos e apetites de estados e empresas nesta fase da história,” alterando a paisagem, a formação dos territórios, o mercado de trabalho e as características sociais da população.

A intensidade de transformações territoriais é muito distinta e variável, de acordo com as especificidades e particularidades do recorte em questão, estando relacionadas à demanda do mercado. Em função da expansão da produção capitalista, muitas áreas estão sendo rapidamente incorporadas ao processo produtivo.

O surgimento de novas tecnologias interferiu no processo produtivo, aumentando a produtividade do trabalho e da terra, gerando mudanças e adaptações nos antigos processos de produção. Assim, muitas das estruturas de produção perderam sua viabilidade econômica em prol dessas tecnologias.

O acesso a utilização dessas novas tecnologias impôs restrições a reprodução de pequenos proprietários e favoreceu a concentração da sua utilização por parte dos produtores capitalizados, que apresentaram maior capacidade de endividamento, favorecendo a concentração fundiária, e de capital por parte de um, reduzido número de agentes.

Para os pequenos produtores agrícolas, uma das formas de inserção ocorre devido ao processo de integração com os complexos agroindustriais, sendo que as agroindústrias determinam o processo de produção, fornecem os insumos produtivos e são responsáveis pela etapa de transformação e comercialização da produção. Porém, nesse processo de integração, a autonomia desses produtores em relação ao processo de produção é reduzida, os preços obtidos por seus produtos geralmente apresentam baixa lucratividade, e por vezes, o preço não é viável de acordo com os parâmetros da economia de mercado.

Como os camponeses não visam somente a remuneração econômica, mas sim a satisfação das necessidades da família, lutam para permanecer na terra. Sendo assim, muitas vezes eles abrem caminho para outros rearranjos produtivos, substituindo um produto por outro, visando manter o equilíbrio econômico, nem que para isso parte da sua renda seja drenada por agentes externos, ou seja, a remuneração pelo serviço empregado na produção muitas vezes fica aquém dos parâmetros de remuneração mínima praticada no mercado.

Eis o sentido da afirmação de que as relações de produção correspondentes ao campesinato são consideradas como não tipicamente capitalistas. Os interstícios do processo de integração entre agroindústria e produtores pequenos são reveladores dessa lógica, a que chamamos de sujeição da renda da terra ao capital.

Em muitos lugares é possível perceber a prevalência de frações territoriais instituídas por essa ordem, conforme explica Fernandes:

[...] temos três tipos de paisagem: a do território do agronegócio que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura, pela produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* (FERNANDES, 2008, p. 296).

Segundo Fernandes (2008), por meio da terceirização da produção, ou seja, dos sistemas de integração entre produtores e a indústria, o agronegócio procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato.

Com isso, há um embate que tende à expulsão de inúmeros camponeses e indígenas, fazendo parte do processo de expansão de fronteiras agrícolas e do agronegócio. O reflexo desse modelo de produção é a intensificação do plantio, principalmente de determinadas *commodities*.

Pereira e Lugnani (1989) retratam que no período de 1979/1980 a 1984/1985, no estado do Paraná, ocorreu a expansão do plantio de soja em detrimento das áreas de plantio de produtos voltados a atender o consumo interno. Segundo esses autores, o crédito concedido aos produtores visava, principalmente, fomentar a produção de soja, não sendo todos os agricultores que conseguiram obter esse crédito. Somente aqueles que possuíam capacidade de endividamento foram beneficiados. Ou seja, aqueles que obtiveram financiamentos para investir na mecanização e adoção de tecnologias.

De acordo com Pereira e Lugnani (1989), o decreto n.º 53.991 de 07/12/1965 caracterizou o maior desvirtuamento da política, pois esse decreto incluiu as agroindústrias e exportadoras como beneficiárias do programa político.

Essas medidas favoreceram a expansão da industrialização e a atuação das grandes empresas nacionais e internacionais do agronegócio. No Paraná, foi possível verificar os impactos sociais, pois com a introdução da mecanização e a expansão do trinômio soja-milho-trigo, ocorreu a dispensa de grande quantidade de trabalhadores rurais e muitos proprietários que não conseguiram se adequar também foram excluídos:

A intensiva mecanização do cultivo e colheita do produto levou à dispensa de um número enorme de trabalhadores rurais. Mesmo aqueles que eram pequenos ou médios proprietários enfrentavam grandes dificuldades para manter suas fazendas, se não conseguissem operar a transição das culturas tradicionais para a nova vedete agrícola: a soja. Ocorre que, tanto pela escala de produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio de soja só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores. O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integraram ao contingente de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses ou de outros estados (OLIVEIRA, D., 2001, p. 37).

As alterações na forma de produção agrícola causaram degradação das relações de trabalho, para Elias (2006, p. 14), “uma das conseqüências da reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil é o processo acelerado de urbanização e crescimento urbano, promovidos, entre outros, pelas novas relações entre o campo e a cidade”.

Quanto à dinâmica populacional, foi intensificado o fluxo migratório em conseqüência do êxodo de pequenos proprietários e de parceiros e arrendatários, fator que contribuiu para a crescente urbanização das cidades médias e grandes e para o esvaziamento das pequenas cidades. Algumas pessoas aprenderam novas profissões e outras acabaram excluídas e marginalizadas, pois a quantidade de empregos foi insuficiente para todos.

A redução de pessoas ligadas à produção agrícola, por sua vez, gerou decréscimo na circulação de dinheiro acarretando diminuição das atividades ligadas ao setor de comércio e ao setor de serviços. O resultado foi um decréscimo da demanda interna, por produtos, promovendo o declínio da economia destes municípios.

As cidades médias e grandes serviram como pólo atrativo de população, em função da maior oferta de empregos, mas nem todos os migrantes conseguiram empregos, de tal forma que, muitas vezes, só lhes restaram os trabalhos informais e os serviços prestados pela assistência social.

Esse processo ocorreu principalmente a partir da década de 1970, momento em que a população rural entra em declínio e a população urbana se expande continuamente. Conforme pode ser verificado no estado do Paraná, (gráfico 11).

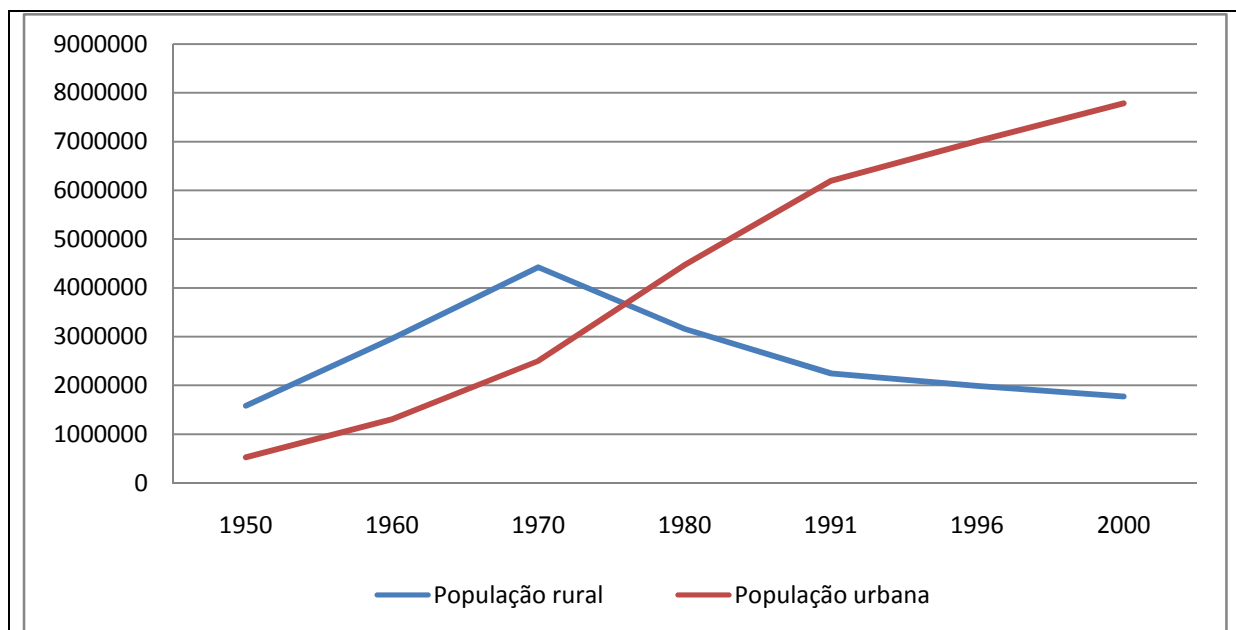


Gráfico 11 – Evolução demográfica da população paranaense entre as décadas de 1950 e 2000.
Fonte: IBGE (2008).

Nos municípios com pequenas cidades e conectados ao agronegócio, acentuaram-se as modificações. No período em que a lucratividade da soja foi alta, os empresários agrícolas e produtores elevaram seus rendimentos e a concentração de riquezas, aumentando as desigualdades sociais. Esse processo foi seletivo, e abrangeu uma pequena parcela da população.

Em função dos rendimentos obtidos com a renda capitalizada da terra, dos lucros provenientes da produção de *commodities*, tornou-se boa alternativa investir na compra de terras, na tecnificação e na mecanização das propriedades agrícolas. Paralelamente, houve concentração de investimentos na cadeia de produção agrícola destinada à exportação. Portanto a modernização foi direcionada aos produtos destinados ao mercado externo:

[...] a modernização da agricultura e a implantação de complexos agroindustriais não ocorreram de forma generalizada, isto é, não foram direcionadas a todos os produtos agrícolas e nem a todos os lugares. Sobressaiu a implantação de complexos em setores cujas produções eram orientadas em grande parte para a exportação e para áreas privilegiadas quanto à valorização do capital, isto é, que apresentassem condições vantajosas a respeito da infra-estrutura, mercado consumidor e até mesmo condições naturais muito atreladas aos avanços das inovações biotecnológicas, dentre outras (FRESCA, 2004, p.188).

Dessa forma, as alterações foram sendo realizadas no território paranaense em função das características físicas do estado, sendo incorporados ao processo produtivo os locais onde a fertilidades do solo, as condições climáticas e a declividade favoreceram a expansão da agricultura de escala.

A pesquisa de Brepohl (1982), realizada na região de Cascavel, município do estado do Paraná, aponta que ocorreu uma especialização no processo de produção agrícola, com a expansão da cultura de soja, ocasionando alterações significativas no espaço geográfico.

Em relação à alteração do uso dos solos, a pesquisa de Brepohl (1982) nos remete a alguns indícios das transformações postas em prática. Ela pesquisou a forma de acesso ao uso do solo (por meio dos contratos de arrendamentos) no município de Cascavel, PR, entre as décadas de 1960 a 1980. Suas pesquisas contribuíram para o entendimento da interferência da adoção de tecnologias na alteração do uso do solo e nas relações de produção.

De acordo com a referida autora, em relação ao período de 1960/1970, os arrendamentos ocorriam em parcelas de terras maiores, pois se tratava de médios e grandes proprietários que arrendavam parcelas de sua propriedade, dedicando-se à outra atividade econômica, provavelmente fora do setor primário. Tais proprietários dividiam suas terras entre dois ou mais parceiros.

A extração de madeira e a policultura eram as atividades predominantes. De forma menos expressiva, ocorria o plantio de soja e trigo, sendo que a adoção da mecanização era mínima e os cultivos dependiam predominantemente da força animal e da mão-de-obra braçal, o que justificava o trabalho na forma de parceria.

Naquele período, os grandes proprietários dividiam sua propriedade e a deixavam nas mãos de parceiros, ou seja, o uso da terra era menos concentrado. Com a expansão da mecanização, houve redução na quantidade de parceiros e aumento da área dos arrendamentos, concentrando também o uso do solo, com conseqüente modificação nas relações de trabalho e de produção dessa região.

A propriedade da terra já era concentrada, porém devido às circunstâncias daquele período (intensiva utilização de mão-de-obra), o número de estabelecimentos produtivos era maior.

Logo, devido a ampliação do processo de mecanização, foram reduzidas as alternativas de inclusão de parceiros e meeiros, sendo que a terra passou a ser utilizada com maior intensidade pelos proprietários ou por arrendatários capitalistas tecnificados, salvo alguns casos em que houve o aumento do número de propriedades devido à implantação de assentamentos rurais, política intensificada na década de 1990 que privilegiou determinados municípios e regiões. Um bom exemplo no Paraná e a região noroeste.

No período de 1970/1980, na região de Cascavel, de acordo com Brepohl (1982), o tamanho da área utilizada com arrendamentos tendeu a aumentar de forma significativa, no período áureo da soja. Os proprietários que arrendaram suas terras eram predominantemente pequenos produtores. Para Brepohl, os arrendamentos rurais acompanharam o processo de especialização regional. O arrendatário se configurou, não como um pequeno parceiro ou meeiro, mas sim como um produtor ligado às culturas dinâmicas da região.

Naquele período, ocorreu a troca de cultivos, aumentando a participação da produção de cereais e leguminosas, especialmente da soja, principalmente, em função da adoção da mecanização e da utilização de insumos químicos.

Houve uma divisão entre os detentores da propriedade fundiária e os donos dos instrumentos de trabalho na região de Cascavel. Isso se justifica pelas características dos cultivos, devido à adoção dos novos padrões tecnológicos: as culturas de soja e trigo passaram a ocupar 35% das áreas dos arrendamentos, seguindo-lhes “cereais em geral” com 17,9%, e 13,2%, respectivamente, de cultivo associado do milho, trigo e soja. Dessa forma, reduziu-se a extração de madeira e da policultura. Outros fatores, também, foram decisivos para que essas alterações fossem efetivadas, tais como a queda dos subsídios ofertados aos produtores agrícolas e a elevação das taxas de juros.

Em função da intensificação do uso de tecnologias e da mecanização houve aumento da especialização, mesmo porque a política pública propiciava condições para dar vazão ao referido sistema.

Conforme destaca Paulino (2003, p. 269), “a modernização da base técnica da agricultura tem sido importante para a acumulação do setor industrial, a qual tem inclusive se apoiado numa espécie de mediação do próprio Estado”.

Embora se valendo de instrumental teórico distinto do anteriormente evocado, Elias (2007) destaca o papel do Estado na produção do espaço, por meio da implantação de políticas públicas ligadas ao setor agrícola que fomentam a produção articulada à formação dos complexos agroindustriais e seus conseqüentes reflexos na homogeneização da paisagem.

Tais fatores contribuíram para que ocorresse a expansão de determinados tipos de produção, beneficiando uma parcela de produtores e demais setores envolvidos com o setor do agronegócio, transformando os territórios e as relações sociais pré-existentes. De acordo com Marques:

No final dos anos 1970, inicia-se no Brasil um processo de abertura política e, cerca de dez anos depois, a abertura de mercado, responsáveis por uma série de mudanças econômicas e institucionais. Do estado desenvolvimentista, empreendedor e voltado para um projeto de transformação do país em uma grande potência, no qual a inclusão social era concebida como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento econômico, passamos ao Estado Neoliberal (2008, p. 59).

Para Marques (2008), o neoliberalismo teve como principal objetivo, garantir, em nível nacional, as condições necessárias para o bom funcionamento do mercado capitalista, em conformidade com as exigências do capital financeiro global e, ao mesmo tempo, administrar os custos ambientais e sociais.

Sendo assim, é possível entender o desvirtuamento das políticas públicas em prol do beneficiamento das grandes monoculturas, produzindo a redução de produtos de autoconsumo e os desajustes municipais.

De acordo com Bulhões (2007), na década de 1980, ocorreu a redução de impostos em relação aos produtos industrializados com destino à exportação, fator que produziu um equilíbrio nas contas externas do Brasil e um prejuízo aos Estados exportadores, pois acarretou na redução das arrecadações do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) e conseqüentemente, na redução dos repasses para os municípios geradores dos produtos.

Em 1996, a Lei Kandir, por sua vez, desonerou as exportações dos produtos agropecuários semi-industrializados da cobrança de ICMS, favorecendo também a exportação da matéria-prima in natura, de acordo com Bulhões:

A Lei Kandir proporcionou aos agentes envolvidos com a venda da soja, um incremento que varia de 12,0% a 18% na receita da soja em natura para o mercado externo pela elevação dos preços recebidos. No entanto a Lei não beneficiou os produtos derivados da soja (farelo e óleo), ou seja, a indústria continua pagando o ICMS, além do PIS e COFINS. Logo todas as vezes que a indústria localizada em um Estado, adquirir soja em outra federação, arcará com o pagamento de 12% a 18% de ICMS. Em suma o produto industrializado tem um custo relativamente maior do que a matéria-prima na exportação, o que pode gerar um desequilíbrio danoso à indústria, principalmente nos Estados com grande capacidade instalada como é o caso do Paraná e São Paulo (BULHÕES, 2007, p. 58).

Essa Lei favoreceu a exportação de produtos e isentou o agronegócio do pagamento de ICMS, além de incentivar a instalação de unidades de beneficiamento em outros estados produtores, favorecendo a expansão dos complexos agroindustriais.

No caso brasileiro ocorreu um rearranjo do controle estatal em função das políticas neoliberais, prejudicando os produtores rurais que realizavam o cultivo de produtos destinados ao mercado interno e favorecendo os empresários rurais ligados às culturas voltadas para o setor industrial e de exportação.

Esse modelo foi imposto aos países periféricos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), acarretando na maior abertura dos mercados e proporcionando a intensificação de circulação de mercadorias em decorrência do processo de industrialização da agricultura, alterando a divisão social do trabalho e ampliando o processo de acumulação capitalista em prol de alguns agentes do agronegócio.

Com a abertura dos mercados e a crescente mercantilização da agricultura, os países periféricos, cada vez mais, perderam o domínio sobre a produção de seus alimentos e sobre a soberania alimentar de seus países. Ou seja, esse modelo produtivista visou a segurança alimentar nos termos de estoques disponíveis às demandas de mercado, mas simplesmente ignorou a sustentabilidade ambiental, social e econômica, o que nos permite afirmar tratar-se de mera continuidade do modelo primário exportador, cujas origens estão no período colonial:

O avanço da fronteira agrícola, pautada na cultura de soja, que se deu no Brasil a partir da segunda metade do século XX, tomou dimensões importantes. Tal avanço permite inferir que se está vivendo uma nova onda em torno de uma cultura agrícola, a qual gera uma contribuição significativa para o desenvolvimento da economia nacional (e regional), a exemplo dos ciclos anteriores, sobretudo o de cana-de-açúcar e do café (BULHÕES, 2007, p. 48).

A diferença do período atual, em relação ao colonial, está, intrinsecamente, relacionada à intensificação da utilização de tecnologias e de informações favorecendo o controle, por parte de poucas multinacionais, tanto do sistema de produção quanto da comercialização da produção agrícola. Isso favorece a concentração do capital financeiro global por parte dessas empresas.

Nas cidades sede de áreas em que ocorreu uma maior expansão de lavouras cujos produtos são vinculados à lógica das *commodities* paralelamente aumentou a circulação monetária acarretando o aumento da demanda por bens de consumo não duráveis e até bens de consumo duráveis, como eletro-domésticos, veículos, etc. Para Andrade (1995), existe uma grande diferença entre o rural voltado para produção de alimentos de consumo interno e o rural destinado à produção de alimentos e matérias-primas para a exportação.

Nas cidades do agronegócio é possível perceber a influência da cotação dos preços de *commodities*, no crescimento econômico, na especialização produtiva e até mesmo a repercussão da queda dos preços agrícolas no declínio da economia.

A dinâmica econômica dessas cidades é diferente. De acordo com Elias:

Diferentemente do consumo consumptivo, que cria demandas heterogêneas segundo os estratos de renda, o consumo produtivo agrícola gera demandas heterogêneas conforme as necessidades de cada produto (agrícola ou agroindustrial) e durante as diversas etapas do processo produtivo, diferenciando os equipamentos mercantis. Portanto, para compreender a economia urbana das cidades do agronegócio, é importante observar as funções exercidas por cada uma durante as diferentes etapas do processo produtivo, como safra e entressafra (ELIAS, 2007, p. 61).

Conforme Elias (2007), no período de safra é possível verificar com maior nitidez a especialização das cidades, como foi apurado no caso do recorte espacial da pesquisa, em Sertanópolis, onde, devido à influência do setor agrícola, expande-se a contratação de empregados temporários, como operadores de máquinas e trabalhadores braçais sem maior qualificação, que se deslocam para outros estados da federação. Com isso, verifica-se um processo migratório que tende a se repetir anualmente, com desdobramentos para o campo e, não menos importante, para a cidade que os expulsa e para aquelas que os recebem por um curto período.

A movimentação do comércio local, por parte dos agricultores, também ocorre, principalmente nesse período, em função das compras ou investimentos em imóveis. Quando

o rendimento dos seus produtos agrícolas é elevado, a economia local se dinamiza. Entretanto, quando os preços recuam, sobrevém a instabilidade e a diminuição de muitos negócios.

Para parte dos agricultores que se especializaram, e se viram envoltos pela monopolização de suas atividades pelo agronegócio, não é tarefa fácil realizar um planejamento de suas atividades, pois a instabilidade dos preços agrícolas não lhes permite realizar um planejamento e nem tão pouco se posicionar perante seus investimentos.

São inúmeros produtores, os quais apresentam grande concorrência entre si, ofertando e vendendo o mesmo produto. Porém, na hora de comprar os insumos e de comercializar sua produção, esses agricultores deparam-se com poucas empresas atuando, as quais estão sujeitas a pouca concorrência, podendo, dessa forma, elevar a margem de sua lucratividade.

O setor agrícola é parte integrante das grandes empresas do agronegócio, as quais exercem o controle devido ao alto preço dos insumos e máquinas, ou por meio da compra das matérias-primas e dos produtos agrícolas, por baixos preços. Logo, essas características colocam o sistema sob a égide do capital monopolista e, para Oliveira (2007, p. 31):

A agricultura sob o capital monopolista desenvolveu-se na direção do aumento qualitativo da produtividade do trabalho, no rumo da baixa geral de seus preços, o que significa dizer que criou condições concretas para a acumulação, no seio dos monopólios, sob sua forma industrial.

Dessa forma, o ritmo de crescimento econômico, entre as diferentes localidades, acentuou as diferenças entre os espaços geográficos em função da expansão de determinados tipos de atividades econômicas, sendo que os espaços destinados aos produtos de autoconsumo apresentam um ritmo mais lento de circulação de capital e de crescimento econômico, porém são espaços mais estáveis.

A capacidade de expansão do agronegócio e de seu domínio territorial está intimamente ligada à expansão da especialização e da agroindustrialização, portanto, não só as características geográficas interferem em tal dinâmica, mas, também, o Estado e as empresas hegemônicas que fazem parte do agronegócio.

Para Elias (2006, p. 57), “a difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado tem o poder de impor especializações produtivas ao território”, mas embora existam regiões aptas para serem incorporadas ao processo produtivo, muitas só serão efetivamente utilizadas para fins produtivos quando dispuserem de infraestrutura adequada, como estradas, silos etc., que sustentem o processo produtivo e possibilitem o escoamento da

produção agrícola, bem como de cooperativas, multinacionais, revendas entre outros, os quais viabilizem a transferência de tecnologia e de recursos financeiros e atuem comercializando os insumos agrícolas.

Esses processos foram dinamizados, em função da ação de alguns agentes, dentre os quais se tem a atuação das grandes multinacionais:

As grandes multinacionais atuando como *tradings* agrícolas ou como agroindústrias exercem sua territorialidade estabelecendo seus fixos e criando seus fluxos, seja com a compra e exportação de *commodities*, seja com o processamento industrial e posterior comercialização. Em geral há uma integração entre os processos (FAJARDO, 2008).

O período técnico-científico-informacional viabilizou a intensificação da circulação de mercadorias e da utilização de técnicas. Os países centrais participaram do processo, vendendo insumos aos países periféricos, e ao mesmo tempo, importando seus produtos agropecuários.

O fator que possibilitou a intensificação da reestruturação produtiva agropecuária foi, justamente, as relações que se estabeleceram entre os países centrais e periféricos.

Aos países periféricos coube o papel da produção de *commodities*, uma vez que esses possuem custo de mão-de-obra mais baixo, bem como menor remuneração em relação à renda da terra. Concorreram também políticas agrícolas que fomentam a exportação agrícola, ou seja, fatores que viabilizaram a diminuição do custo do produto e a exportação agrícola. Contudo, os impactos ambientais da atividade agrícola acabaram por recair nos países periféricos, que vem se deparando com progressiva degradação de seus recursos naturais, a exemplo da erosão do solo, do aumento dos problemas com poluição hídrica em consequência da crescente utilização de agroquímicos e de agrotóxicos, entre outros.

Acrescente-se ainda que os preços dos insumos produtivos cada vez mais são controlados por grandes transnacionais, sediadas nos países centrais. Em relação aos gastos com agrotóxicos, os países periféricos desembolsam uma quantia monetária maior para cultivar suas lavouras:

Saliente-se, ainda, que as empresas do setor de agroquímico têm suas sedes, na quase totalidade, nos países Europeus, nos EUA e no Canadá e, assim,

essa geografia desigual dos insumos, no mundo, revela o modo desigual como se valorizam os lugares, as regiões, os países e seus povos e culturas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 267).

Os países periféricos continuam com o papel de fornecedores de matérias-primas, a baixos custos, devido à exploração do trabalho e dos recursos naturais, alterando as condições locais; enquanto os países centrais fornecem tecnologias e insumos a preços cada vez mais elevados, e garantem a manutenção do estoque de suas matérias-primas:

É assim que o Brasil como receptor de capital e de tecnologia dá a sua contribuição para o ajuste espacial, assentindo como o lugar que os países centrais lhe reservaram na divisão territorial do trabalho. Desse modo, ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, pouco pode contribuir para o desenvolvimento efetivamente sustentável do país, que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva, notadamente da agricultura (PAULINO, 2008, p. 229).

No Paraná, é possível visualizar essas interações por meio da expansão do cultivo de algumas culturas voltadas para exportação, como é o caso da cultura da soja, proporcionando, de acordo com Paulino (2007, p.169),

[...] um descompasso de valores entre os bens primários e os demais, fato evidenciado não só pelas cifras envolvidas, mas também pela composição dos custos de importação da agropecuária, composta por bens manufaturados, particularmente máquinas e insumos.

Algumas questões contribuem para acelerar esse processo, pois de acordo com Fajardo (2008):

As empresas globais do agronegócio representariam a materialização das relações externas como determinantes na configuração e no direcionamento das atividades produtivas. Por conseguinte as mesmas estariam vinculadas a um sistema de decisões que é internacional e global.

Isso é particularmente visível no Paraná, posto que 60% da comercialização da produção de soja, que ocorre entre os meses de abril e julho, é controlada por grandes empresas multinacionais (ZANCHET, 2008).

Isso revela o quão oportunas foram as advertências de Milton Santos, para o qual as lógicas externas, cada vez mais, interferem nas áreas agrícolas, transformando-as em lugar da vulnerabilidade:

De tais áreas pode-se dizer que atualmente funcionam sob um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área da ação; mas essas lógicas são internas aos setores e às empresas globais que as mobilizam. Daí se criarem situações de alienação que escapam a regulações locais ou nacionais (SANTOS, 2000, p. 92-93).

O agronegócio favorece a expansão dessas lógicas externas, pois com a padronização da produção e ampliação do cultivo em escala, a produção e comercialização se tornaram mais fáceis e, assim, a circulação de mercadorias e o fluxo dos produtos pode se expandir.

No entanto, esse modelo causa alterações em escala conforme ressaltamos anteriormente, causando muitas distorções e acirrando as desigualdades sociais, aumentando a pobreza e a fome nos países periféricos.

A utilização de tecnologias favoreceu e fortaleceu a expansão da produção de monoculturas de exportação e a circulação de mercadoria, respondendo a uma demanda global. Em contrapartida, interferiu na transformação dos municípios agrícolas envolvidos com a geração das *commodities*, bem como influenciou na sua diferenciação, transformando o campo e a cidade:

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra (SANTOS, 2008b, p. 80).

Ou seja, as transformações em toda a cadeia de produção alimentar são influenciadas pela ação de grandes empresas do agronegócio e a agricultura de países periféricos perde, cada vez mais, o vínculo com as necessidades locais, gerando uma desconexão entre o local de produção e o local de consumo dos alimentos.

Não que a importância geográfica desses fatores tenha sido reduzida, mas pelo contrário, é necessário compreender a lógica que interfere em tais alterações dos espaços geográficos. Parece assim inequívoco que o desenvolvimento do país, articulado à própria soberania alimentar, passa pelo controle político do setor agrícola. Sendo assim, a expansão

da produção de exportação, em detrimento da produção interna, encontra-se na contramão, pelos próprios custos socioambientais que a mesma supõe.

A internacionalização da produção, devido o aumento da demanda mundial por alimentos e a expansão de processos especulativos, devido aos desajustes provocados pela ampliação das áreas de produção, são processos profundamente orientados pela cotação dos preços agrícolas, a qual afeta inclusive o impacto proporcionado pela renda diferencial relativa à localização e fertilidade do solo.

Como, pode-se observar, quando acontece a alta dos preços agrícolas, aumenta-se o desmatamento agrícola, assim como a concentração da posse de terra nas mãos de poucos proprietários, expulsando camponeses, indígenas, e ribeirinhos, fato verificado nos meios de comunicação. Ao mesmo tempo ocorre o crescimento econômico instável das regiões das novas fronteiras agrícolas.

O problema desse modelo está relacionado justamente com os impactos socioambientais, pois este está voltado somente para o crescimento econômico e acaba por causar muitas transformações que não se sustentam ao longo do tempo. Além disso, muitos custos ambientais não são contabilizados, as reservas florestais, a cultura dos povos indígenas e de camponeses, a erosão genética, o gasto energético, os efeitos do gás estufa, entre tantos outros.

Somado aos problemas ambientais, outro fator que fica pouco evidenciado refere-se ao impacto social dessa prática, como já foi relatado anteriormente, pois vários estudos demonstram que a produção de *commodities* como soja, milho, são poupadoras de mão-de-obra (BRAGUETTO, 1996; PORTO-GONÇALVES, 2006; SERRA, 1999).

Dessa forma “a população sai do campo e vai para a favela das grandes cidades. Alguns disputam subempregos, outros nem isso conseguem e se tornam marginais” (SERRA, 1999, p.150), ou seja, parte da população rural é excluída inclusive do mundo do trabalho.

O modelo agroexportador causa impactos socioambientais, sobretudo, para os camponeses, os quais, não raramente, vendem seus produtos abaixo do preço.

Os camponeses não conseguem sobreviver somente das atividades inerentes ao agronegócio, e sua participação nesse processo, muitas vezes, leva a perdas patrimoniais, à depreciação de maquinários e conseqüente descapitalização. Em outros casos, esses sujeitos precisam recorrer a trabalhos acessórios ou à diversificação da produção para conseguir equilibrar seus rendimentos.

Para Shanin (2008, p. 41), “ser camponês é saber como combinar muitas ocupações, como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas”. De acordo com o autor, “a verdadeira característica e definição dos camponeses, têm como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, mas sempre uma combinação”. Essa característica confere a essa classe a possibilidade de mudar de atividades e de se adaptar às novas dinâmicas do setor agrícola, não os tornando total e permanentemente dependentes da economia de mercado.

Outro fator de extrema importância que permeia as relações do campo brasileiro se refere à valorização fundiária. De acordo com Ariovaldo Oliveira (2001, p. 187), no Brasil, “grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil estas funcionam ora como reserva de valor ora como reserva patrimonial”:

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do centro sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram essa fusão. Dessa forma os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terras no Brasil, possuindo áreas com dimensão nunca registradas na história da humanidade (OLIVEIRA, A., 2001, p. 186).

Essa característica agrária brasileira aliada ao crescimento de demanda mundial por produtos agrícolas acarretara maiores distorções e desequilíbrios, pois, sendo a propriedade fundiária utilizada como reserva de valor, e para fins especulativos, ela não será utilizada no processo produtivo. O grande interesse dos seus detentores é que ocorra a valorização dos produtos agrícolas, para que, assim, suas propriedades se valorizem. A posse da terra também serve como reserva patrimonial, quando é utilizada como garantia para as transações creditícias, captando recursos financeiros do Estado:

[...] o avanço da fronteira é muito mais um instrumento para a especulação fundiária, em que a grilagem é um dos instrumentos de apropriação, do que propriamente um imperativo de mercado, com uma suposta relação entre valorização de *commodities* e incorporação de áreas para o cultivo. É certo que esse mecanismo atua, contudo, é a especulação que o precede, beneficiando-se das situações conjunturais de preços para ampliar a margem de ganhos com a renda capitalizada da terra (PAULINO, 2008, p. 225).

A valorização das terras ocorre quando os preços das *commodities* sofrem valorização, mesmo porque o preço de comercialização de um alqueire de terra, geralmente é fixado em quantidade de sacas de soja ou arrobas de boi. Ou seja, mesmo antes da terra tornar-se produtiva, se ela possui aptidões para lavouras, já apresenta potencial de valorização.

O acesso à propriedade privada proporciona a obtenção da renda capitalizada da terra. Essa forma de investimento é muito utilizada no Brasil. A expansão da fronteira agrícola está ligada à potencialidade de produção e de valorização fundiária. Empresários e grandes agricultores compram propriedades agrícolas em locais distantes, a preços baixos. Quando essas áreas são dotadas de infraestrutura e de empresas que garantam o comércio de insumos produtivos, e das comercializações da produção essas começam a serem introduzidas ao processo produtivo.

O governo atua no sentido de prover com infraestrutura e assistência técnica essas localidades, viabilizando a expansão da produção agrícola.

No caso de produções agrícolas destinadas à exportação, ou seja, ao mercado externo, todo esse processo realiza-se em função, principalmente, de uma demanda exógena, e, como conseqüência, aumenta a pressão sobre a estrutura endógena. Em outras palavras, em decorrência da necessidade global é realizada uma transformação local.

O problema ocasionado pela interação entre a demanda global e a oferta local é que todo o sistema produtivo sofre alterações, distorcendo a oferta de produtos de consumo interno, excluindo muitos estabelecimentos, bem como dinamizando o setor de serviços e comércio dos municípios em períodos de alta. No entanto esse processo não é estável economicamente ao longo do tempo, provocando muitas oscilações e instabilidades.

Outro problema que envolve essas questões refere-se à lógica do mercado, que baliza o preço das *commodities*, pois de acordo com a lei de oferta e da demanda, os produtos agrícolas respondem de forma inelástica, ou seja, quando se ampliam os preços pagos ao produtor, rapidamente ocorre uma expansão da área cultivada. Todavia, quando ocorre o aumento da oferta de produtos, como conseqüência, tem-se uma queda nos preços, mas não da produção.

Dessa forma, verifica-se que, em alguns períodos, ocorre a expansão e incorporação de vastas áreas ao sistema produtivo, e, assim, os aglomerados urbanos e as atividades comerciais das cidades vão sendo alteradas em função das alterações do campo.

A configuração do espaço geográfico modifica-se em função da rentabilidade obtida com os produtos agrícolas, daí a demanda por serviços se intensifica, favorecendo o

crescimento da economia. O montante de capital obtido com a comercialização dos produtos, por sua vez, não é contínuo. Sendo assim devido à oscilação dos preços dos produtos agrícolas, em períodos nos quais o preço de comercialização de *commodities* é baixo, a comunidade local é afetada, sendo que, para alguns, essas perdas podem gerar o aprofundamento da pobreza.

Há que se considerar que no momento da comercialização da produção, o preço não é definido pelo produtor e sim por agentes situados em posições hierárquicas superiores e que definem, em grande medida, as regras do mercado, dentre as quais pode-se incluir as políticas agrícolas internas e as subvenções adotadas pelos países desenvolvidos. De acordo com Mendes (1989), como os agricultores individuais não podem afetar os preços de seus produtos, há um forte incentivo para que eles aumentem sua rentabilidade valendo-se da redução de seus custos via melhoria da eficiência tecnológica na agricultura.

Tanto nas produções empresariais como nas não tipicamente capitalistas (em menor intensidade), as tecnologias oligopolizadas são portadoras de vulnerabilidades, pois excluem grande parcela de produtores, ao mesmo tempo em que oportunizam o controle sobre toda a cadeia de produção, em particular no que diz respeito à drenagem da maior parte dos rendimentos agrícolas.

Em relação às técnicas, o plantio direto, por exemplo, trouxe consigo vários benefícios ambientais, contudo também apresentou reflexos sociais, pois a introdução de máquinas mais eficientes e potentes propiciou o aumento da produtividade do trabalho e, dessa forma, proporcionou a redução de operações com maquinários e reduziu a quantidade de empregados envolvidos com as tarefas produtivas.

Essas alterações no sistema produtivo foram implantadas em função das necessidades de adaptação. Nesse sentido, o plantio direto foi disseminado como uma forma de evitar impactos ambientais e proporcionar melhoria na estrutura do solo; ademais se apresentou como sistema eficiente em termos econômicos e no controle de erosão do solo, em função da diminuição das operações mecanizadas, reduzindo ainda os custos com combustíveis e mão-de-obra.

Isoladamente, as tecnologias podem ser portadoras de inúmeras benesses, contudo, o sistema como um todo pode engendrar outras configurações sociais. Em decorrência do custo de implantação das tecnologias, vários agricultores são excluídos do processo, favorecendo a concentração fundiária. Em relação aos trabalhadores rurais, constata-se que o próprio

aumento da produtividade reduz a necessidade de trabalhadores. Isso torna o modelo cada vez mais restritivo em termos de geração de empregos.

Portanto é necessário que a sociedade coloque na pauta política um modelo de desenvolvimento em que a soberania alimentar tenha precedência, pois não se poderão encontrar níveis de desenvolvimento humano satisfatórios sem distribuição de renda e todos os acessos que a mesma oportuniza.

Se, ao contrário, prevalecer a opção pela segurança alimentar, que busca o provimento das demandas do mercado mundial de alimentos, , seguirão privilegiados certos tipos de atividades comprovadamente geradoras de impactos socioambientais nefastos, como bem esclarece Norder:

[...] a apropriação industrial do processo de agropecuária, a despeito de suas variações geográficas e históricas, levou a uma crescente desconexão entre a produção agropecuária e as condições locais, dentre as quais a natureza e a ecologia, as particularidades locais e regionais da força de trabalho e do campesinato, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas relativamente autônomas de organização do trabalho. Há com isso uma difusão de processos de produção com um elevado grau de mercantilização, uma acentuada utilização de insumos de origem agroindustrial e uma forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis e / ou contratuais (2006, p. 112).

Em outras palavras, a especialização produtiva apresenta grande dependência em relação ao sistema financeiro e bancário, e gera a redução da produção diversificada, agindo ainda de forma negativa sobre a qualidade do meio ambiente, não sem subordinar o trabalho camponês.

Enquanto aumentam as exportações, crescem os laços de dependência em relação aos agentes externos, sendo deixadas de lado as características culturais locais. Além disso, o próprio conhecimento sobre outros processos produtivos acaba por se perder, pois as gerações futuras têm, cada vez menos, contato com as tradições e hábitos locais.

A expansão de *commodities* voltadas para a exportação apresenta seu limite, pois quanto maior sua produção, menor o preço obtido com a comercialização. Em função do próprio limite do sistema, muitos agricultores procuram alternativas, tais como a diversificação da produção, a integração com agroindústrias e atividades ligadas ao turismo rural, entre outras.

Evidenciando que a partir do momento em que a produção de *commodities* começou a ser comercializada sobre a égide de um mercado globalizado capitalista, em constante disputa

pelo acréscimo da rentabilidade financeira, foi perceptível a formação de arranjos produtivos locais¹¹, a expansão de multinacionais e de revendas agropecuárias e de cooperativas, as quais proporcionaram o fomento da produção agrícola e remeteram a um modelo:

[...] agrário/agrícola que não só tende para concentração fundiária e de capital como, pela exigência elevada de capital que coloca, e impede a própria democratização do modelo, além de diminuir sensivelmente a mão-de-obra empregada e, também, a participação do trabalho na distribuição da renda nesse complexo produtivo como um todo. Na verdade, compensa-se a queda de preços dos produtos agrícolas com uma extrema concentração de capital e, assim, um setor estratégico, como o da produção de alimentos, se desloca para as mãos de umas poucas empresas transnacionais. O paradoxo é que se coloca em risco setor da atividade humana cujo objetivo era exatamente o da segurança alimentar - produção de alimentos (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.44-45).

Pois a forma dos países periféricos apresentarem competitividade perante aos países centrais reside na sujeição do trabalhador rural e dos agricultores, mesmo porque, muitas vezes, não é contabilizado o custo financeiro da mão-de-obra familiar, a renda da terra, o rendimento financeiro, a valorização da propriedade rural e a depreciação dos equipamentos agrícolas. Esses fatores acabam não entrando na composição dos custos de produção.

Somado a isso, as desigualdades entre países centrais e periféricos também são acentuadas em função dos subsídios agrícolas. No Brasil, atualmente, os agricultores não recebem, diretamente, subsídios para produção. Porém, constantemente, são necessários recursos financeiros estatais para socorrer o setor agrícola, seja através de taxas de juros menores, seja através da protelação e perdões de dívidas e de securitizações.

Os países centrais, por sua vez, lançam mão de políticas para recompor a renda e auxiliam os produtores agrícolas, sendo a própria área de produção definida por seus Estados. Assim, os agricultores recebem uma quantia monetária até para deixar áreas em pousio, se assim seus países decidirem, ou seja, os países centrais atuam de forma preventiva para manter o controle do mercado.

¹¹ Arranjo Produtivo Local é definido como aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal e de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outras, em um mesmo espaço geográfico (município, conjunto de municípios ou região), (IPARDES, 2004, p.3-4).

Esses subsídios são concedidos justamente em função da retórica da multifuncionalidade das propriedades rurais, para manter o equilíbrio de seus territórios e da sua economia interna. De acordo com Lupi e Carvalho:

Os países em desenvolvimento (periféricos) dominam o comércio agrícola principalmente em produtos em estágio primário de processamento, sendo os países desenvolvidos (centrais) os que têm maior participação nos produtos de maior valor agregado, havendo algumas exceções (como os produtos avícolas brasileiros), mesmo assim o comércio agrícola tem sido o campo preferido para a utilização de todo o tipo de barreira comercial. Especialmente as não tarifárias. Aplica-se ao comércio de bens agrícolas uma celeuma de regras de importação envolvendo cotas, procedimentos para licenciamento de importações, sistemas de preferências e tarifas variáveis (LUPI; CARVALHO, 2002, p. 91).

Assim, a segurança interna da economia, nos países centrais, e a soberania alimentar são tratadas com um conjunto de políticas que visam dar estabilidade aos sistemas produtivos. Esses autores acrescentam, ainda, que:

A motivação para tais práticas protecionistas nem sempre é exclusivamente comercial. Também há uma grande participação da retórica da multifuncionalidade. Ou seja, dos aspectos não comerciais relacionados com as políticas agrícolas, que envolvem a própria organização social dos países. Preservar comunidades rurais e garantir menores taxas de êxodo para as zonas urbanas têm assim sido tarefas justificadas de políticas protecionistas (LUPI; CARVALHO, 2002, p. 91).

Nos países centrais são utilizadas medidas de recomposição de renda como forma de intervenção e proteção para manter a população rural em suas comunidades, e, de certa forma, essas políticas podem ser analisadas como formas de resistência à lógica de mercado, sendo que por meio dessa prática, a pressão entre as diversas localidades produtoras não vai se manifestar da mesma forma, possibilitando, em alguns locais, a manutenção de suas economias internas.

De acordo com Castro et. al (2003), “as políticas de subsídios promovem o incremento da produção interna e reduzem as possíveis importações, desviando o comércio em terceiros mercados em detrimento de exportações mais competitivas de outros países, que não praticam os subsídios”. Então, o subsídio praticado nos países centrais resguarda a economia interna e força a competição nos países periféricos.

Ainda de acordo com esses autores, o subsídio aplicado em países centrais repercute sobre os países nos quais tal prática não é realizada, pois, estes geram alimentos em

excedente, os quais são comercializados no mercado internacional a preços mais baixos. Dessa forma, a política de subsídios pode estar associada à queda nos preços. Já nos países periféricos, é necessário praticar uma agricultura altamente eficiente para competir e se manter na cadeia de produção diante da cotação dos preços internacionais das *commodities*.

Dessa maneira, os países centrais exercem uma pressão impactando negativamente sobre as economias dos países periféricos.

De acordo com Paulino (2008, p. 231), em função de um conjunto de estratégias, envolvendo a apropriação da riqueza socialmente construída no Brasil, é que a agricultura de exportação se mantém competitiva nos mercados globais. E, dessa forma, as tomadas de decisões em locais distantes influenciam o desenvolvimento, as transformações locais e a própria soberania alimentar dos países periféricos.

Ademais, a expansão da produção de *commodities* e a concentração das empresas do agronegócio proporcionaram o aumento da terceirização de serviços e de empregos temporários, reduzindo os empregos permanentes e acirrando as contradições e os problemas em escala local.

3 UM OLHAR SOBRE A ESCALA LOCAL: O MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS

As transformações agrárias, em grande parte oriundas da tecnificação da agricultura, traduziram-se em impactos socioambientais, entre os quais ganha relevo o processo migratório campo-cidade, ocasionado principalmente em virtude da especialização da cadeia produtiva e da industrialização de etapas da produção agrícola.

Com o objetivo de verificar os impactos locais em municípios que apresentam forte presença do agronegócio, privilegiou-se um estudo de caso em Sertanópolis. Por meio de recortes que permitem um olhar mais atento às especificidades, em vista da própria escala em questão, procurou-se compreender a lógica do sistema produtivo hegemônico e apreender suas implicações na cidade e no campo.

Sertanópolis, município fundado em 1929, teve sua expansão ligada ao povoamento motivado pela expansão da cultura cafeeira, intensamente atrelada ao comércio internacional, característica ainda presente em função da exportação de *commodities*, como a soja, principal produto agrícola do município.

O caráter marcadamente agrícola em que se funda o município pode ser observado desde a década de 1920, momento em que a floresta original começou a ser devastada em favor da expansão dos cafezais (foto1).



Foto 1 – Fragmento de Floresta em Sertanópolis, ano de 1926.
Fonte: Museu Sertanópolis.

Cumpre salientar que a colonização do município foi realizada por companhias particulares. Estas receberam enormes concessões de terra do estado, sob o pretexto da incapacidade de promover por vias próprias o povoamento, que se desejava célere, em vista da pertinência de se incrementar rapidamente cofres públicos combalidos pelo nível modesto da atividade econômica existente até então.

As famílias “Chegavam às dezenas e se estabeleceram a treze quilômetros desse lugarejo, nos confins do sertão do norte do Paraná, para tomarem posse do lote de terra, comprado da companhia colonizadora do norte do Paraná.” (CARVALHO, 2002, p. 9). Padis (2006) afirmou que o crescimento demográfico desse município e das atividades comerciais estiveram vinculadas ao setor agropecuário, em função da expansão do café.

Para Carvalho (2002), os imigrantes que vieram colonizar Sertanópolis eram os trabalhadores “sem terra” daquele tempo, uma vez que na década de 1920 ocorria a crise cafeeira, a qual ocasionou uma queda do valor do café e, conseqüentemente, a desestruturação de muitas fazendas cafeeiras que tinham o colonato como base de sustentação:

Diante do quadro catastrófico deste momento quase insustentável, as famílias empregadas como colonos, que conseguiram economizar ao longo de vários anos de trabalho nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, tomaram a decisão de comprar cada uma um lote de terras, para em seguida mudarem-se (CARVALHO, 2002, p. 11).

Essa é a conjuntura na qual se dá a colonização de Sertanópolis. De acordo com Carvalho (2002), de forma geral, os lotes mediam perto de cinquenta alqueires paulista, raros eram os que excediam esse patamar de área, sendo inclusive freqüentes lotes menores.

Em termos político-administrativos, atualmente, o município de Sertanópolis, de acordo com a divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence à mesorregião norte-central-paranaense a qual conta com setenta e nove municípios, concentrando duas cidades principais do estado: Londrina e Maringá – e a microrregião de Porecatu, com oito municípios (Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Florestópolis, Miraselva, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio e Sertanópolis). Os municípios que fazem fronteira com Sertanópolis são Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Londrina, Primeiro de Maio, Rancho Alegre e Sertaneja (figura 1).

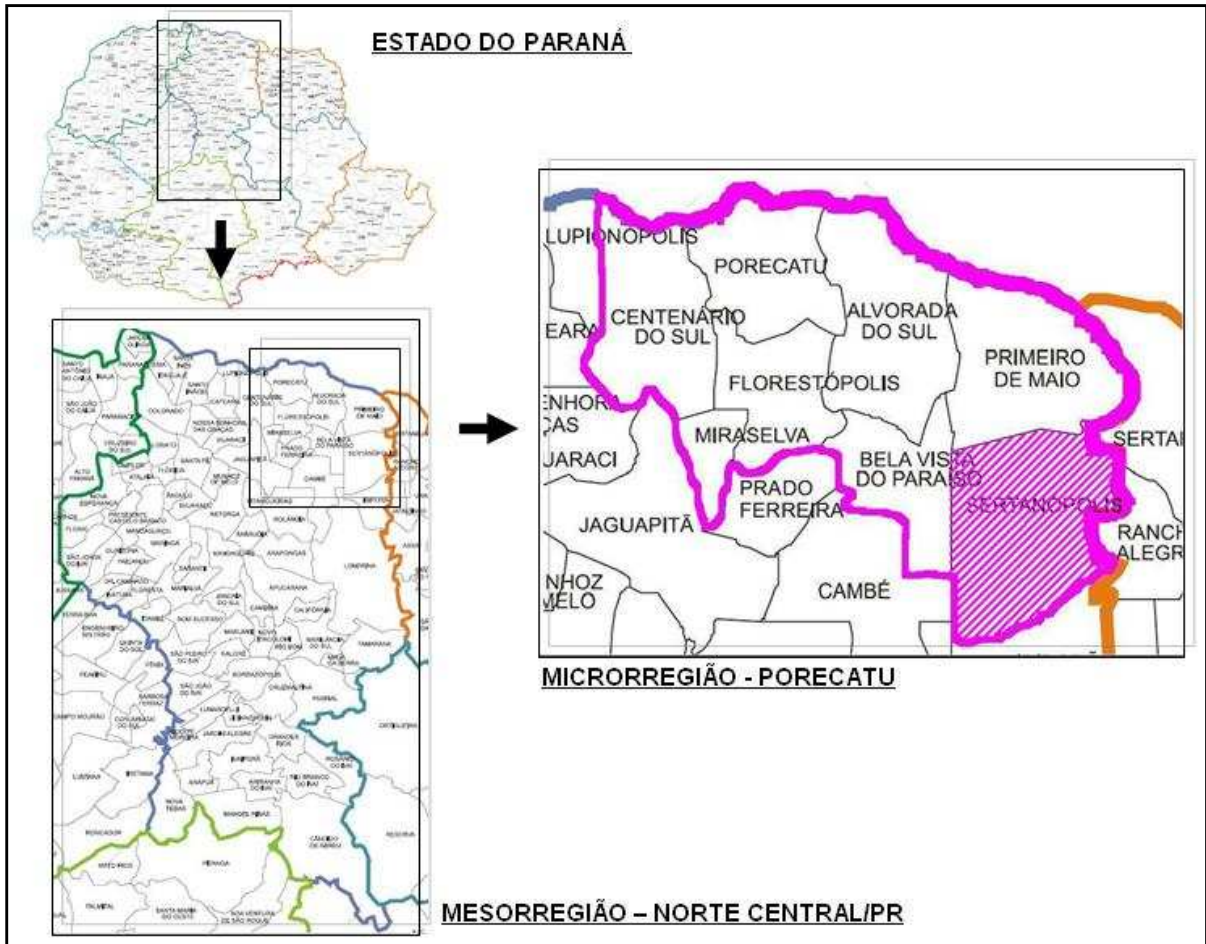


Figura 1 – Localização geográfica de Sertãozinho.

Fonte: IPARDES, 2008.

Como se viu, nesse município a agricultura teve um papel importante no processo de crescimento populacional e dinamização da economia. Por sua vez, a colonização foi influenciada pela facilidade de aquisição e pela abundância de terras férteis, além da contigüidade geográfica às áreas ocupadas com cafezais no estado de São Paulo.

O movimento de colonização não esteve restrito à Sertãozinho, pois a expansão da cultura cafeeira originou um processo de migrações e de crescimento econômico em várias regiões no Paraná, ocasionando crescimento demográfico e transformações geográficas de grande envergadura:

Ocorria que algumas áreas tradicionalmente produtoras (a região compreendia entre Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos) não estavam em condições de atender ao crescimento da demanda, quer porque a “broca do café” (1924) destruía boa parte da produção, quer também porque em algumas áreas os solos encontravam-se esgotados, determinando a queda da produtividade dos cafezais. A isso acresce que, do progresso econômico provado pelo café, em algumas cidades (especialmente em Campinas) decorrera uma rápida urbanização que, por sua vez, induziu a um acréscimo na demanda de alimentos. Como a sua produção, via de regra, era feita em pequenas e médias propriedades, haverá um aumento na procura de terras, o que determinará uma elevação de seus preços. Dessa forma, os proprietários fundiários preferirão dividir as suas glebas em lotes menores e, assim, obter maiores vantagens financeiras (PADIS, 2006, p. 140).

Os apontamentos de Padis (2006) esclarecem que o declínio da produção de café, na área de produção tradicional, foi influenciado por fatores ditos naturais, como ataques de pragas e queda de fertilidade natural do solo, os quais redundaram na queda da produção e da rentabilidade da cultura. O crescimento urbano e da demanda por produtos de consumo interno criou condições para a expansão da pequena propriedade, tendo como compradores os colonos que haviam se capitalizado com o trabalho na cultura cafeeira. Logo, a demanda por terras elevou o preço destas, favorecendo o fracionamento das propriedades.

A expansão do cultivo para além das antigas regiões produtoras de café, aliada a aspectos conjunturais que facilitaram o acesso a terra, proporcionou o processo de ocupação de Sertanópolis, bem como de outras porções do Paraná. Com isso, verificou-se o acréscimo da densidade demográfica de parte do estado, concomitantemente ao aumento das áreas cultivadas o que, por sua vez, promoveu o aumento da demanda por trabalhadores e a própria expansão do comércio.

Do ponto de vista cronológico, esse dinamismo foi fugaz. A partir da década de 1960, questões estruturais e conjunturais concorreram para o processo de erradicação dos cafezais. Ou seja, a liberação das áreas anteriormente ocupadas com essa lavoura favoreceu a expansão da mecanização agrícola e o cultivo de lavouras temporárias.

Sertanópolis é um dos municípios expoentes desse processo, pois encontramos indícios de que já em 1961 havia colheitadeiras mecânicas no município (foto 2).

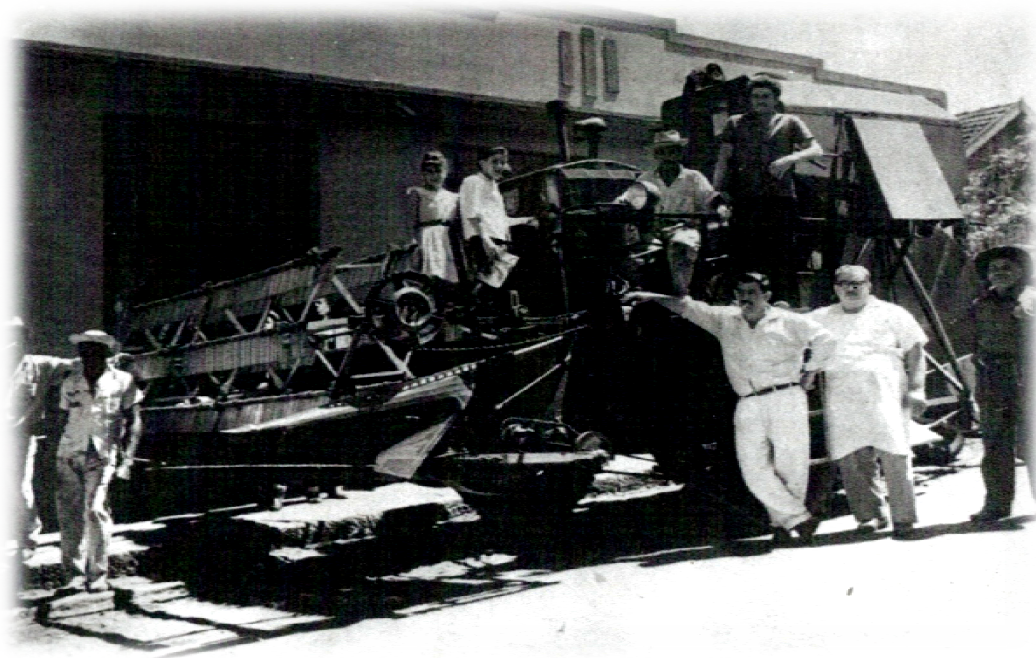


Foto 2 - Uma das primeiras colheitadeiras do Paraná, ano 1961.
Fonte: Museu Sertanópolis.

Isso revela que já naquela década as mudanças técnicas e nas relações de produção ganhavam corpo. Isso confirma-se na diminuição das lavouras permanentes e na redução de matas naturais e matas plantadas¹². Entre 1970 e 1996, houve um acréscimo de 16.606 hectares destinados ao cultivo de lavouras temporárias e de 1.351 hectares de pastagens. No mesmo período, houve um decréscimo de 10.571 hectares de lavouras permanentes e de 10.236 hectares englobando matas naturais e plantadas (ocasionado devido à expansão da área cultivada do município) (gráfico 12).

¹² **Matas naturais**- Formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais. **Matas plantadas**- Compreendeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais. (IBGE)

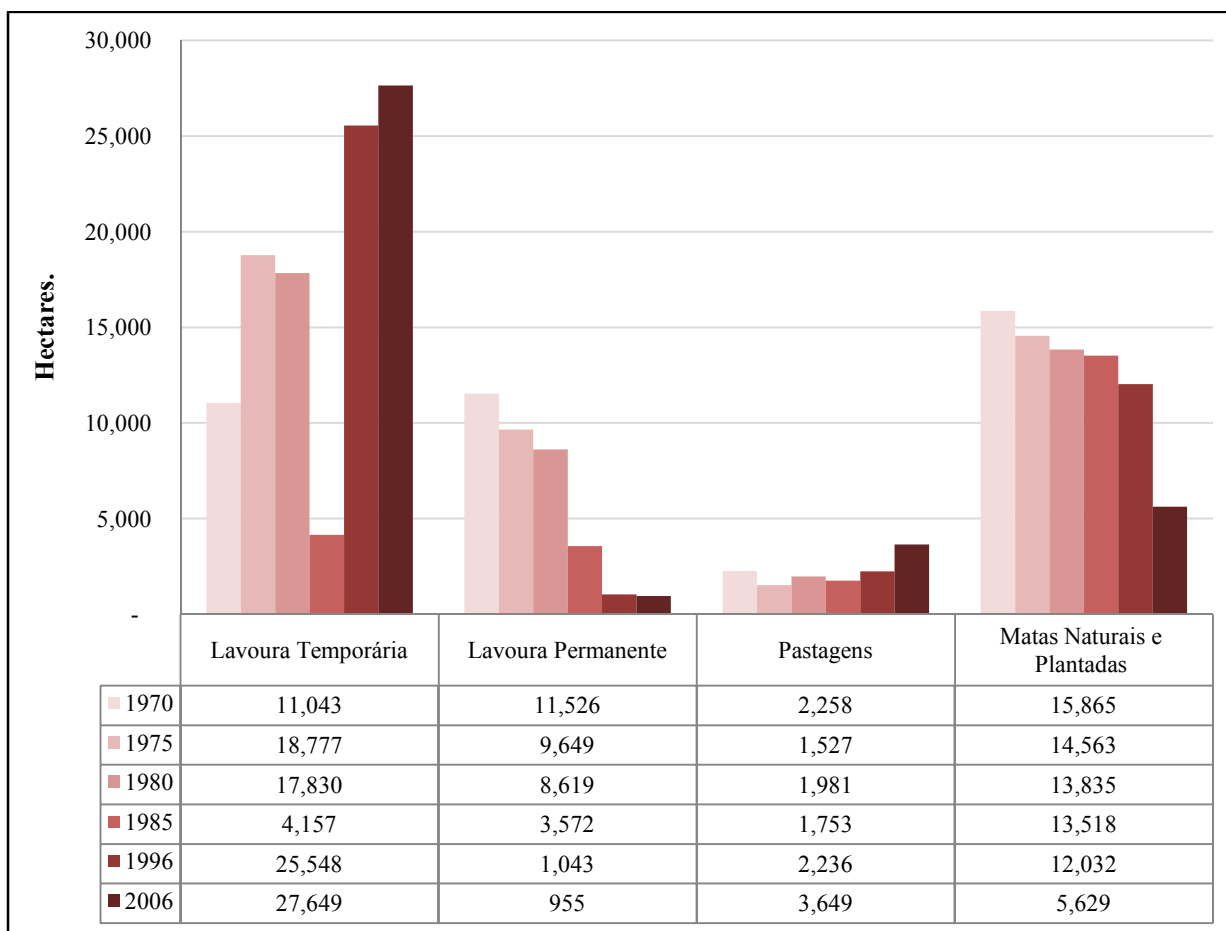


Gráfico 12 – Uso do solo em Sertanópolis no período de 1970 a 2006.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

A adesão a um pacote tecnológico, fundado na utilização progressiva de insumos industriais, favoreceu essas alterações no uso do solo em Sertanópolis, provocando significativas alterações nas relações de produção e de trabalho. A transição de lavouras permanentes, que necessitavam de intensiva força de trabalho, para lavouras altamente mecanizadas liberou um grande contingente de trabalhadores rurais. Muitos rendeiros e parceiros deixaram o município em direção às médias e grandes cidades ou mesmo em busca de novas fronteiras agrícolas. Os que permaneceram tiveram de se adequar à nova realidade que se configurava.

Como se pode verificar, embora seja corrente a indicação de que foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, ocorrida em 1963, a responsável pelo esvaziamento do campo, fica claro que a expulsão de grande quantidade de trabalhadores do campo deu-se em virtude da mudança do paradigma técnico.

Essa mudança técnica, consolidada na década de 1970, permitiu que muitos proprietários retomassem as terras exploradas no sistema de parceria, pois o cultivo do trinômio soja-trigo-milho nasceu sob a égide da utilização mínima de mão-de-obra, viabilizava-se assim o cultivo da terra pelos proprietários ou favorecia-se a concentração do uso do solo pelos proprietários de máquinas e demais meios de produção.

A política agrícola vigente favoreceu a expansão do novo paradigma técnico, por meio da disponibilização de recursos financeiros, os quais possibilitaram os investimentos em insumos produtivos e a compra de maquinários pelos proprietários da terra. Dessa forma, restringiu a possibilidade de inserção de parceiros e rendeiros e sua inclusão como trabalhadores do campo, principalmente como trabalhadores familiares.

Conforme mencionado, tal modelo agrícola incentivou o cultivo de lavouras temporárias, notadamente da soja, por meio dos subsídios públicos. Isso favoreceu a modalidade de arrendamentos capitalistas a que recorreram inúmeros detentores de maquinários ociosos proporcionalmente à área passível de ser explorada.

Naquele período, o incentivo para a produção agrícola, via subsídios, favoreceu a especulação financeira e o aumento da concentração fundiária, até a inflação elevada estimulava a manutenção da propriedade da terra como reserva de valor.

Em um contexto de aceleração da inflação, a assunção de créditos a taxas de juros fixas baixas representava, na prática, um forte subsídio implícito aos tomadores. Estes na prática, podiam aplicar os recursos do crédito rural diretamente no mercado financeiro a taxas muito elevadas, realizando substanciais ganhos financeiros. Basta dizer que em 1980, a taxa de juro real nesta atividade foi negativa 34,5% a.a (SANT'ANNA; FERREIRA, 2006,p. 2-3).

Após a década de 1980, as taxas de juros sofreram aumento ao ritmo da elevação da inflação e da instabilidade econômica. Em 1986, o governo Sarney lançou o plano cruzado, por meio do decreto-Lei 2283, de 27 de fevereiro. A pretexto da meta de estabilização econômica, implantou-se o congelamento dos preços. Isso, de certa forma, comprometeu o patamar corrente de rentabilidade do setor agrícola.

Segundo o IPARDES (1987), como resultado do aumento dos preços de insumos e da escassez de crédito, ocorreu um declínio da produção agrícola, decorrendo disso a cobrança de ágio por produtos sob controle de oligopólios ou com oferta insuficiente:

As políticas econômicas voltadas ao controle do déficit público e ao combate à inflação, durante o período de recessão, atreladas às determinações do Fundo Monetário Internacional, tiveram efeitos negativos sobre o setor agropecuário. A manutenção de elevadas taxas de juros e a diminuição do volume de crédito disponível para o setor rural são duas medidas, entre outras, que desestimularam a produção agrícola, sobretudo a dos pequenos produtores que, sem capacidade de acumulação, ficaram praticamente impossibilitados de se manterem no campo enquanto produtores rurais (IPARDES, 1987, p. 17).

Devido à conjuntura econômica do momento, alguns proprietários deixaram de cultivar lavouras, cedendo a área para pastagens. Tratam-se de fatores conjunturais que não podem ser desconsiderados no recuo do uso do solo sob a forma de parceria, meação e mesmo sob a forma de arrendamento de pequena escala. Entre os anos de 1970 e 1996, desapareceram 774 estabelecimentos. Na década seguinte, de acordo com os dados do censo preliminar do IBGE (2006), outros 48 estabelecimentos foram eliminados.

Em 2006, o total de estabelecimentos passou para 651 unidades, dos quais 636 cultivam lavouras temporárias, num total de 27.647 hectares. Cabe destacar que naquele ano a área destinada ao cultivo de soja foi de 25.800 hectares (gráfico 12 e 13).

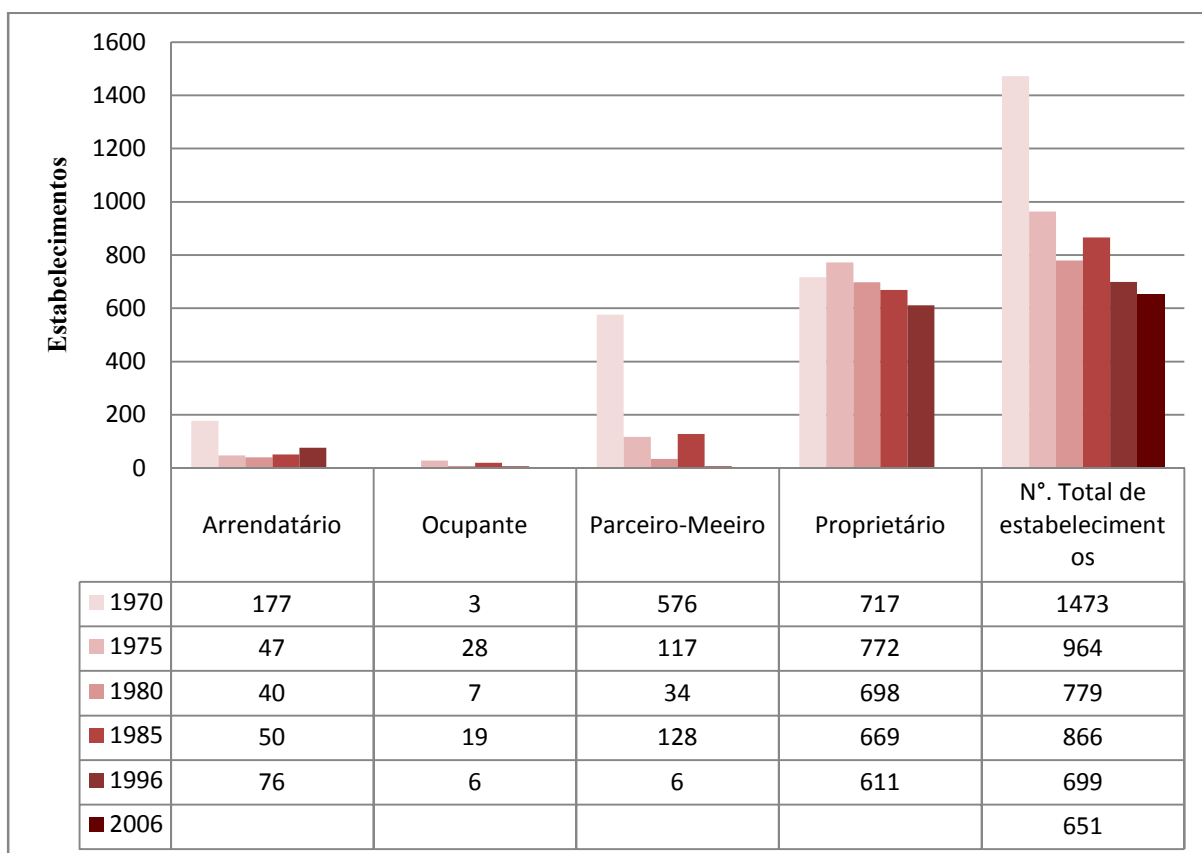


Gráfico 13 – Condição do produtor – Sertanópolis
Fonte: IBGE. - Censo Agropecuário.

A redução dos estabelecimentos ocupados por parceiros ocorreu em função do recuo das culturas dependentes de intensiva mão-de-obra. A redução numérica paralelamente ao aumento da área ocupada por arrendatários ocorreu em função do aumento da escala de produção necessário para manter a rentabilidade econômica nos parâmetros da especialização produtiva.

De acordo com Paulino (2003), na década de 1990, as políticas impostas pelo Estado privilegiaram a importação de produtos agrícolas em detrimento dos produtos nacionais, pois no Plano Real, por exemplo, conhecido como “âncora verde”, o controle da inflação apoiou-se no controle de preços da cesta básica, ocasionando o achatamento dos preços agrícolas e o decréscimo dos preços de produtos primários.

Paralelamente, os incentivos às lavouras de exportação favoreceram a expansão da produção de soja, razão pela qual parte das terras passaram a ser arrendadas por agricultores capitalistas que detinham os meios de produção ou até por camponeses. Estes para maximizar o uso de seus maquinários, expandiram a sua área de produção, por meio de arrendamentos. Ou seja, esse modelo de produção ficou restrito a poucos produtores.

Embora não tenha sido possível precisar quantos arrendatários há atualmente no município, a pesquisa de campo detectou uma tendência à concentração de áreas arrendadas nas mãos de poucos arrendantes. Por sua vez, tomaram vulto as queixas de arrendatários sobre a dificuldade para conseguir contratar o crédito agrícola, bem como para pagar a renda pelo uso da terra, que se encontra em alta. Segundo Paulino (2007 a, p.173), “é o monopólio fundiário que potencializa o tributo [renda da terra], pois perante menos proprietários, maior a possibilidade de uso produtivo condicionado a elevadas taxas de renda”.

Em Sertanópolis, de acordo com informações obtidas na pesquisa de campo, o preço dos arrendamentos corresponde de 25% a 30% da produção obtida na safra de verão e 15% a 20% da safra de inverno. Antes da década de 1990, “a situação financeira dos arrendatários era melhor, a renda obtida com a produção possibilitava a compra de tratores, de casa”¹³ Atualmente a situação parece ter mudado, o preço dos arrendamentos, do custo dos insumos produtivos e dos equipamentos mecanizados está em alta ocasionando a redução da rentabilidade da atividade. Com isso, é necessário possuir escala de produção para viabilizar o empreendimento, ou seja, esse modelo viabiliza a expansão das relações capitalistas e limita a possibilidade de recriação de camponeses:

¹³ Secretário agricultura (2009)- Sertanópolis.

Os pequenos arrendatários (rendeiro) praticamente não existem mais, é preciso trabalhar em escala, e para isso é necessário ter maquinário, tratores, colheitadeiras, um monte de coisa para que seja possível sobreviver. Já os grandes arrendatários têm dificuldade de obter crédito, e dependem do aval do proprietário, sendo que alguns nem mesmo possuem contratos de arrendamento por dificuldade de assinatura de proprietários, em função de problemas de briga familiar, já outros não conseguem contratos, pois os proprietários não querem vínculo, compromisso (F, 2009)¹⁴.

A propriedade da terra é a garantia da obtenção de renda da terra, ficando sua utilização condicionada ao arranjo que proporcionar a maior lucratividade econômica. Eis a lógica do agronegócio que, via de regra, não visa à produção de alimentos. Nada disso é acidental, pois a diminuição do número de estabelecimentos envolvidos com a produção de alimentos de consumo interno e as alterações na condição dos produtores em relação ao uso da terra são conseqüências de distorções nas políticas agrícolas e da liberalização e abertura do mercado.

É importante ressaltar que, para a economia de mercado, a produção em escala é mais viável economicamente, pois os gastos são diluídos em todas as etapas de produção. Dessa forma produtos mais baratos podem ser repassados para a indústria e para o consumidor final com preços reduzidos, favorecendo a expansão das vendas tanto dos insumos produtivos quanto da matéria-prima produzida. Entretanto, socialmente esse modelo é excludente.

Como resultado da especialização e homogeneização da produção de *commodities*, houve uma redução da policultura no município. Tal fato, aliás, foi verificado nacionalmente. No entanto, seus impactos ainda têm sido contornados pelo aumento da produtividade que o paradigma técnico proporcionou. Contudo, isso não deixa de colocar incertezas em um cenário de médio e longo prazo, devido ao comprometimento da soberania alimentar.

Como se sabe, a soberania alimentar não pode prescindir de formas de produção não regidas pelos parâmetros do agronegócio, mas sim próprias da produção camponesa, a qual é pautada por uma lógica distinta. Essa supõe inúmeras estratégias para aumentar a produção e incrementar a renda, o que rima com propriedades diversificadas, onde a produção comercial está articulada ao autoconsumo. Isso faz diminuir os impactos das oscilações dos preços agrícolas e assegura maior estabilidade interna ante a dinâmica de preços imposta pelo mercado.

¹⁴ Gerente de uma empresa do setor agrícola - Sertanópolis.

Porém a crescente especialização produtiva têm resultado na redução da produção camponesa nos moldes anteriores de produção diversificada. Não raro, esses estão se especializando, seguindo a corrida ditada pelo agronegócio, seja através das integrações com as agroindústrias ou mesmo em relação às escolhas produtivas, entre as quais merecem destaque, no caso de Sertanópolis, a adesão completa às lavouras temporárias e prestação desde serviços mecanizados a terceiros, em propriedades que não as suas.

Em relação á abrangência geográfica de ambas as formas de produzir, não resta dúvida de que é a lógica empresarial que prevalece, razão pela qual se pode notar um acirramento da concorrência entre as empresas que comercializam insumos e maquinários, como forma angariar os lucros provenientes da intermediação no circuito do consumo produtivo.

A especialização da produção de cereais, como soja e milho, é um processo, de certo modo, incompatível com o cultivo em pequenas escalas, em face da recorrente necessidade de maquinários e instalações, cujos custos de manutenção são inversamente proporcionais à área em exploração. Eis a razão pela qual muitos produtores pequenos buscam permanecer nessa atividade de formas distintas. Alguns agricultores realizam trocas de serviços mecânicos, como plantio e colheita, outros terceirizam etapas da produção, incluindo-se o frete relativo ao transporte da produção até os armazéns receptores.

Em Sertanópolis, a prestação de serviços terceirizados de colheita mecânica tem sido uma das formas de muitos produtores viabilizarem a compra de equipamentos e mesmo aumentarem os seus rendimentos econômicos, fato que não é recente. Alguns pioneiros nesse ramo de negócios acabaram constituindo empresas, que desde a década de 1980, mantêm a base física em Sertanópolis, porém atuam em outras regiões, notadamente em áreas de expansão de fronteira agrícola.

As empresas que prestam serviços terceirizados contam com toda uma infraestrutura e com o serviço de empregados temporários e permanentes, dentre os quais se destacam os operadores das colheitadeiras e os mecânicos.

Os serviços são prestados para proprietários e empresas que possuem grandes áreas de plantio em áreas de expansão de fronteira agrícola, em geral, sob o sistema de empreita. Esse negócio é realizado por meio de contratos juridicamente validados, o que explica o fato de muitas máquinas permanecerem o ano todo nas áreas em questão, devido o alto custo que os deslocamentos para Sertanópolis implicariam. Por sua vez, outras máquinas voltam para a

cidade no momento em que as tarefas são concluídas, demandando instalações apropriadas, como os grandes galpões passíveis de serem observados (foto 03)



Foto 3– Foto aérea de Sertãoópolis, 2006-
Fonte: Museu Sertãoópolis.

Recentemente, pequenos agricultores também têm recorrido a essa prática para aumentar seus rendimentos e viabilizar sua permanência no campo. Na pesquisa de campo, foram recorrentes as queixas de que os rendimentos provenientes da venda de cereais¹⁵ são insuficientes para garantir a permanência na atividade, sobretudo daqueles que não têm a escala a seu favor.

Vale ressaltar que ocorreram problemas climáticos nas safras de 1998, 2000, 2004, 2005, 2006, resultando em redução da produtividade e, conseqüentemente, ocasionando problemas financeiros, sobretudo àqueles que haviam recorrido a financiamentos. Nesses anos, a produtividade média de soja por hectare no município foi de, respectivamente, 1920, 1810, 1798, 1860 e 2040 kg. (IBGE apud IPARDES, 2008).

Esse é o cenário do padrão tecnológico no município em 2008-2009, o qual intensificou a divisão do trabalho, aumentou a especialização produtiva e concentrou a

¹⁵ Pelo trinômio- Soja-milho e trigo.

produção. Dessa forma, houve o aumento da prestação de serviços terceirizados, ao mesmo tempo em que se observou a redução do preço da matéria-prima (gráfico 27).

Para os rendeiros, esse modelo torna-se cada vez mais excludente, pois além destes terem de honrar com o pagamento do arrendamento, há o problema da instabilidade climática e das oscilações dos preços dos insumos produtivos. Somado a isso, ainda há a depreciação dos maquinários que, não raro, não estão sendo renovados, devido à baixa margem de lucratividade na agricultura, proporcionalmente falando.

Para os pequenos proprietários, a vulnerabilidade é menor, pois a propriedade da terra garante maior autonomia, razão pela qual tentam conservá-la por todos os meios. Ceder a terra para arrendantes é uma forma de viabilizar essa manutenção. Ou seja, enquanto para alguns a entrega da terra significa a manutenção da propriedade sem abdicar da extração da renda, para os arrendatários significa aumentar a escala de produção e viabilizar economicamente o empreendimento.

Na pesquisa de campo, verificou-se que as áreas destinadas aos arrendamentos são provenientes tanto de grandes proprietários como de pequenos, os médios proprietários geralmente realizam o plantio com a ajuda dos filhos. Muitos pequenos proprietários diante da inviabilidade financeira do plantio de cereais mecanizados optaram por arrendar a propriedade e buscar um trabalho assalariado na cidade. O próprio fracionamento das propriedades, decorrente da partilha de heranças, reduziu a viabilidade econômica de algumas propriedades diante da tecnificação e da especialização da produção. Nesse caso, em muitas famílias, um dos membros acabou arrendando a parte dos irmãos.

A tecnificação tornou-se inviável economicamente para muitos produtores, principalmente para aqueles que trabalhavam sob a forma de parceria. Para os pequenos proprietários, a redução da lucratividade, ante o aumento progressivo dos custos dos insumos, implicou em problemas financeiros como a descapitalização. Por sua vez, médios e grandes proprietários com maior capacidade econômica puderam, ao longo dos anos, jogar com o mercado, armazenando até safras inteiras em cooperativas e empresas do setor agropecuário até os produtos alcançarem preços considerados remuneradores. Eis a fórmula que possibilitou o comércio de terras, envolvendo especialmente as pequenas áreas. Esse quadro favoreceu a ampliação da concentração fundiária no município.

Em relação ao uso do solo, verificou-se que em 1970 a parcela de terra cultivada pelos proprietários era proporcionalmente menor, ao lado de uma participação proporcionalmente maior de arrendatários e parceiros.

Posteriormente, a área ocupada por arrendatários recuou, voltando a crescer após 1985, contudo sob uma nova lógica, já que a expansão do cultivo de lavouras temporárias altamente tecnificadas favoreceu a ampliação do arrendamento capitalista. Entre os anos de 1985 e 1996, a quantidade de terras exploradas por arrendatários passou de 1.922 para 4.235 hectares, sendo que a quantidade de terras cultivadas pelos proprietários recuou de 39.089 para 37.459 hectares. Por sua vez, o sistema de parceria apresentou o maior recuo, com uma perda de 6.014 hectares entre 1970 e 1995 (gráfico 14).

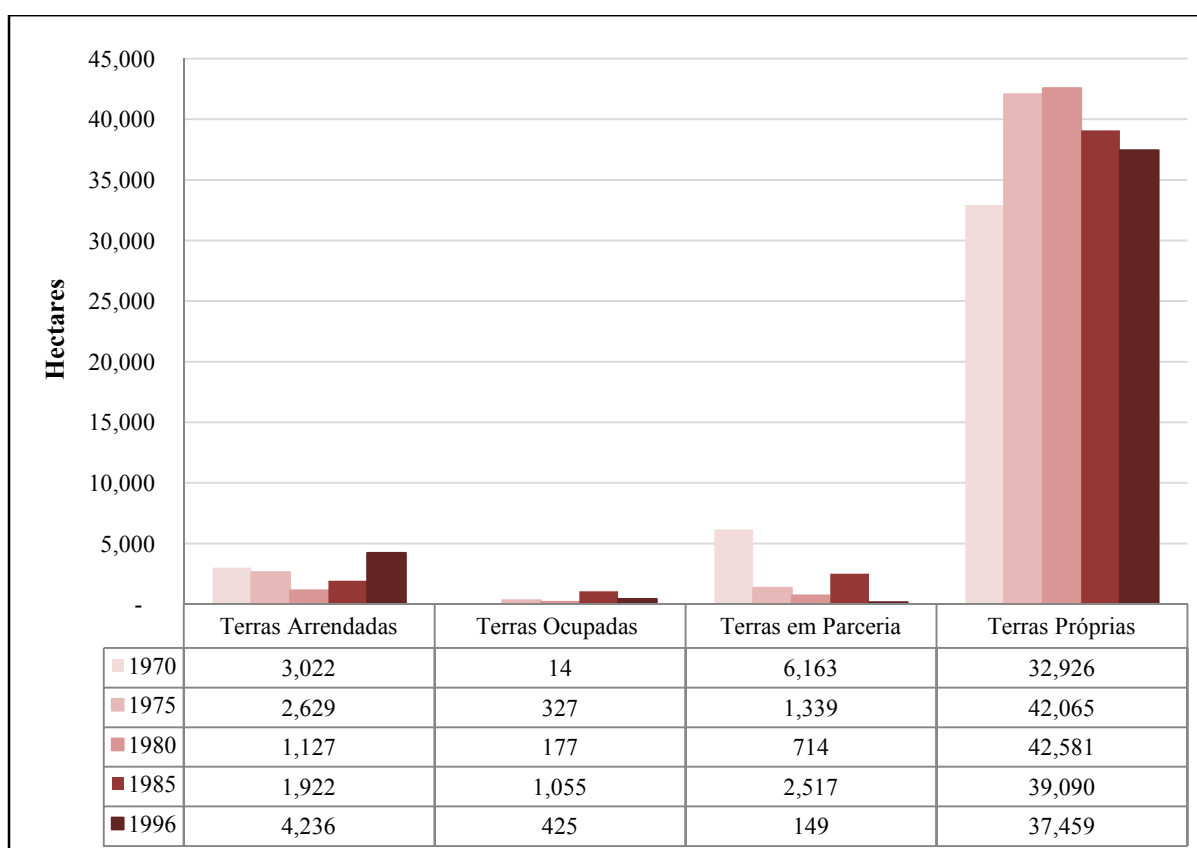


Gráfico 14 – Situação das terras entre 1970 e 1996 em Sertanópolis
Fonte: IBGE (2008).

Conforme os dados do censo agropecuário, em 1970 o município de Sertanópolis possuía 177 arrendatários e uma área de arrendamento de 3.022 hectares. Já no ano de 1996, a quantidade de arrendatários passou para 76 e a área arrendada aumentou para 4.236 hectares. Confirma-se assim o aumento da área média ocupada pelos arrendatários, numa clara demonstração da concentração do uso do solo.

A expansão da especialização e a alteração do padrão de produção concentraram a produção agrícola, tanto em termos de agentes envolvidos, como em relação ao produto produzido. Porém, esse movimento não pode ser considerado linear, pois a área de produção agrícola oscila constantemente. Em decorrência dos preços, algumas vezes ocorre a redução da lucratividade, a cadeia de produção, por sua vez, realinha-se. Sendo assim, dependendo do incentivo do Estado, ou dos preços de mercado, realiza-se uma reestruturação da produção.

A ação governamental interferiu nas transformações do município por meio de políticas agrícolas, fomentando a expansão dos produtos de exportação, difundindo informações através da assistência técnica e de extensão rural. Houve ainda, por parte do governo, a dotação dos espaços de infraestrutura para potencializar o armazenamento, ou escoamento da produção, via subsídios e repasses financeiros para cooperativas agrícolas e demais empresas do setor agrícola.

Cabe ressaltar que em Sertanópolis o processo de produção está estreitamente vinculado ao setor industrial, de modo que os produtores estão, em grande maioria, vinculados à lógica hegemônica do mercado. Logo, a vulnerabilidade é acentuada, o que requer a mediação do Estado, que comparece para mediar conflitos emergentes e viabilizar o curso da produção agrícola. Porém, os problemas estruturais abundam, a exemplo da concentração fundiária, dos desajustes sociais, e da expansão da produção articulada à cadeia agroexportadora em detrimento do abastecimento interno.

Esse modelo agrícola, voltado para o atendimento das demandas do mercado e da cadeia agroexportadora, favoreceu a população de melhor poder aquisitivo e reduziu a produção de alimentos destinados a abastecer o mercado interno. Além disso, minimizou a inserção dos pequenos produtores agrícolas, quer sejam proprietários da terra ou trabalhadores rurais.

Visando compreender quem são os produtores agrícolas, o tamanho e as transformações das propriedades de Sertanópolis, foi realizado um estudo da malha fundiária do referido município. Para tanto, foram utilizadas informações referentes ao Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Levando em consideração que os dados do IBGE referem-se a estabelecimentos como unidades econômicas, não seria possível entender como é a distribuição fundiária do município, então se optou por realizar o estudo da malha fundiária utilizando-se o CCIR.

Para a coleta das informações, realizou-se um primeiro contato com o órgão do governo federal responsável por essas informações, o INCRA do Paraná no qual foi solicitado a disponibilização dos dados referentes à quantidade e à respectiva área ocupada pelos proprietários no município de Sertanópolis, a partir da década de 1970. A diretoria da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA-PR, apesar de demonstrar interesse em atender a solicitação, não disponibilizou as informações requeridas.

Diante da impossibilidade de obter os dados referentes ao recorte cronológico, que melhor ilustraria o processo de expulsão e expropriação no município, atrelado à consolidação da tecnificação, tivemos de nos adequar aos dados disponibilizados. Sendo assim, este levantamento limitou-se aos anos de 1989, 1995, 1999, e 2003-2004-2005. No último levantamento ocorreu uma mudança metodológica e os dados passaram a ser apresentados por triênios, (doravante utilizaremos como referência para esse período o ano de 2005). Portanto, a escolha desses anos deve-se à disponibilização efetiva de material pelo departamento do INCRA do município de Sertanópolis.

A metodologia empregada para analisar esses dados consistiu em agrupar o número de proprietários e a quantidade de área ocupada por estes nos estratos de área de 0-8, 8.1-16, 16.1-32, 32.1 a 64, 64.1-128, 128.1 a 240, e acima de 240 hectares.

No decorrer da análise foi verificado que muitos proprietários possuíam mais de uma propriedade. Dessa forma, elaborou-se um segundo reagrupamento no qual se contabilizou a soma da área ocupada por proprietários. Aqui igualmente foram utilizados os mesmos extratos, ou seja, 0-8, 8.1-16, 16.1-32, 32.1 a 64, 64.1-128, 128.1-240, e acima de 240 hectares. Optou-se pela definição dos referidos intervalos de classes em vista dos próprios parâmetros de área utilizados pelo INCRA (2008), que assim divide os imóveis rurais:

- ✓ MINIFÚNDIO: imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal.
- ✓ PEQUENA PROPRIEDADE: o imóvel rural que compreende entre um e quatro módulos fiscais.
- ✓ MÉDIA PROPRIEDADE: O imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais.
- ✓ GRANDE PROPRIEDADE: O imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.

Em Sertanópolis, o módulo fiscal é de 16 hectares. Desse modo, os minifúndios possuem menos de 16 hectares, a pequena propriedade apresenta de 16 a 64 hectares, a média propriedade 64 a 240 hectares e a grande propriedade acima de 240 hectares.

Os resultados obtidos permitiram um melhor detalhamento da malha fundiária do município de Sertanópolis. Reafirmando as evidências empíricas, tais resultados demonstraram que a propriedade da terra é de fato concentrada, sendo que a maior parte da área do município pertence a médios e grandes proprietários (gráfico 15).

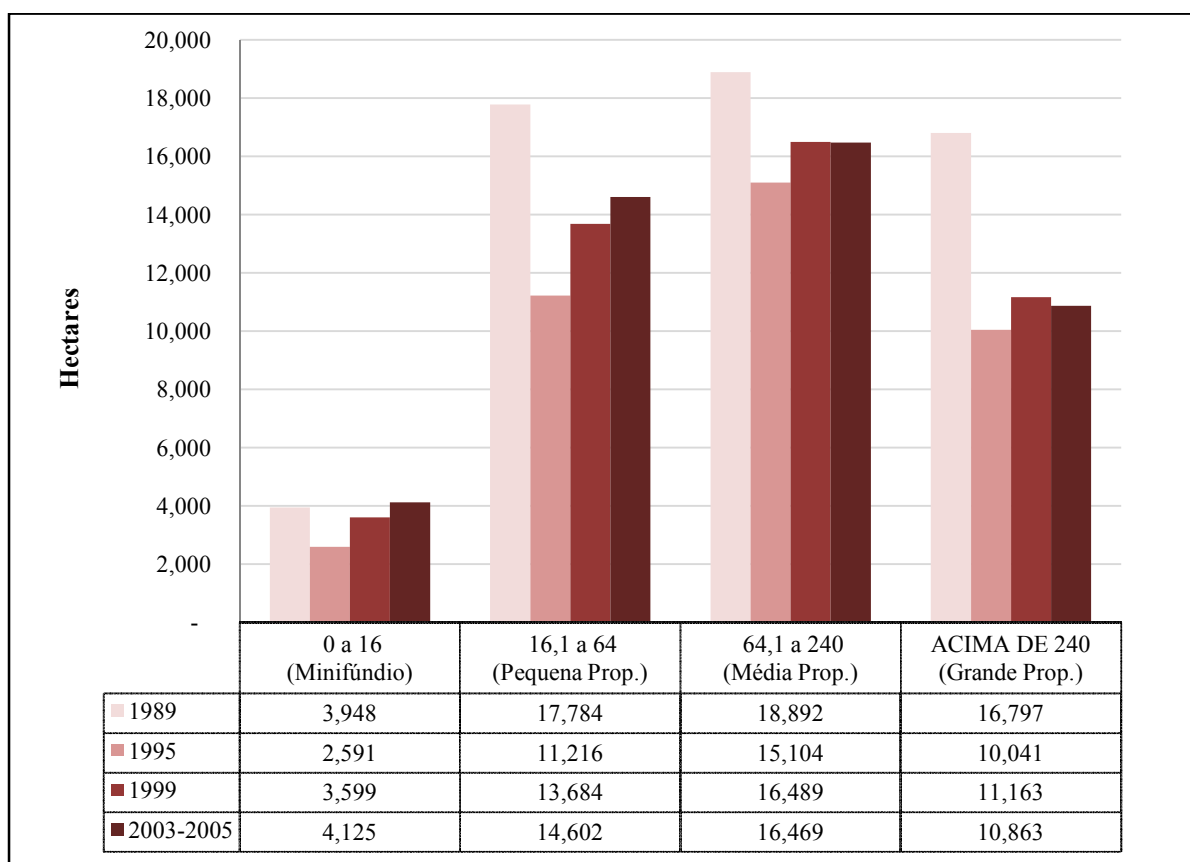


Gráfico 15 – Classificação das propriedades segundo os estratos de área (hectares)
Fonte: INCRA – CCIR (1989, 1995, 1999, 2003-2005).

Na análise das propriedades, foi verificado que no ano de 1989, 62,15% da área do município pertencia a 16,12% de médios e grandes proprietários, sendo que somente 37,8% da área do município estavam sob controle de 83,87% daquelas caracterizadas como pequena propriedade e minifúndio.

Aparentemente, verificou-se um aumento dos minifúndios pelo fato de a área por eles ocupada ter passado de 3.948,2 em 1989 para 4.125,1 hectares em 2005, como apontam os

dados do INCRA (gráfico 15). Contudo, quando foi realizado o reagrupamento dos dados, a partir do critério área por proprietário e não simplesmente em função do número de propriedades (gráfico 16), constatou-se que muitos deles detêm mais que uma área inscrita na categoria minifúndio, cuja soma ultrapassa o limite de 16 ha, deixando, portanto de configurá-lo como proprietário munifundista. Com isso, no conjunto do município, verificou-se que os proprietários de minifúndios controlam apenas 2.290.2 hectares, evidenciando que muitos proprietários possuíam mais de uma propriedade (gráfico 16).

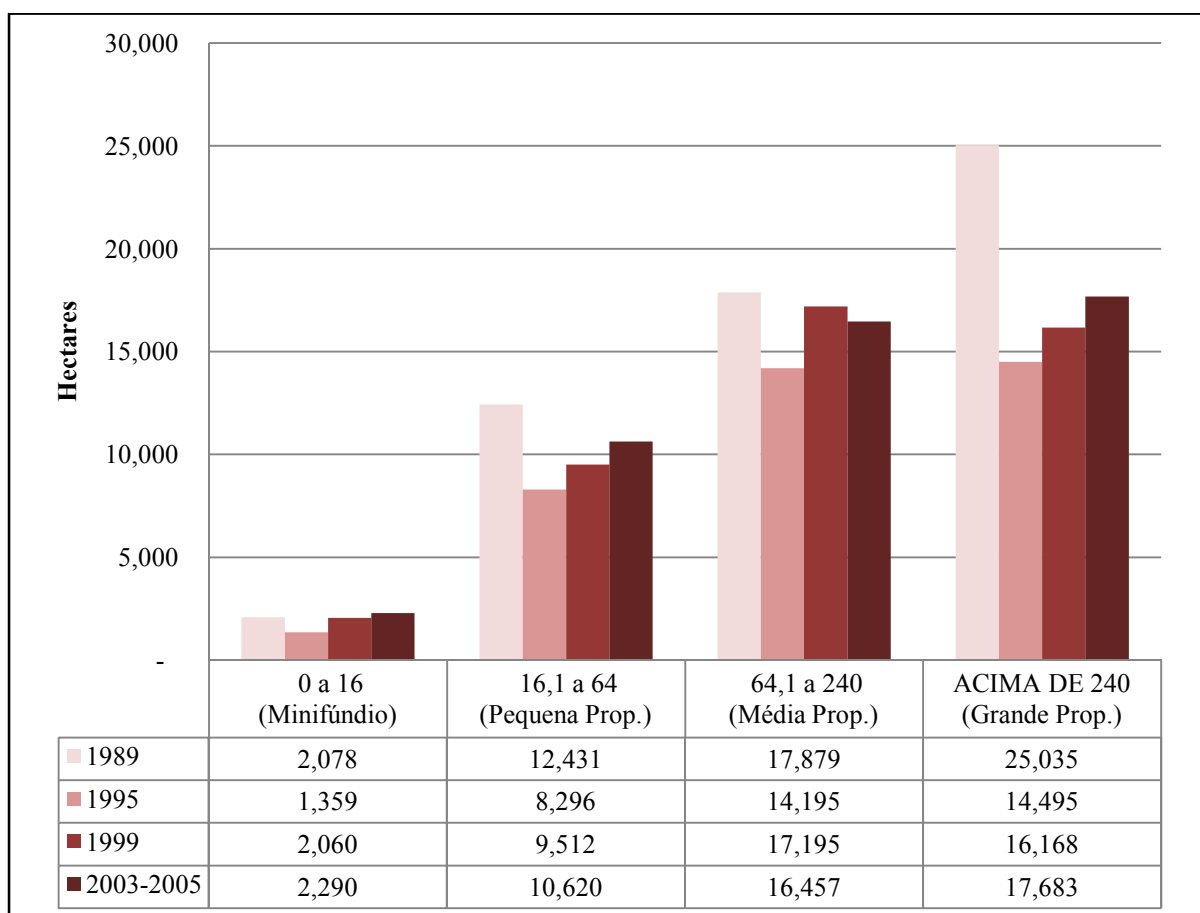


Gráfico 16 – Área das propriedades por agregação segundo a indicação de propriedade
Fonte: INCRA – CCIR (1989, 1995, 1999, 2003-2005).

Quando foi elaborado o reagrupamento no qual foi contabilizada a área por proprietários, constatou-se que 74,73% da área do município pertenciam a 23,72% de médios e grandes proprietários, ou seja, daqueles que possuem mais de 64 hectares. Configurando que houve uma concentração das propriedades.

O modelo agrícola direcionado à produção de *commodities* favoreceu a concentração fundiária, fato evidenciado pelo aumento da área e do número de estabelecimentos de grandes proprietários (gráficos 16 e 17).

Em relação aos pequenos proprietários, verificou-se que ao mesmo tempo em que aumentou a área, o mesmo se deu em relação ao número de estabelecimentos, sendo que a área média nesse estrato foi de 33 hectares tanto em 1999, quanto em 2005.

Entre proprietários médios ocorreu a redução da área e do número de estabelecimentos. No estrato que contempla os grandes proprietários, ocorreu o aumento em relação ao conjunto da área e do número de estabelecimentos, contudo proporcionalmente houve uma redução da área média ocupada entre os anos de 1999 e 2005, passando de 539 para 465 hectares.

Diante desses resultados, verifica-se que o extrato das propriedades médias foi o que sofreu a maior redução tanto de área como de número de estabelecimentos. Porém, como houve uma ampliação da área e do número das grandes propriedades, possivelmente muitos médios proprietários ascenderam para esse extrato de proprietários.

Cumprir advertir que, de uma forma geral, é difícil comparar o cadastro rural do ano de 1989 com o de 1995, pois no primeiro ano citado a quantidade de área do município estava superestimada. Já no segundo ano, foi averiguado que não foram contabilizadas inúmeras propriedades. Aparentemente nos anos de 1999 e de 2005, os dados estão mais próximos.

Embora tenham surgido esses problemas, foi possível verificar que a maior parte da área do município pertence a médios e grandes proprietários, ainda que numericamente os pequenos produtores sejam a maioria (gráficos 17 e 18).

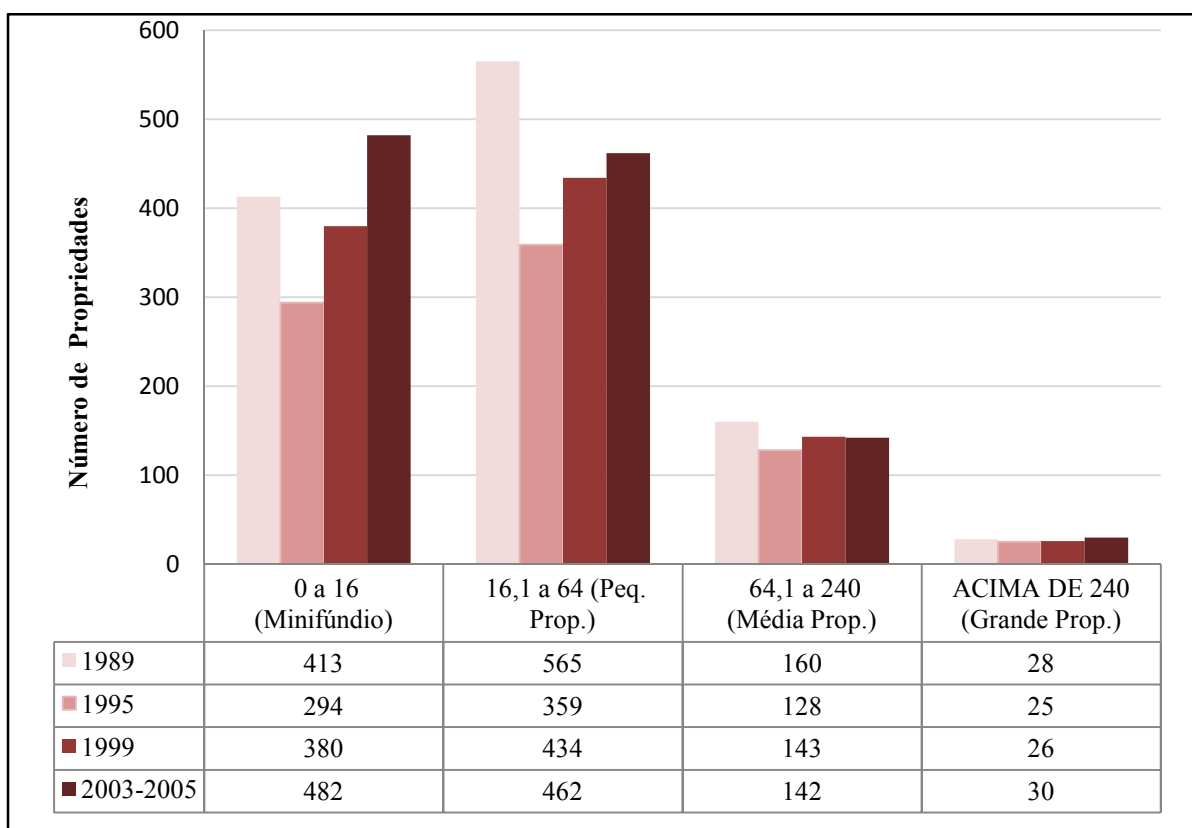


Gráfico 17 – Número de propriedades segundo os estratos de área (hectares)

Fonte: INCRA – CCIR (1989, 1995, 1999, 2003-2005).

Observou-se que ocorreu o aumento numérico de propriedades nos estratos que contemplam minifundistas e grandes proprietários, havendo redução das pequenas e médias propriedades. Embora em termos numéricos as categorias mais representativas sejam os minifúndios e as pequenas propriedades, quando o parâmetro é a quantidade de terra, prevalecem os grandes e médios proprietários.

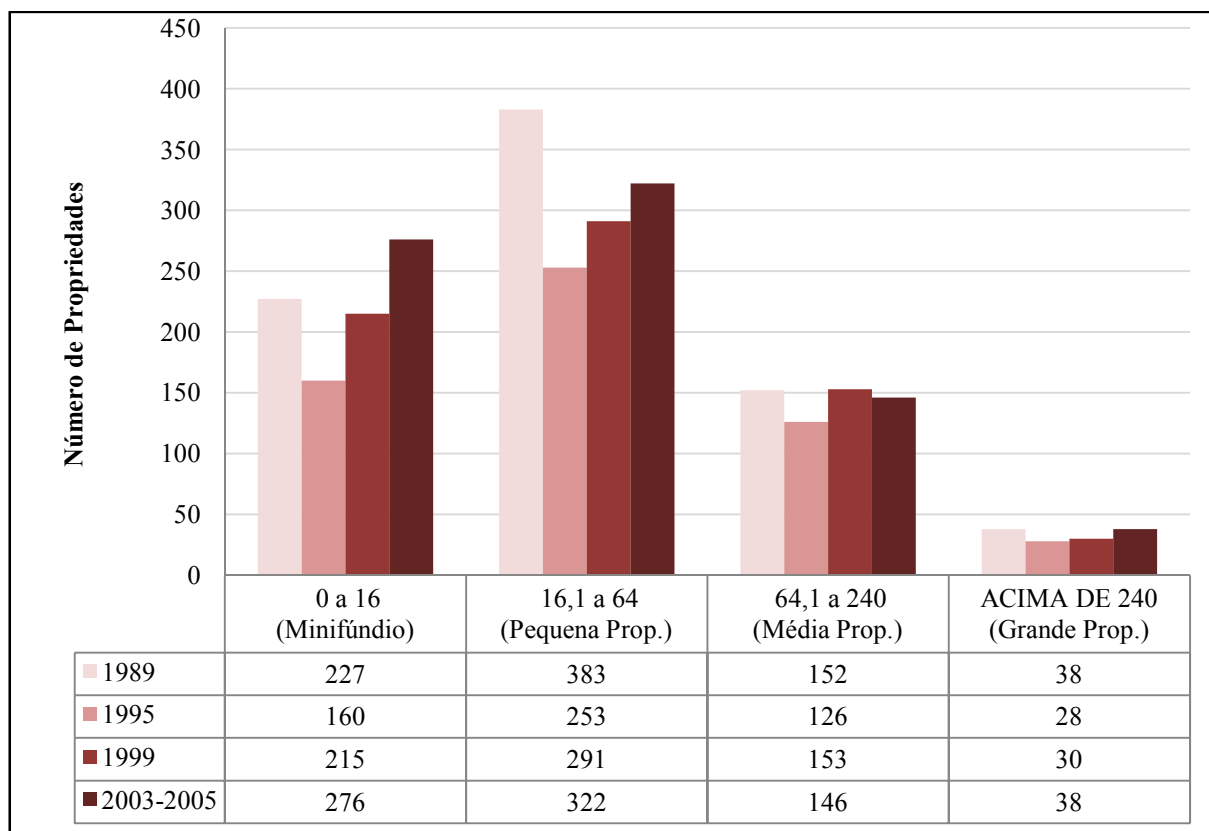


Gráfico 18 – Número de propriedades por agregação segundo a indicação de propriedade
Fonte: INCRA – CCIR (1989, 1995, 1999, 2003-2005).

Entre os anos de 1999 e 2005, ocorreu um aumento no número de proprietários de minifúndios no município, porém houve redução na área média ocupada por estes. Isso indica uma subdivisão nas propriedades. Em 1999, o município contava com 215 proprietários, ocupando uma área média de 9.5 hectares, passando para 276 proprietários em 2005, os quais passaram a ocupar uma área média de 8.3 hectares.

Esses dados serviram como referência, mas apresentaram limitações, haja vista a ocorrência de grande oscilação na área declarada no cadastro rural entre os anos analisados, inviabilizando uma comparação precisa. É significativo que a maior redução de área tenha recaído sobre o extrato referente a grandes proprietários. No ano de 1989, eram 25.035 hectares sob seu controle. Em 1995, a área passou para 14.495.4 hectares. Analisando o período, verifica-se que a área do município estava superestimada no ano de 1989, momento em que foram registrados 57.422.63 hectares. Em 1995 a área contabilizada no CCIR passou para 38.952,7 hectares. Nesse ano não foi contabilizada toda a área do município que é de 50.394 hectares, de acordo com o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) citado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Como as

informações são livremente prestadas pelos próprios proprietários, depreende-se que muitos omitem ou prestam deliberadamente falsas informações, provocando disparidades como essas nos cadastros rurais.

Após analisar a distribuição da terra no município no período em questão, optou-se por verificar a distribuição das principais culturas, para refletir sobre as alterações no sistema de produção, buscando-se estabelecer correlações com a economia e o mercado de trabalho no município. Para isso, valemo-nos do instrumental teórico-conceitual cunhado por Milton Santos, que propõe o recorte analítico a partir da noção de período técnico científico informacional.

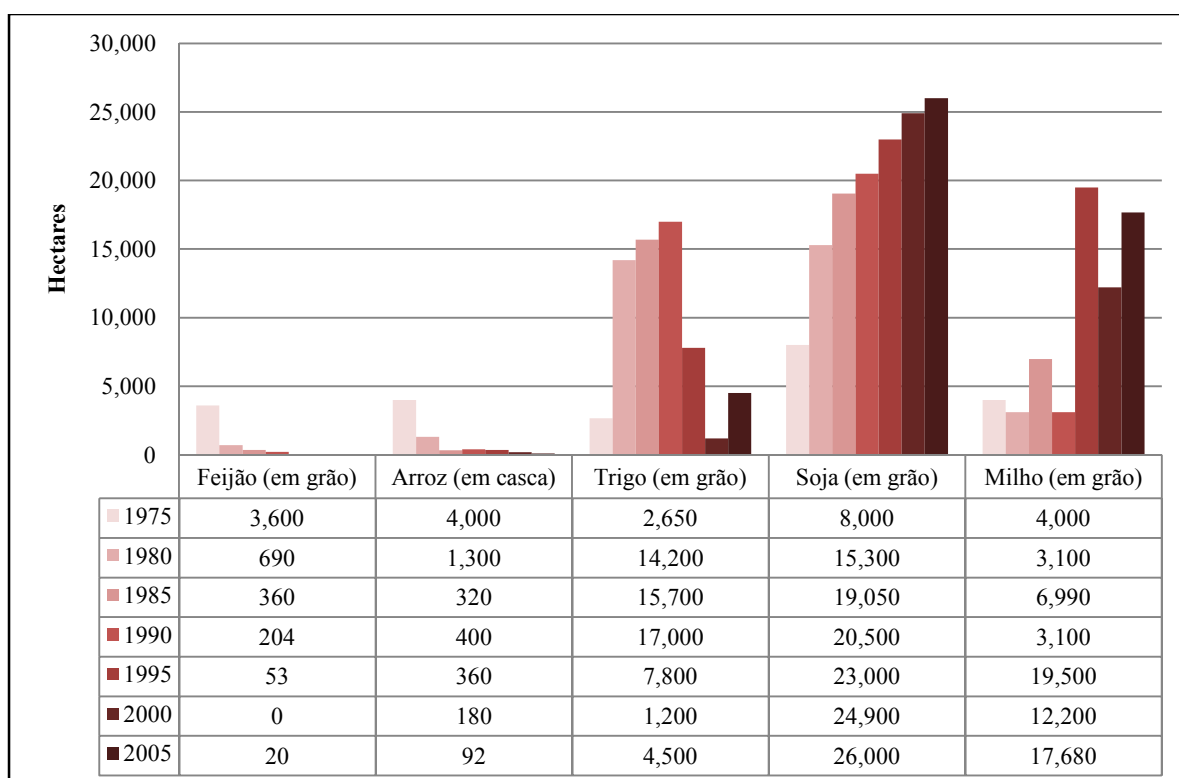


Gráfico 19 – Evolução da área ocupada por Monoculturas e produtos da Policultura- Sertanópolis
Fonte: IBGE (Sidra)

O avanço do novo paradigma técnico favoreceu a concentração da produção. O aumento do plantio de soja, em 30 anos, é a melhor evidência disso, dada a expansão de 18.000 hectares dessa lavoura, ou 225%, em prejuízo de culturas como a de arroz e feijão, progressivamente substituídos pela primeira. Ocorreu a expansão dos produtos destinados a atender a demanda de mercado, seja ela local ou mundial, concentrando a produção e as riquezas e reduzindo os postos de trabalho, fragilizando o desenvolvimento do município e

aumentando as desigualdades sociais, além de causar o aumento da dependência local por produtos agrícolas provenientes de outros lugares.

Entre os anos de 1975 e 1990, ocorreu a redução de 3396 hectares de feijão, 3600 hectares de arroz e 900 hectares de milho. No mesmo período, observou-se o aumento no plantio de 14.350 hectares de trigo e de 12.500 hectares de soja.

Após a década de 1990, o ritmo da substituição da produção de alimentos básicos foi intensificado, ao mesmo tempo em que foi verificada uma inversão entre o comportamento da cultura de trigo e de milho. Na década de 1990, o plantio de soja se estabeleceu praticamente em toda a área destinada à produção de lavouras temporárias no município. A rotação com o milho passou a ocorrer no período da denominada safrinha. Observe-se que o trigo é uma cultura de inverno e teve sua participação reduzida a partir de 1990. Por sua vez, o milho e a soja são culturas de verão, os quais aumentaram sua participação. Contudo, nem só dessas lavouras vive o município de Sertanópolis, como se pode observar a seguir:

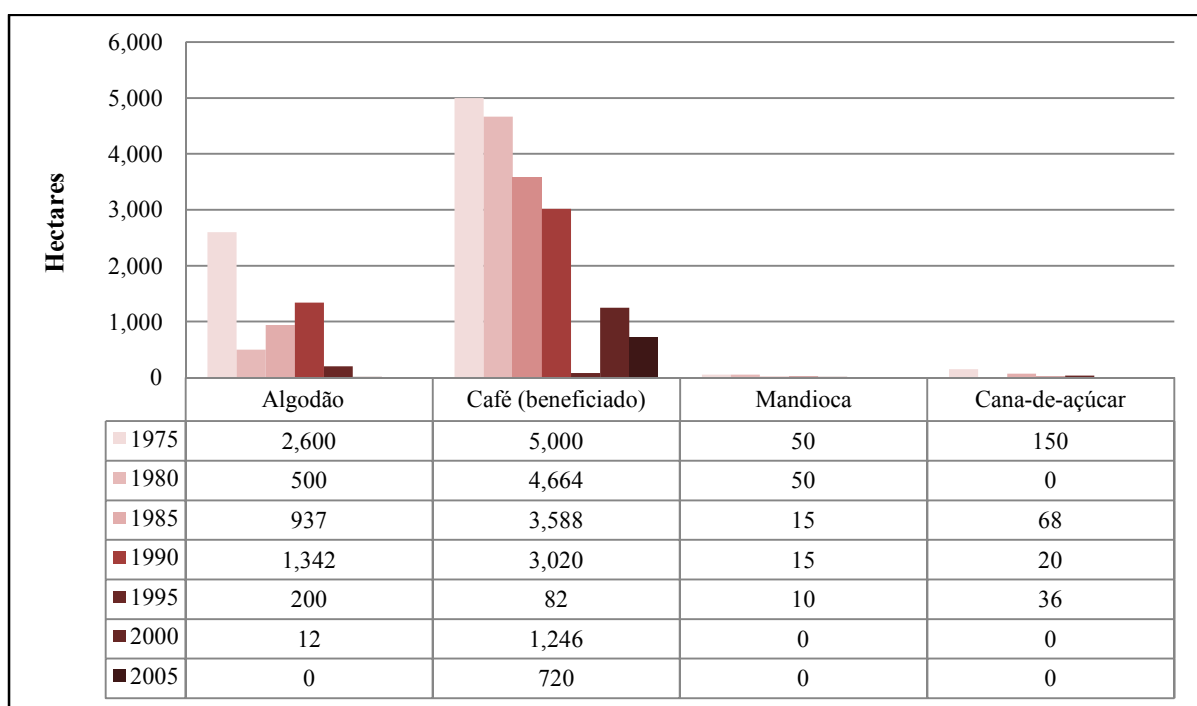


Gráfico 20 – Evolução da área ocupada por lavouras comerciais e monoculturas- Sertanópolis.
Fonte: IBGE.

A área destinada ao cultivo de algodão apresentou uma grande redução após 1975, voltando a aumentar após 1985, chegando a atingir 1.342 hectares em 1990. Posteriormente entrou novamente em decadência, fato possivelmente atrelado ao aumento de infestações de pragas como o bicudo, e a conseqüente elevação do custo de produção resultante da crescente

utilização de agrotóxicos. Tudo isso em um cenário de queda de preços da cultura, devido ao aumento da oferta de algodão no Brasil, ocasionada pela abertura comercial e importação desse produto.

A mandioca comercial deixou de ser cultivada no município, transferindo-se para áreas onde existem indústrias instaladas para o beneficiamento do produto. Isso estimulou a expansão desta lavoura nestes locais, fato confirmado pela tendência ao aumento da produção do tubérculo no Paraná.

Por sua vez, a redução da área de produção de algodão e café deu-se paralelamente à perda das possibilidades de acesso precário a terra, até então viabilizadas pelo sistema de parceria e meação. Enfim, o declínio de preços dos produtos destinados a abastecer o mercado interno, associado à atuação cada vez menor do Governo na formação física de estoques de alimentos, são evidências inconfundíveis de que a opção pela segurança alimentar veio para prejudicar eventuais estratégias voltadas ao favorecimento da soberania alimentar. Como a primeira transfere ao mercado a atribuição de gerir as questões relativas ao provimento de alimentos e demais bens primários, o desdobramento mais imediato é a expansão da agricultura fundada na lógica das *commodities*, situação que pode ser observada no conjunto das mudanças de produção agrícola que ocorreram em Sertanópolis (gráfico 21).

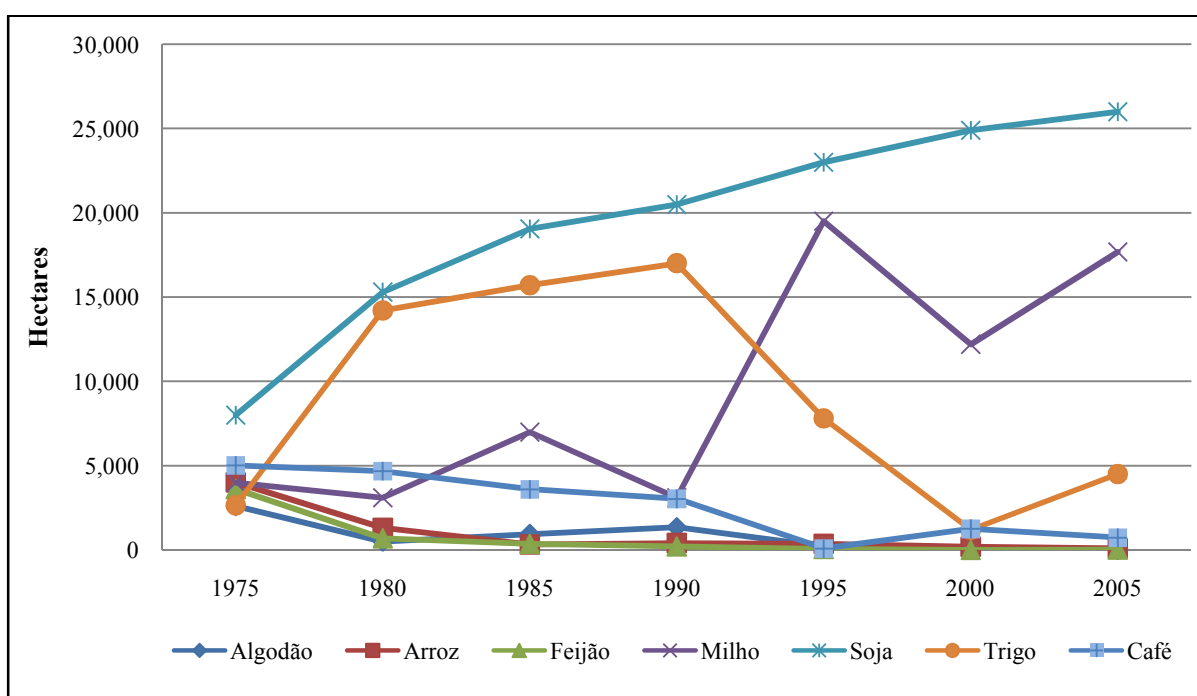


Gráfico 21 – Principais agrícolas cultivados em Sertanópolis
Fonte: IBGE (2008).

A concentração do uso do solo também pode ser averiguada em função da redução do número de estabelecimentos (gráfico 13) e do conseqüente aumento proporcional da área cultivada. Em 1996, o município contava com 699 estabelecimentos agropecuários. Em 2006 desapareceram 48 destes. Cumpre salientar que todos os estratos de área foram afetados, porém os estabelecimentos que possuíam pastagens e lavouras permanentes foram os mais atingidos.

A tendência de concentração progressiva do uso do solo, atrelada aos cultivos temporários, tendo a soja como carro chefe, pode ser observada no comportamento fundiário verificado no município. Em 1996, havia 636 estabelecimentos caracterizados pelo uso predominante, senão exclusivo, de tal modalidade produtiva, ocupando respectivamente 60,89% da área. Em 2006, o número de estabelecimentos passou para 585 ao passo que a área correspondente subiu para 70,32% (IBGE-SIDRA).

Por sua vez, o número de estabelecimentos marcados pelo cultivo de lavouras permanentes caiu de 223 em 1996, para 91 em 2006, embora a área de produção tenha variado muito pouco, passando de 2,47% para 2,43%. Por fim, a maior variação pode ser observada na atividade pecuária. Depreende-se que a maior parte da área incorporada às lavouras temporárias tenha resultado da conversão de pastagens, cuja redução foi de 14,15%, ao mesmo tempo em que 192 estabelecimentos deixaram de dedicar-se a essa atividade.

A cooperativa e as empresas agropecuárias favoreceram tais modificações, pois forneceram todos os insumos necessários para a produção, assistência técnica e garantiram o recebimento e a comercialização dos produtos agrícolas. A própria expansão dessas empresas promoveu a redução da diversificação e a relativa homogeneização da paisagem em Sertanópolis, onde a soja, o milho e o trigo dominam (foto 4).



Foto 4 – Aspectos da paisagem agrária de Sertanópolis.
Foto: KRUGER, C. 2007

O capital comercial local fomentou a produção de determinados bens agrícolas, inclusive trabalhando somente com determinadas empresas fornecedoras de insumos. Em outras palavras, a regra é os comerciantes fecharem acordos com fornecedoras de insumos multinacionais e nacionais, garantindo a exclusividade de distribuição. Isso, por vezes, permite o fornecimento com preços diferenciados. Dessa forma, a disponibilidade dos produtos e o controle dos preços podem ser facilmente gerenciados, tolhendo inclusive a disseminação de outras tecnologias ou mesmo de insumos alternativos.

No período que antecede o plantio, tais casas agrícolas, que mais se assemelham a empresas monopolistas, quando não o são, lançam os “planos de safra”. Nestes supõem-se a venda de um pacote de produtos para o plantio das lavouras em que, via de regra, vincula-se o pagamento à produção da safra semeada. Nesse período é comum a realização de palestras técnicas nas quais agrônomos ou técnicos convidam os agricultores para assistirem a apresentações sobre produtos, novas tecnologias, variedades de híbridos, controle de plantas

daninhas, doenças ou pragas, entre outras. Após essas palestras, ocorre uma reunião em algum restaurante, com distribuição de brindes, devidamente patrocinada pelas empresas multinacionais fornecedoras dos insumos.

Nesse elo entre produtores e transnacionais tomam parte não apenas as empresas agropecuárias locais, mas também as cooperativas, igualmente fornecedoras dos mesmos insumos. Eis a razão pela qual a expansão do agronegócio no município, para não dizer no país ou planeta, está atrelada a um processo de aumento no controle da produção de *commodities*, o qual responde pela redução da margem de lucratividade por unidade de área, implicando na necessidade da especialização do processo produtivo e da concentração do uso do solo.

Em escala local, em Sertanópolis os reflexos desse sistema de produção só não são mais devastadores em virtude da presença de duas indústrias instaladas na zona urbana que garantem a contratação permanente de empregados e certa circulação monetária no município, porém igualmente se valem da extração da mais valia. Trata-se dos moinhos de trigo LCA, que tem ampliado suas instalações e o Moinho Globo, que é a quarta maior indústria do setor moageiro no Paraná. De acordo com a Prefeitura, este configura-se como a empresa responsável pela maior geração de tributos para o município. Parte das estruturas físicas do Moinho LCA e Moinho Globo (foto 5 e 6).



Foto 5– Moinho LCA
Foto: KRUGER, C. 2009



Foto 6 – Moinho Globo.
Foto: KRUGER, C. 2008

O moinho Globo foi fundado em 1954, ocasião em que o plantio do trigo foi incentivado pela própria empresa, que entregava ao produtor um saco de semente, recebendo em troca dois sacos de trigo após a colheita. Porém, atualmente a situação é bem diferente, pois para suprir toda a demanda de matéria-prima processada, ou seja, de trigo, seria necessário uma área correspondente a seis municípios de Sertanópolis. Portanto tal matéria-prima vem não só de várias regiões do Paraná, como também de outros estados e países. Além disso, a Argentina, por vezes, tem fornecido inclusive a farinha de trigo pronta, para ser empacotada nesse moinho (MOINHO GLOBO, 2008).

Para a indústria, independente do local de produção, é possível comprar armazenar, beneficiar e vender seu produto para inúmeras localidades, podendo retrair a produção ou expandi-lá dependendo da demanda e dos preços praticados no mercado. O que define a compra da matéria-prima, invariavelmente, são os baixos preços, que permitem aumentar a margem de lucratividade. Por sua vez, nem todos os agricultores podem esperar o momento em que o mercado lhes é favorável, razão pela qual acabam vendendo a produção por preços nem sempre remuneradores, conforme demonstra Oliveira (1996) ao apontar os caminhos da drenagem da renda pela indústria.

Isso é evidente em Sertanópolis: uma das estratégias adotadas pelo Moinho Globo para reduzir seu custo de produção e aumentar a rentabilidade é justamente realizar a compra e estocagem da matéria-prima na época em que os preços estão baixos. Após esse período, as compras cessam, levando-os a ganhar duplamente, pois enquanto se compra o trigo apenas no período de preços baixos, vende-se a farinha de trigo também em situações de preços altos.

Como se sabe, o preço dos produtos agrícolas oscila de acordo com a demanda e oferta. Dessa forma, quando a oferta está baixa, o preço tende a subir, estimulando o aumento da área de produção e, conseqüentemente, ocasionando a queda dos preços. Nesse ciclo, sendo a indústria o elo mais forte da cadeia, é ela que absorve a maior lucratividade da atividade e segue jogando com o estoque de matérias-primas, restando aos agricultores, em regra, a comercialização em condições de desvantagem.

Em Sertanópolis, é a Cooperativa Corol que serve para balizar o preço de compra do trigo pelos moinhos, que invariavelmente paga um adicional de 1 a 2 reais por saca como forma de angariar para si a produção local, situação inversa ocorre quando o trigo da região apresenta baixa qualidade devido a intempéries climáticas, sendo a cooperativa a responsável pelo maior recebimento da produção, pois os moinhos reduzem o interesse pela matéria-prima de baixa qualidade. Com isso, a forte demanda por essa matéria-prima em função da capacidade instalada da indústria não tem representado melhoria de preços pagos aos agricultores, como confirmou o relato colhido junto a um dos engenheiros agrônomos da cooperativa.

Situações como essas, inevitavelmente, geram instabilidade para os agricultores. Em Sertanópolis, esse processo tem se intensificado devido à especialização do sistema de produção, que veio associado à redução da rentabilidade dos produtos de consumo interno, à concentração da propriedade da terra e mesmo do uso do solo via arrendamentos capitalistas, tendo como eixo a expansão de culturas altamente mecanizáveis, como o trigo, a soja e o milho.

A soja tem sido o produto que apresentou maior rentabilidade em face da estabilidade nos preços associada a toda uma proteção governamental diferenciada, constituindo, ao longo do tempo, subsídios diretos e indiretos. O “estímulo” ao qual não foram indiferentes os agricultores tem um nome: crédito, seja ao produtor, seja à própria cadeia produtiva, razão pela qual a soja se converteu em produto preferido pela maioria dos agricultores. Nada mais coerente com o projeto de país que está instaurado, o qual privilegia a exportação como forma de angariar dividendos para o equilíbrio da balança comercial.

Considerando-se as lavouras de escala, é ela que melhor se enquadra nessa lógica, daí sua rentabilidade maior em relação aos demais cultivos.

Conforme Oliveira (2003, p. 132), o crédito agrícola foi repassado massivamente para as grandes propriedades e estabelecimentos: “dessa forma o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição de riqueza da agricultura brasileira”.

Se por um lado os aspectos estruturais e conjunturais favoreceram a expansão da tecnificação e do agronegócio capitaneados pela soja, por outro lado esse modelo apresentou vários reflexos sociais, traduzidos na redução de empregos e no aumento das desigualdades no município.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), entre 1996 e 2006, a redução de empregos no campo e da quantidade de pessoas ocupadas com a atividade agrícola nos estabelecimentos agropecuários em Sertanópolis foi de 64,55%. Em 1996, havia 4.011 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, passando para 1.418 em 2006. A maior redução ocorreu na agricultura empresarial, fato passível de ser mensurado pela relação caracterizada pelo trabalho por pessoas que não possuem laços de parentesco com o produtor. No período, 2.106 pessoas deixaram de trabalhar no campo, ou seja, foram eliminados 2.106 empregos. Por sua vez, a agricultura camponesa, caracterizada pelo trabalho de pessoas que apresentam laços com o produtor, foi bem menor, chegando a 487 pessoas no mesmo período.

Em outras palavras, a agricultura capitalista, que respondia por 60,83% das ocupações em Sertanópolis, contribuiu com 86,32 % dos fechamentos de postos de trabalhos, ao passo que a agricultura camponesa, anteriormente responsável por 39,17 % das oportunidades de trabalho, apresentou uma redução de 31 % delas, passando a ofertar 76,45 % dos empregos atualmente existentes no campo sertanopolense.

Essa perda tem uma importância significativa para um município agrícola, que contava com uma população de 14.291 pessoas (censo demográfico de 1991), das quais 4.011 encontravam-se ligadas às atividades agrícolas no ano de 1996. Atualmente, a população chega a 15.351 pessoas, das quais somente 1418 estão diretamente ocupadas em estabelecimentos agropecuários, conforme o IBGE.

A disseminação da técnica de plantio direto nas culturas de soja e milho, ou seja, nos principais produtos cultivados no município, foi um dos fatores que afetou diretamente a capacidade de ocupação de mão-de-obra, inclusive a possibilidades dos trabalhadores familiares venderem sua força de trabalho para complementar a renda da família. De acordo

com Libardi e Delgado (1999, p. 55), “O requerimento de mão-de-obra manual reduz-se em mais de 80% para a cultura do milho e da soja, no caso de operadores, esta redução situa-se em torno de 40%.”

Por meio dos coeficientes técnicos, é possível verificar a diferença na necessidade de trabalhadores com a adoção de plantio direto, subentendendo-se o uso de maquinários mais eficientes, que apresentam maior rendimento de trabalho e menor intensidade de operações no manejo do solo, em contraponto ao plantio convencional. Em Sertanópolis, mais de 70% da área cultivada com milho e soja são realizadas sob o sistema de plantio direto.

Tabela 3 - Coeficientes técnicos para as culturas de soja e milho, segundo modalidades de plantio e tipo de mão-de-obra.

Culturas	Coeficientes técnicos - homem / dia/ ha			
	Plantio Direto		Plantio Convencional	
	Auxiliar (Volante)	Operador de Máquinas	Auxiliar (Volante)	Operador de Máquinas
Soja	0,59	0,55	3,58	0,97
Milho	0,77	0,73	4,75	1,17

Fonte: Libardi e Delgado (1999, p. 55)

De acordo com os resultados preliminares do censo agropecuário de 2006, ocorreu uma redução na quantidade de estabelecimentos que dispunham de tratores, bem como verificou-se a diminuição numérica destes(gráfico 22). Contudo, isso não indica a desmecanização no município, mas sim o aumento da eficiência dos maquinários e equipamentos.

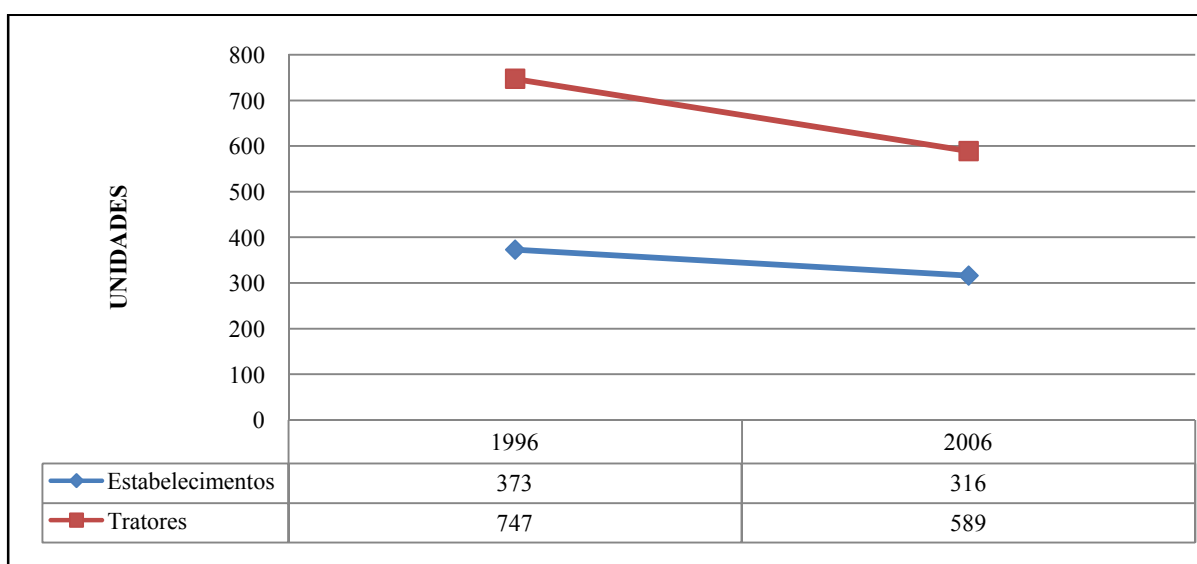


Gráfico 22 – Estabelecimentos e Tratores- Sertanópolis.

Fonte: IBGE (SIDRA-2008).

O atual padrão tecnológico demanda a utilização de tratores mais potentes, as novas colheitadeiras e pulverizadores apresentam maior rendimento de trabalho. Conforme são lançadas as novas máquinas, o tamanho da área de produção deve ser ampliado viabilizando o custo do equipamento, resultando em necessidade cada vez menor de empregados rurais.

Em Sertanópolis, foi verificada a intensificação do cultivo de soja em prejuízo do sistema tradicional de cultivo, paralelamente à redução da diversidade de produção e da rotação de culturas nas safras de verão. O intercalamento com outras culturas, quando ocorre, é na safrinha, sendo poucas as áreas com adubação verde ou em pousio. Essas seriam as estratégias que quebrariam ciclos de pragas e doenças, reduzindo as infestações e, conseqüentemente, a necessidade de agroquímicos (KRUGER, 2008).

O sucessivo monocultivo amplia a ocorrência de casos de resistência de plantas e insetos aos agrotóxicos, cuja dificuldade de controle tem levado alguns agricultores a optarem pelo plantio de variedades transgênicas, aumentando a dependência por sementes e defensivos agrícolas, sem falar nos demais danos daí advindos.

A expansão do plantio de monoculturas reduziu a diversidade de produção e tornou mais homogênea a paisagem do município. Essa marcha favoreceu a concentração de pecúnia nas mãos de um reduzido número de pessoas, ou seja, de grupos hegemônicos, restringindo a distribuição da renda, cuja conseqüência é o aumento da desigualdade social.

As implicações da redução da produção diversificada e de alimentos de consumo interno podem ser verificadas na necessidade de importação de frutas, verduras e de produtos de autoconsumo de outros municípios ou estados para abastecer o mercado local, confirmando a fragilização da soberania alimentar. As redes de supermercado realizam parte de suas compras nas Centrais de Abastecimento (CEASA) de Londrina, já que nas propriedades agrícolas hortas e pomares são escassos e, quando existem, o objetivo é o autoconsumo e não o mercado, até porque a população rural segue em declínio (gráfico 23).

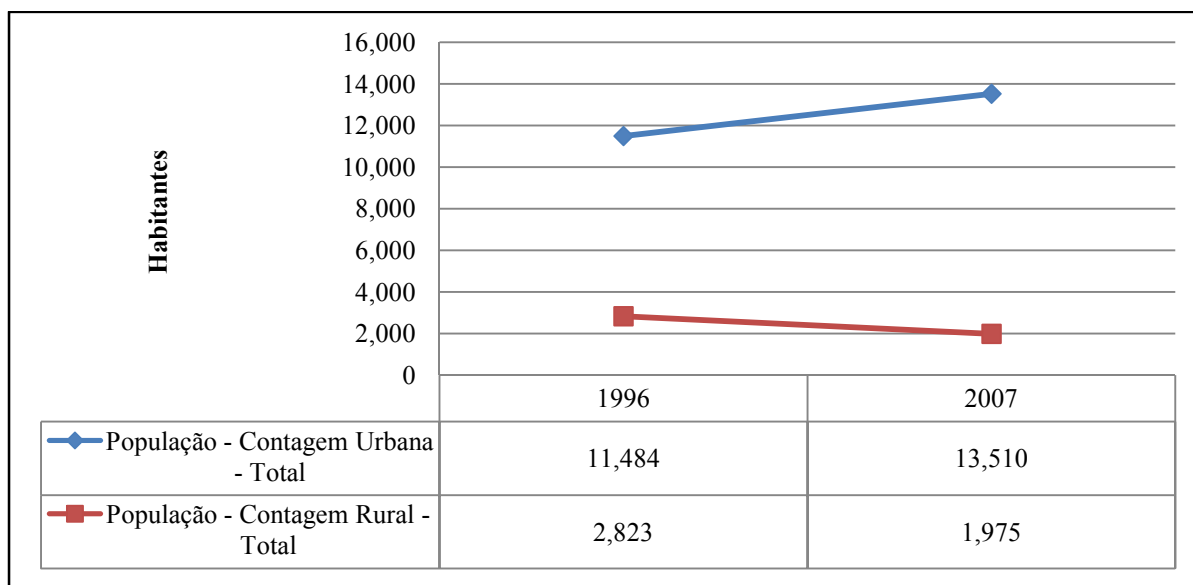


Gráfico 23 – População Urbana e Rural em Sertanópolis.

Fonte: IBGE (apud IPARDES, 2008)

Em relação ao município de Sertanópolis, no ano de 2007, este possuía 15.485 habitantes, dos quais 13.510 residiam na cidade e 1.975 na área rural. De acordo com os técnicos da EMATER, muitos produtores justificam sua partida para a cidade com a falta de escolas e de segurança no campo. As múltiplas mudanças resultaram na modificação do modo de vida inclusive dos que permaneceram no campo, pois boa parte da alimentação passou a ser adquirida no mercado, o que os lança em uma dependência monetária cada vez mais difícil de ser suprida somente com a atividade agrícola:

Antes as pessoas moravam no sítio, tinham verdura, porco, fruta essas coisas, os alimentos não tinham valor, mas a vida era melhor, hoje uma família com 20 alqueires (48 hectares) que planta milho e soja não consegue viver, os filhos tem que procurar trabalho fora (V, 2008).¹⁶

A produção agrícola regida pela lógica das *commodities*, em que a tônica é a maximização da lucratividade, “caiu como uma luva” para os agricultores capitalistas e setores que intermedeiam o agronegócio. Em Sertanópolis essa combinação cobrou um elevado tributo social, pois a especialização da produção limitou o desenvolvimento local e regional, aumentando as desigualdades sociais, transferindo para o Estado, parte do custo social desse processo.

¹⁶ Ex produtor-V

Em vez de o Estado adotar políticas que contribuíssem para fixar a população no campo, como as políticas adotadas pelos países desenvolvidos que contemplam subsídios para evitar as distorções do mercado e garantir a economia interna e a soberania alimentar do país, aqui prevalecem políticas que incentivam as lavouras de exportação nos termos apontados. Tal fator resulta na precarização do trabalho e no desemprego.

Com isso, a mediação do Estado, via intervenção no sentido de prover o mínimo indispensável à sobrevivência dos que foram excluídos dos sistemas de produção é um imperativo. Um bom exemplo é o Bolsa Família, que não promove a autonomia via inserção produtiva na sociedade, recriando apenas um círculo de miserabilidade contrário à própria cidadania.

Para se ter uma idéia, as pessoas em situação de pobreza no município de Sertanópolis, no ano de 2000, chegaram a 3042, distribuídas em 833 famílias. Esses valores referem-se à população calculada em função da renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IPARDES). Em fevereiro de 2009, o programa Bolsa Família, do governo federal, atendeu a 677 famílias.

Vale ressaltar que os valores que tais famílias recebem é risível ante o preço das locações imobiliárias, sendo praticamente impraticável o pagamento de aluguel pelo segmento atendido. Em Sertanópolis, o custo da locação chega a ser mais caro que o praticado em Londrina, resultado da concentração de imóveis. Isso em uma lógica profundamente articulada ao auferimento de recursos provenientes do campo, uma vez que uma das formas de investimento utilizada pelos agricultores capitalistas e pelos comerciantes é justamente a compra de imóveis urbanos para locação.

Esse modelo de crescimento econômico tem proporcionado o aumento das desigualdades, uma vez que quanto mais concentrada a agricultura e, conseqüentemente, a riqueza, maior o custo de vida da população residente na cidade e menor a possibilidade de desenvolver a economia local.

Embora a expansão da lógica de produção de monocultura tenha implicado na criação de alguns postos de trabalhos, cada vez mais específicos, grande parte dos trabalhadores foi excluída do sistema de produção. Tais trabalhadores acabaram procurando ocupações nas cidades médias e grandes. Poucos continuam vinculados ao campo, na condição de bóias-frias e, menos ainda, na condição de assentados, já que a política de reforma agrária não tem conseguido sequer compensar o fluxo de eliminação de estabelecimentos e postos de trabalho agrícolas.

Eis a razão pela qual, após a década de 1990, houve aumento da quantidade de transferências governamentais via ações assistencialistas, ao mesmo tempo em que ocorreu a redução do rendimento proveniente do trabalho nesse município (gráfico 24).

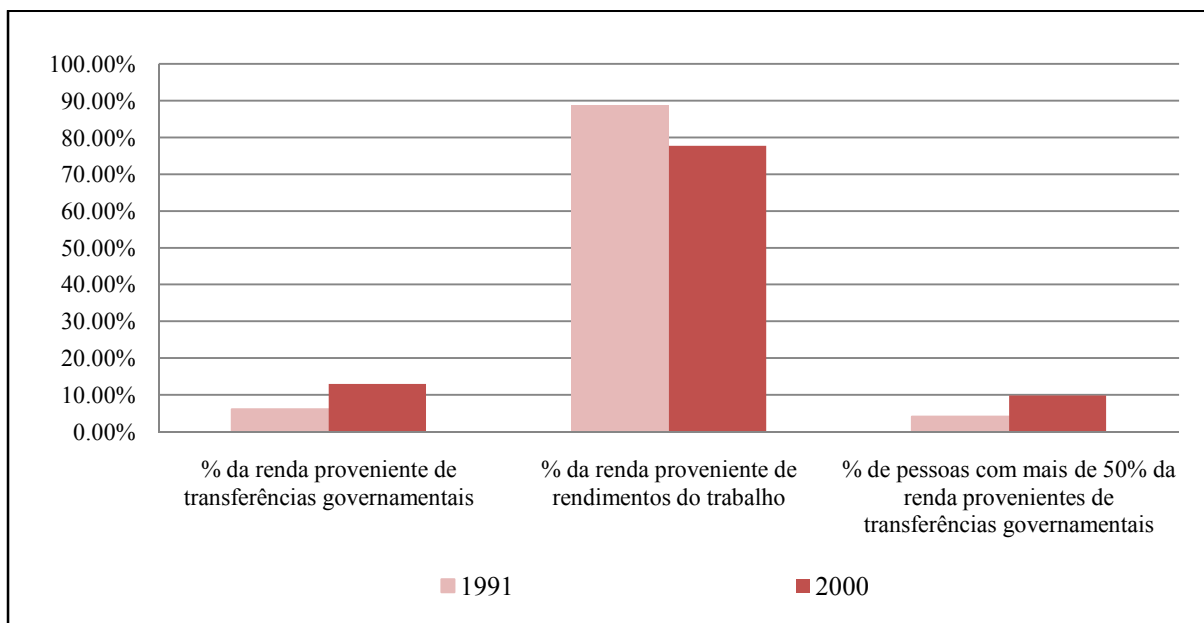


Gráfico 24 – Indicadores de composição de renda em Sertanópolis.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (apud CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008).

Os dados acima permitem a afirmação de que existiram fatores decisivos tanto para redução de empregos, quanto para a precarização do trabalho- que juntas explicam a queda da participação deste na renda da população de Sertanópolis. Entre tais fatores estão: o desvirtuamento da política agrícola; o aumento da concentração da terra no município; a liberalização do mercado e o aumento das importações de alimentos. Ou seja, a expansão do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, notoriamente mais incluída, como demonstraram os dados anteriores:

Hoje em dia é tudo mecanizado não sei por que nossos governantes eles autorizam todos esses mecanismos se para facilitar, agilizar, mas não estão pensando no desemprego. O pessoal que tá ficando desempregado se não tiver qualificação não tem emprego, aquele coitadinho que tá na roça que perde o emprego e vem para a cidade não tem qualificação nenhuma (SR, 2009) ¹⁷.

¹⁷Representante do Sindicato dos trabalhadores rurais de Sertanópolis

Em Sertanópolis, os postos de trabalho gerados pelo setor agropecuário, voltados à produção de cereais, somados aos da indústria de transformação, apresentaram a maior concentração das vagas de emprego temporário, coincidindo com o período de safra. Esse fenômeno pode ser verificado nas revendas, nas cooperativas e nas empresas envolvidas com a terceirização dos serviços de colheita mecanizada.

Sendo assim, embora o período de colheitas represente um aumento na movimentação do comércio local, os empregos gerados são precários e temporários. Tal realidade não é exclusiva do município, mas de todos os que foram atingidos pela lógica monocultora fundada na mecanização/quimificação e apresentaram como consequência o êxodo rural.

Nesse aspecto, poder-se-ia afirmar que Sertanópolis é um dos municípios pouco penalizados, pois apesar do êxodo rural, os empregos gerados pela indústria de transformação¹⁸, e pelo setor têxtil¹⁹ contribuíram para fixar uma parte da população na cidade, Sertanópolis apresenta um comércio mais desenvolvido do que os municípios vizinhos, fator que inclusive tem atraído pessoas da região a procura de empregos.

Eis a razão pela qual, apesar da intensa mobilização campo-cidade vinculada às mudanças relatadas, não tem havido perdas populacionais significativas em termos absolutos, realidade presente em boa parte dos municípios do Paraná, para não dizer do país.

Em termos gerais, o êxodo rural e o decréscimo populacional dos municípios colaboram para a redução das arrecadações municipais, pois uma das transferências governamentais, o FPM (fundo de participações dos municípios) usa como um dos indicativos no cálculo do valor repassado às prefeituras o número de habitantes do município.

Em Sertanópolis, de acordo com informações da prefeitura, esse fundo representa 33% da receita. Isso significa que quanto maior a amplitude do agronegócio e sua lógica poupadora de mão-de-obra, maior a repulsão populacional. Conseqüentemente, menores serão os recursos repassados para o município.

De acordo com Moura (2003), na década de 1970, no estado do Paraná, o crescimento da maior parte dos municípios esteve associado à sustentação assegurada pelo campo, por meio da agropecuária em expansão.

Contudo, depois desse período ocorreu uma diminuição da densidade demográfica no campo. Reflexo do processo de produção e do período de troca de lavouras permanentes por

¹⁸ Moinho Globo e ao Moinho LCA empregam de forma direta 280 pessoas e de forma indireta 500 pessoas, esses valores são representativos para um município de 15.000 habitantes (KRUGER, 2008).

¹⁹ Sertanópolis possui duas fabricas de camisa e uma de jeans, importantes para geração de empregos no município.

temporárias, ou seja, da substituição do café, do algodão e demais culturas que demandavam maior quantidade de mão-de-obra pelas lavouras de soja, milho e trigo.

Isso repercutiu no crescimento das cidades, o qual não foi acompanhado, na maioria das vezes, pela infraestrutura necessária, tal como moradias em locais adequados, saneamento básico, entre outros, agravando os problemas socioambientais dos centros urbanos.

Em Sertanópolis outro fator que merece destaque, refere-se à intensificação da divisão do trabalho, através da prestação de serviços especializados de colheita de grãos em outras regiões. Esse processo é responsável pelo deslocamento de mais de 500 pessoas no período de safra para outras regiões, sobretudo para as fronteiras agrícolas.

Em função de tal atividade, é gerada uma demanda por empregados no município, haja vista a necessidade de manutenção e reparos de maquinários agrícolas, transporte, vendas de peças e mesmo de contratação de operadores para trabalhar com o referido maquinário. Esses operadores de máquinas são contratados para trabalhar no período de safra, sendo mais comum o deslocamento para Mato Grosso, Goiás, Bahia e, mais recentemente, para o Piauí e Maranhão. Conforme uma empresa de contabilidade, normalmente, o contrato de trabalho é temporário e compreende um período de 30 dias, pelo qual é acertado o pagamento de um salário mínimo mensal e, em separado, o empregador paga comissão sobre os serviços prestados.

Essa modalidade de prestação de serviço envolve contratantes que podem ser desde pessoas físicas, proprietárias de alguns equipamentos, até empresas consolidadas, cujo parque de máquinas é respeitável. Estas são, aliás, as procuradas por grandes grupos econômicos envolvidos com a produção de grãos, como é o caso do grupo MAEDA, com sede em Itumbiara, Goiás que atua na produção de algodão e de grãos.

Não resta dúvida de que foi a especialização do processo produtivo, o fracionamento das atividades de produção e o aumento da divisão do trabalho que abriram espaço para que serviços como esses se desenvolvessem. Foi verificado através de dados do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que esse município contava com 291 colheitadeiras em 1999/2000, passando para 650 colheitadeiras em 2007. Fato que evidencia a expansão da prestação de serviço no município, até porque no período anterior as lavouras temporárias já estavam consolidadas, não havendo, pois, área expansível capaz de comportar tal incremento de máquinas.

Quanto aos rendimentos obtidos pelos operadores de máquinas, embora a referência seja um salário mínimo mensal, em decorrência do pagamento de porcentagem sobre a área

colhida, nos foi dito que os ganhos são compensadores, “em um período de 60 dias chega a ganhar R\$7.000,00, se você trabalhasse em outra coisa demoraria mais de um ano para obter esse rendimento”²⁰. Entretanto, de acordo com as entrevistas realizadas no trabalho de campo, a prestação de serviços terceirizados já chegou a proporcionar maior remuneração. Atualmente devido ao acréscimo da concorrência entre os prestadores de serviço, o salário tem decrescido, ainda assim, os trabalhadores prestadores de serviço consideram esta uma atividade atrativa.

Por sua vez, a concorrência em tal atividade também ocasiona um rebaixamento dos preços, notado pelas empresas prestadoras de serviço, algumas das quais reduziram sua frota de máquinas e passaram a atuar também na comercialização de máquinas.

Ao lado do nicho de mercado de terceirização de serviços especializados, no município também há o trabalhador volante (diaristas não residentes), contratado por “gatos”²¹ para igualmente atuar em outras regiões: “os trabalhadores se deslocam para Minas Gerais para a colheita de café por um período de 2 a 3 meses, de forma irregular, têm anos que saem de 2 a 3 ônibus”²².

A precarização, nesses termos, somente foi possível graças à divisão do trabalho ao limite, na qual muitos passaram a se deslocar em busca de colocações que eventualmente surgem durante a safra. Porém, em períodos de entressafra o Estado é chamado a atuar, via transferências de recursos públicos, para prover o mínimo necessário à sobrevivência desses trabalhadores.

Confirmando o que aponta Elias (2007), nos períodos de safra é possível distinguir com maior nitidez a especialização das cidades do agronegócio, a sazonalidade de empregos é uma das marcas do mercado de trabalho em Sertanópolis, pois ocasiona uma oferta similar de contratações e de desligamentos dentro do mesmo ano, quando a última não prevalece. Isso é o que foi verificado em 2006, ano em que os desligamentos ultrapassaram às contratações (gráfico 25).

²⁰ Operador de maquinas-V.V.

²¹ Gato- Pessoa que intermedeia a contratação da mão-de-obra.

²² Representante do Sindicato Rural de Sertanópolis.

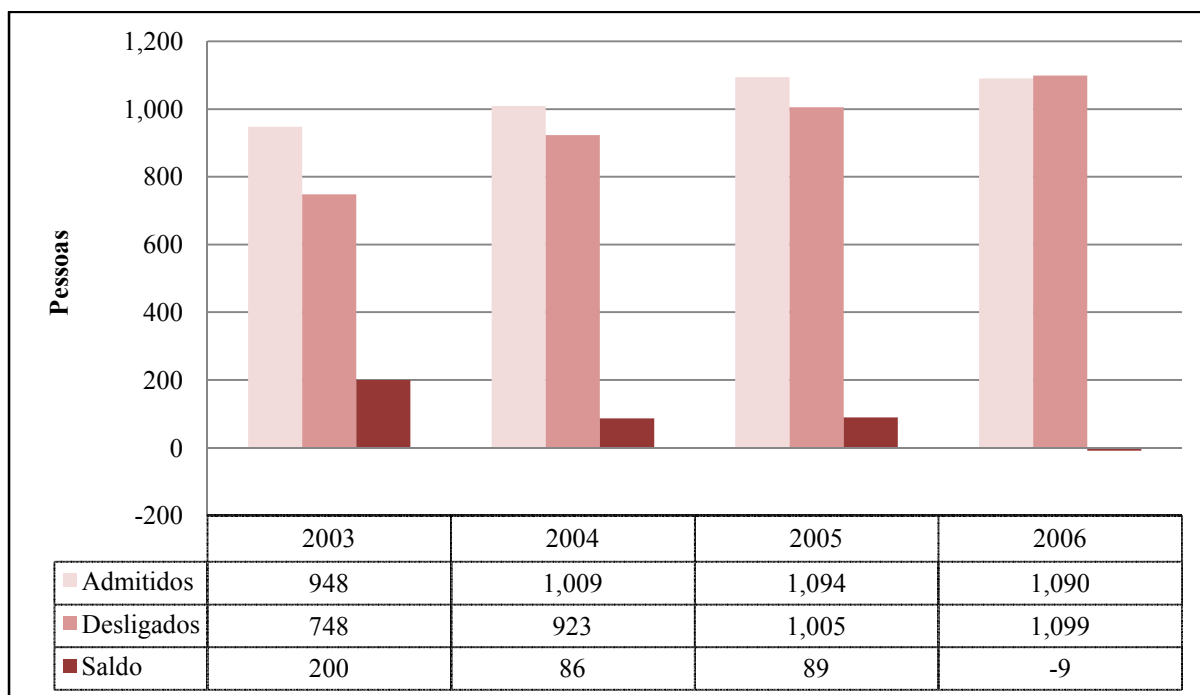


Gráfico 25 – Evolução do emprego formal em Sertanópolis de 2003 a 2006
 Fonte: Ministério do emprego e trabalho (MTE)-(apud IPARDES, 2008)

Em Sertanópolis, a contratação de muitos safristas é executada por empresas terceirizadas de serviço temporário, algumas das quais possuem sede em Londrina, como é o caso da Empresa Alternativa. A empresa contrata atualmente (2009) em torno de 60 funcionários em Sertanópolis, para a realização de serviços braçais sem qualificação específica. São “auxiliares de produção, para empresas no segmento alimentício, auxiliares de safra, para empresa do segmento agropecuário e também em obras como auxiliar de montagem”²³.

Outra empresa que realiza a contratação de safristas é a Empresa Labor de Londrina, que contratou 166 pessoas, no ano de 2008. Em 2009, até 10 de abril foi responsável pela colocação de 81 safristas para atuar em empresas agropecuárias de Sertanópolis²⁴.

Em Sertanópolis, a cooperativa e as demais empresas agrícolas, além dos empregos permanentes, contratam funcionários nas duas safras do ano, na de verão e na de inverno. Os serviços executados, nesses casos, referem-se à manutenção da infraestrutura e ao recebimento da safra durante tais períodos.

Os serviços realizados começam com a amostragem de grãos (soja, milho e trigo), posteriormente ocorre a classificação, descarga, pré-limpeza, limpeza e secagem dos cereais.

²³ Empresa Alternativa – informação prestada pelo encarregado.

²⁴ Labor- informação prestada pelo encarregado.

O tempo de contratação varia entre 30 e 60 dias, dependendo do desenvolvimento das lavouras e da época de colheita de grãos.

Além desse tipo de contratação, quando as empresas agropecuárias necessitam de trabalhadores diaristas recorrem ao sindicato dos Trabalhadores de movimentação de mercadorias, no período de safra. Dessa forma, algumas pessoas conseguem se inserir no mercado de trabalho. Geralmente, é realizada a contratação de trabalhadores informais, ou seja, bóias-frias para auxiliarem nas propriedades agrícolas com os tratos culturais (em serviços de semeadura, na época do controle de plantas daninhas e também na época de colheita) ou para o serviço de sacaria (carregamento e descarregamento de insumos de produção). O cultivo de cereais ocorre em um período de 4 a 5 meses, no qual o trabalho necessário, é reduzido.

De maneira geral, em Sertanópolis, o setor que ofertou a maior quantidade de empregos, no ano de 2006, foi o de serviços, seguido pelo comércio e pela indústria de transformação. Em relação aos empregos formais, a atividade agropecuária foi responsável por 13% das ofertas de emprego naquele ano.

O município possui várias empresas do agronegócio, contabilizando 171 empresas do ramo, dentre as quais 11 destacam-se pelo tamanho e envergadura do negócio. São elas a cooperativa agropecuária Corol, Seara, Agro 100, Nutrifarm, Nutri 100, Bela Agrícola, Produza, Mineiro, Sertagro, Plantbras e Vilela. Dentre estas, 4 empresas atuam com a comercialização de grãos, e outras 4 com a venda de peças. O município é uma referência na venda de peças e de colheitadeiras na região (foto 7).



Foto 7 – Foto aérea de Sertanópolis, 2006
 Fonte: Museu Sertanópolis

Para efeito de visualização, as construções estão numeradas, a saber:

- 1-Estrutura Industrial da LCA (do lado direito é visualizado os silos para armazenamento e estocagem de grãos.);
- 2-Estrutura da Cooperativa COROL;
- 3-Parte da estrutura da Bela Agrícola em Sertanópolis (até ano de 2008 era ocupada pela cooperativa COROL, esta infraestrutura foi arrendada da cooperativa (CAMAS);
- 4-Estrutura de armazenamento da empresa Seara;
- 5-Moinho Globo;
- 6-Estrutura de armazenamento de grãos do Moinho Globo;
- 7-Barbiere Agrícola (prestadora de serviços terceirizados, compra, venda e transporte de máquinas agrícolas);
- 8-Agrícola Torrezan (prestadora de serviços terceirizados de colheita);
- 9-Galpões de armazenamento Pedro Favoretto (grande proprietário do município).

A espacialização das empresas (foto 07) demonstra que Sertanópolis é uma das cidades do agronegócio, nos termos indicados por Elias (2007). Devido à especialização na

prestação de serviços para a agricultura, em função de serviços terceirizados, nesse município há um setor de serviços mecânicos bem estruturado. A indústria metalúrgica emprega 37 pessoas, a mecânica 13 pessoas e os empregos referentes a serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, somou um montante de 811 pessoas, no ano de 2006 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO apud IPARDES, 2008).

Em função da intensificação da influência das empresas do agronegócio e da expansão de monoculturas, as transformações no mercado de trabalho agrícola estão ocorrendo com maior intensidade. Na cidade, a própria movimentação do comércio ocorre em função das safras agrícolas. De acordo com comerciantes de farmácias, mercados e lojas, muitos agricultores e prestadores de serviços terceirizados de colheita realizam o pagamento de suas contas na época da safra, ou quando ocorre a liberação do financiamento agrícola.

O auge da movimentação financeira ocorre na safra, mas as dívidas muitas vezes são contraídas ao longo do ano, segundo uma comerciante “os (grandes) agricultores quando recebem vão comprar fora, aqui compra o pessoal da cidade, das confecções, professoras, das fábricas e da prefeitura”²⁵.

Para a manutenção do comércio, as atividades desenvolvidas pelo setor secundário e terciário apresentam maior relevância. Os comerciantes da cidade foram unânimes em afirmar que a população de melhor poder aquisitivo (os grandes agricultores) realizam casualmente suas compras nas lojas de Sertanópolis. Ou seja, para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da economia interna do município eles pouco contribuem:

Os grandes agricultores vivem em Londrina, aqui na loja 50% das vendas são feitas para o pessoal que presta serviço terceirizado, há 18 anos o que mantinha eram os sitiantes, de 7 a 8 anos para cá já caiu bem mudou chega a uns 20%, os maiores produtores compram tudo fora, aqui fechou a Caixa Econômica, abriu a circular²⁶, muitas pessoas começaram a comprar fora, o bóia fria compra pois têm menos tempo e não têm como ir longe (E ,2008).²⁷

Diante desse contexto, como forma de sobreviver comercialmente, é comum as lojas ao receberem novidades, como roupas, enviarem-nas para os clientes potenciais em suas casas, para que estes as provem. Muitas vendas são realizadas sem nenhuma burocracia. Contudo, o valor dos produtos é muito superior ao praticado nos médios e grandes centros.

²⁵ Comerciante. E.(N).

²⁶ Circular- refere-se a linha de ônibus entre Sertanópolis e Ibiporã.

²⁷ Comerciante. E.(M D).

Um dos problemas enfrentados pelos comerciantes é a inadimplência. Eles relatam que os clientes tradicionais estão perdendo o pudor de comprar e não pagar. Segundo uma comerciante, quando a pessoa trabalha com prestação de serviços terceirizados de colheita mecânica “se empolga demais na hora da compra”²⁸. Também constatamos que é prática realizar a compra antecipadamente e efetuar o pagamento após a safra. Situações desse tipo podem gerar problemas principalmente se considerarmos que os rendimentos provenientes da safra oscilam de acordo com a cotação das *commodities*.

Na agricultura, o aumento dos preços ao produtor fomenta a demanda por bens de consumo duráveis, contribuindo para o aquecimento do comércio, contudo trata-se de uma demanda instável, posto que a oscilação da produção e da cotação dos preços a afeta diretamente.

Essa situação torna-se perceptível em relação à terceirização de serviços, pois os rendimentos obtidos pelos prestadores de serviços terceirizados com a colheita de grãos estão vinculados a uma porcentagem da colheita ou são pré-fixados em sacos de soja por hectare/alqueire. Dessa forma, os rendimentos da atividade são atrelados à cotação de preço das *commodities*, como se pode inferir do fragmento da entrevista transcrito a seguir: “Em 2003, eu consegui fazer R\$ 54.000,00 por máquina, em 2004, R\$ 23.000,00, em 2005, R\$13.500,00 reais, no Mato Grosso, a gente recebe 6% da produção, aqui 6 sacos, têm gente colhendo até por 4 sacos”²⁹.

A queda observada no montante financeiro obtido pelo prestador de serviços está vinculada à queda de preços do produto no referido período. Sendo assim, a lucratividade do serviço depende do preço do produto na hora da comercialização e da produtividade da área colhida.

De forma geral, apesar do aumento da concorrência e instabilidade dos preços agrícolas, os prestadores desse tipo de serviço consideram que esse ainda é um ramo de serviço atraente na agricultura, a despeito da queda da lucratividade.

Em suma, a tecnificação associada à produção de *commodities* em Sertanópolis acirrou o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, contribuindo para a especialização do processo de produção e ocasionando novas divisões do trabalho.

Além da já mencionada redução da oferta de empregos e do aumento das desigualdades, outro impacto diz respeito à intensificação da especulação fundiária, que tem

²⁸ Palavras textuais da comerciante M.A.

²⁹ Prestador de serviços e pequeno agricultor. A.P.

ocorrido no mesmo ritmo do aumento do preço de *commodities*. Vejamos os levantamentos realizados pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) (gráfico 26).

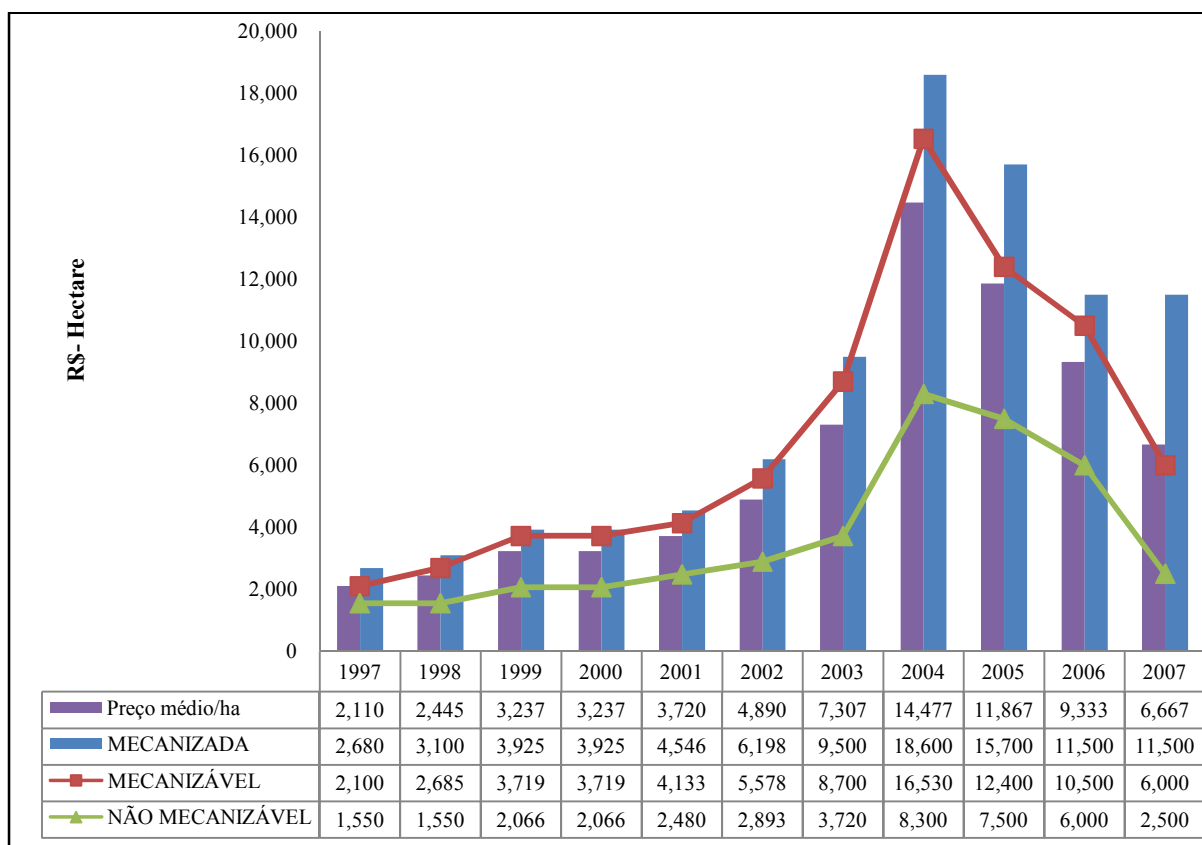


Gráfico 26 – Preço de terras agrícolas em Sertanópolis.

Fonte: SEAB (PARANA, 2008)

Em Sertanópolis, a oscilação do preço da terra está correlacionada ao preço da soja, que é o produto definido como indexador. Atualmente, a referência média nos negócios fundiários são 1200 sacas de soja por alqueire, tais preços podem ser majorados ou deprimidos de acordo com as características da propriedade, tais como tipo de solo, declividade e benfeitorias.

Os preços das terras indicados pela SEAB refletem uma tendência e não os preços exatos praticados no mercado, até porque o valor corrente do alqueire está entre R\$ 45.000,00 e R\$ 60.000,00 mil reais. Na, cidade, não é somente o preço de terras que varia de acordo a oscilação das *commodities*, o próprio valor de casas e terrenos segue a mesma lógica, sendo comuns os negócios imobiliários urbanos igualmente serem parametrizados por quantidade de

sacas de soja. O preço de alugueis geralmente leva como parâmetro o valor do salário mínimo.

Coerente com o curso de preço das *commodities*, a partir do ano de 2001, a cidade sofreu uma valorização no preço de terras e de casas, coincidindo com o aumento da cotação da soja (gráfico 27).

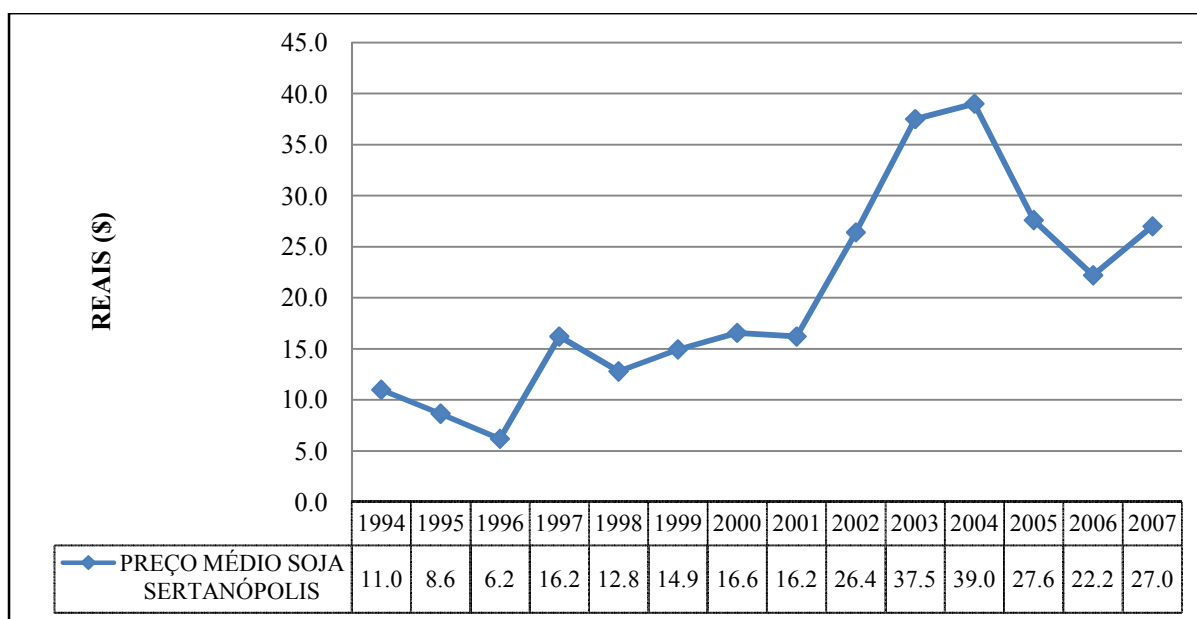


Gráfico 27 – Preço médio da soja em Sertanópolis.

Fonte: IBGE (apud IPARDES, 2008).

A dinâmica do comércio da cidade sofreu influência direta da cotação das *commodities*, pois quando ocorreu elevação no preço destas, aumentou a disponibilidade de dinheiro nas mãos dos produtores rurais e dos prestadores de serviços, o consumo cresceu, e os imóveis se valorizaram, provocando a concentração de renda nas mãos dos grupos hegemônicos.

Nesse ponto é possível fazer uma análise e verificar que o aumento da demanda externa e do poder das empresas que controlam o agronegócio, atrelados às políticas agrícolas internas de cunho concentrador, proporcionou o aumento da renda e da concentração de riquezas, favorecendo a concentração de fundiária, ampliando as desigualdades sociais e fragilizando a soberania alimentar do país, cujos reflexos são passíveis de serem observados no custo de reprodução da força de trabalho.

Isso teve reflexos para a indústria, pois em decorrência do alto custo de vida no município, os salários pagos não são suficientes para garantir o mínimo indispensável para a

sobrevivência dos trabalhadores, o que inclui acesso à moradia. Em face da concentração de riquezas auferidas no agronegócio, em Sertanópolis o mercado imobiliário tornou-se uma forma privilegiada de investimento, daí a especulação verificada inclusive no aumento do preço das locações. Esse foi, um fator impeditivo à moradia por parte dos trabalhadores assalariados.

Para atenuar esse problema, o Estado foi requisitado, viabilizando a construção de um empreendimento imobiliário em parceria com a indústria. Esse foi o caso da LCA, que comprou um terreno e mediu junto à Caixa Econômica Federal o financiamento para construção de 90 casas populares, com dimensão variando entre 44 e 52m². Estas foram repassadas exclusivamente para funcionários que pagavam aluguel, tendo a LCA como avalizadora. Essa experiência vem sendo estudada por outras empresas que não descartam a possibilidade de implantar projetos semelhantes, como forma de conciliar baixos salários com moradias caras.

Com a entrega das chaves dessas casas, muitas que estavam locadas foram entregues, porém o aumento da disponibilidade de imóveis não representou uma redução no valor das locações. Isso demonstra que os benefícios ficaram restritos ao moinho e aos empregados atendidos pelo projeto. Ou seja, não se contempla a problemática da moradia como um todo, embora os recursos para tanto tenham sido provenientes do Estado.

Trata-se, pois, de soluções pontuais, que não garantem o desenvolvimento no município, antes mascaram os problemas e aliviam as tensões, não interferindo nos problemas estruturais, ou seja, na concentração da terra, nos oligopólios e no controle externo de inúmeros agentes do agronegócio.

A concentração da terra, de máquinas, equipamentos e infraestrutura para atender ao agronegócio fundado na especialização produtiva tornaram a agricultura, e por extensão a cidade, cada vez mais dependente da lógica do mercado regido por forças descoladas dos problemas locais:

Essas forças externas têm sua própria lógica, que é interna às instituições e às empresas interessadas, mas externa em relação aos países a que pertencem. As instituições e empresas que impõem inovações técnicas ou organizacionais têm um objetivo comum- a acumulação de capital (SANTOS, 2005, p. 45-46).

Conforme Santos (2005), cabe ao Estado o custo para prover a infraestrutura necessária, e o subsídio às atividades modernas. Em um primeiro momento este passa a atuar

para estabelecer as condições propícias ao crescimento econômico de determinados agentes e empresas. Já em um segundo momento, devido à desestruturação da economia interna local, cabe ao Estado realizar os repasses governamentais para aliviar as tensões sociais e os desajustes associados a tal crescimento econômico.

A economia local dependente do agronegócio, tornou-se vulnerável às oscilações de mercado e às intempéries climáticas, fatores esses que acabaram por interferir nas arrecadações municipais, reduzindo a capacidade de investimento das Prefeituras e do estado. Em Sertanópolis, o produto interno bruto do setor agropecuário apresentou decréscimo (gráfico 28).

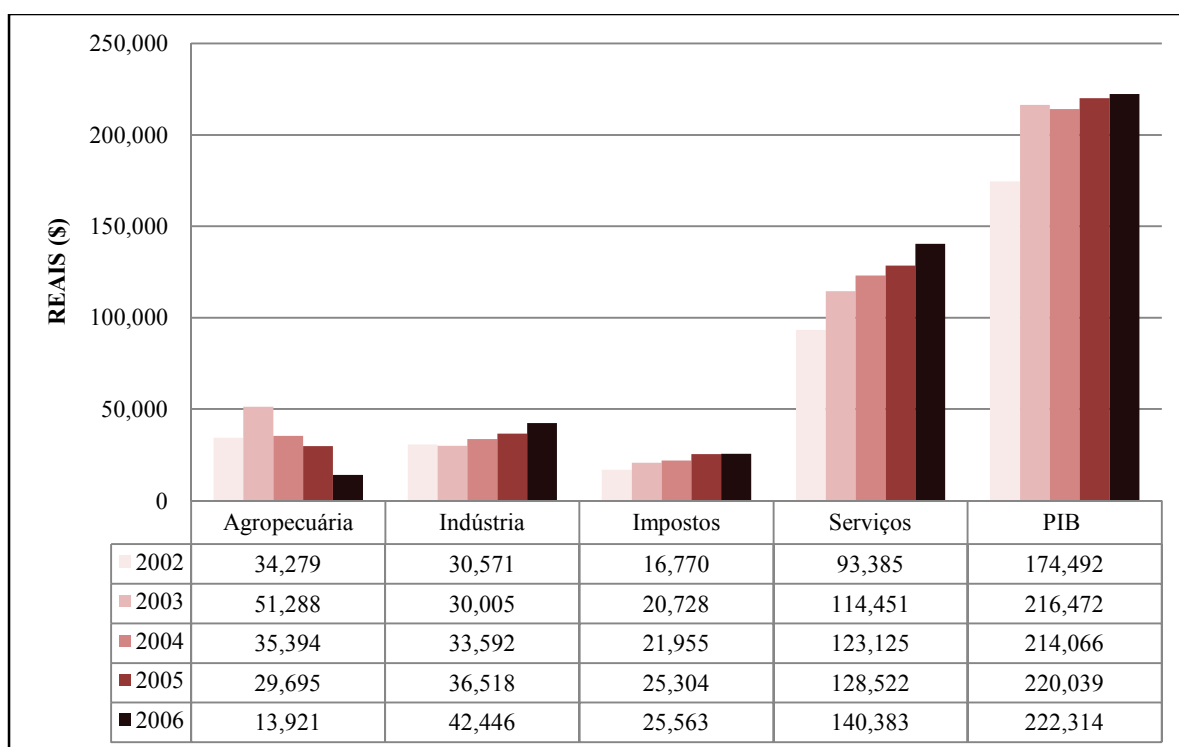


Gráfico 28 – Produto interno bruto de Sertanópolis.

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios. (2008)

O desempenho do PIB agropecuário esteve intimamente atrelado às condições de produção e de preços da soja. No ano de 2003, as condições climáticas favoreceram a produção agrícola, resultando em um rendimento médio da soja de 2758 kg/hectare. O preço médio da soja naquele ano foi de R\$ 37,50, fator que contribuiu para elevar o PIB agropecuário do município, que representou 23,69% do PIB. Em 2004, o seu rendimento médio foi de 1798 kg/hectare e o preço de R\$39,00, refletindo-se na redução do PIB, que

recuou para 16,53%. Os anos de 2005 e 2006 apresentaram baixa produção e preço, período em que o PIB agropecuário recuou para 13,50% e 6,26%, respectivamente, do PIB total.

Cumprе salientar que a redução da arrecadação do PIB agropecuário não significou a redução da importância da agricultura para o município, que continua tendo nesse setor de atividade uma contribuição fundamental. Ademais, os empresários do setor agrícola são os que possuem, em grande medida, o maior montante da renda monetária que movimenta o comércio local. Desse modo, havendo crises de preços, conseqüentemente, existe reflexos na cidade, nos níveis de arrecadação e de emprego. Por sua vez, isso redundou em aprofundamento da concentração de riqueza em favor dos médios, grandes agricultores e das empresas agropecuárias, pois nos momentos de crise os mais fragilizados têm de dispor de seus bens, seja imóveis ou mesmo terra e são eles os compradores potenciais.

Em Sertanópolis, foi verificado um processo de especialização produtiva baseado no cultivo da soja articulado às lavouras de inverno, trigo e principalmente de milho safrinha, com a conseqüente redução da produção de alimentos, como arroz, feijão, mandioca e outros. A prevalência da monocultura aprofundou a divisão do trabalho, concentrou o mercado imobiliário do município e aumentou a dependência em relação às empresas do agronegócio, aumentando as diferenças no campo e a cidade.

A compreensão da dinâmica complexa que engloba o agronegócio, e do reflexo deste sobre as cidades faz-se necessária para repensar o modelo de sociedade em curso. A partir daí é possível apontar as fragilidades como forma de se pensar alternativas que possam minimizar a instabilidade e promover outras dinâmicas que garantam a soberania alimentar e fortaleçam o desenvolvimento local, diminuindo a desigualdade e o aumento da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas a agricultura passou por um processo de especialização, no qual duas variáveis, o aumento da escala da produção e da produtividade, esteve articulado à consolidação de ações monopolistas no âmbito da produção e comercialização de insumos e bens produtivos indispensáveis à produção, bem como no âmbito da comercialização das colheitas.

A combinação dessas variáveis é a melhor expressão do estágio atual do que denominamos tecnificação, da qual são indissociáveis os problemas de exacerbação da concentração fundiária e da expulsão de camponeses, aumentando a problemática rural e urbana, em face da correspondência entre êxodo rural e agravamento dos problemas socioambientais nas cidades.

A pesquisa demonstrou que o advento da mecanização possibilitou aos grandes proprietários explorarem a totalidade de suas terras sem a necessidade de recorrer à força de trabalho intensiva. Com isso, o acesso à terra nas formas tradicionais de arrendamento e parceria foi substituído, quando muito, pela ampliação dos arrendamentos capitalistas, paralelamente à emergência da modalidade dos empregos temporários, seja na forma de bóias-frias ou de safristas.

No estado do Paraná foi verificado que entre os anos de 1970 e 1996 desapareceram 184.613 estabelecimentos, dos quais mais de 2/3 estavam constituídos sob o regime de parceria ou de arrendamento. Esta é uma das evidências do processo de concentração do uso do solo e de exclusão de pequenos produtores que, predominantemente, tinham sob controle áreas com até 10 hectares.

Na década de 1980 ampliaram-se os conflitos pela terra em virtude de alterações no sistema de produção, momento em que a expansão de fronteiras agrícolas e o processo migratório campo-cidade ganharam maior abrangência e mobilizaram pessoas e porções de terra em proporções antes não vistas.

Cabe ressaltar que esse conjunto de mudanças não teria sido possível sem a participação do Estado, que concedeu abundantes subsídios via crédito agrícola. Isso resultou na expansão do capitalismo no campo e na ampliação da divisão do trabalho.

Na década de 1990, a liberação e abertura do mercado, aliada a políticas agrícolas que privilegiaram grandes produtores, concomitantemente ao aumento do processo de agroindustrialização e da expansão da produção de agroexportação, favoreceram a ampliação da tecnificação e, com ela, a consolidação do agronegócio, ocasionando uma redução na área de plantio dos produtos da cesta básica.

O Estado adotou políticas agrícolas que deram suporte ao aumento da industrialização da matéria-prima e à expansão principalmente de determinados cultivos, como a soja, produto que apresenta grande demanda por parte das indústrias, além da importante demanda internacional do produto in natura. Eis a razão da rápida expansão de monocultivos, principalmente em áreas privilegiadas quanto à valorização de capital e em locais com características físicas propícias, como a fertilidade e aptidão à mecanização.

As políticas adotadas criaram um descompasso entre a produção de alimentos de consumo interno e de agroexportação, propiciando a redução da área dos produtos destinados a abastecer o mercado interno e a ampliação da área destinada a atender a demanda mundial por produtos agrícolas

Optou-se por um modelo de produção tecnificado que, em tese, aumentaria a produção de alimentos em função do acréscimo da produtividade e do aumento da produção em escala, ampliando a segurança alimentar e diminuindo o problema da fome. Porém como pode ser verificado nesse estudo, a produção de alimentos está intimamente ligada à demanda e à rentabilidade dos produtos, as quais não se definem fora dos marcos da renda média da população.

Em diversas ocasiões, o Estado atuou de forma a favorecer a importação de produtos para deprimir os preços no mercado interno, fator que prejudicou os produtores ocupados com os respectivos cultivos. Some-se a isso o fato de a política agrícola de garantia dos preços mínimos não ter se mostrado capaz de garantir o abastecimento do mercado interno.

O programa fome zero preconizou ampliar a distribuição de renda e aumentar a possibilidade de acesso aos gêneros alimentícios, via aumento de demanda. Porém, com a expansão da produção destinada ao mercado mundial e conseqüente redução das áreas destinadas ao cultivo de alimentos de consumo interno, houve elevação de preços por vezes pontuais, por vezes definitivas.

O resultado das distorções causadas pela forma de atuação do Estado, em sua indisfarçada associação aos interesses dos grupos hegemônicos direta ou indiretamente ligados aos negócios agrícolas está na redução das áreas de produção dos produtos destinados

ao mercado interno, no declínio da produção interna e no aumento da necessidade de importação de alimentos, processos correlatos à ampliação da fome, da pobreza e das desigualdades sociais.

Em 2008, de acordo com Menchen (2008), o Brasil importou feijão³⁰ da China, haja vista uma situação de preços inusitada, pois o preço deste produto típico da alimentação brasileira chegou a triplicar no mercado interno. Além do feijão, aumentou a importação de arroz, de trigo, leite, entre outros.

A abertura de mercado, relacionada ao aumento de demanda por matérias-primas e redução da atuação do governo no controle dos estoques de alimentos, propiciou o aumento de processos especulativos e conseqüentes distorções nos preços dos produtos agrícolas. Entre outros fatores, os investidores se prevaleceram diante da incerteza sobre a produção agrícola (dependente de fatores climáticos e de recursos financeiros) para especular com a cotação dos preços agrícolas.

A vinculação direta entre produtores e grandes empresas agropecuárias, em face da necessidade dos primeiros em obter insumos vinculados a financiamentos ou mesmo regulados pela prática de escambo de insumos por colheitas ampliou a margem de controle sobre o preço de venda dos insumos produtivos e das matérias primas e, com isso, a apropriação ampliada da renda da terra. Neste contexto, via de regra os agricultores tem se tornado o elo mais frágil.

Esse modelo concentrador e excludente ficou particularmente evidenciado em Sertanópolis, onde foi comprovada a especialização do sistema de produção agrícola e a redução da produção de alimentos da cesta básica de consumo.

No referido município, foi possível verificar a concentração fundiária e o aumento de médias e grandes propriedades, embora numericamente a pequena propriedade ainda seja predominante, pois a área correspondente é irrelevante ante as propriedades maiores.

Em Sertanópolis devido a concentração dos recursos financeiros e aos baixos salários pagos pelas empresas, são gerados limites para a própria permanência da população no município. Para amenizar esse problema, o moinho LCA intermediou junto à Caixa Econômica Federal a construção de casas populares para os empregados. Por sua vez, o Moinho Globo comprou um terreno e também irá realizar a construção de casas.

³⁰ Bem como de outros produtos destinados a abastecer o mercado interno.

A redução de empregos agrícolas e o aumento de desigualdades no município, manifestadas paralelamente à fragilidade do campo e da cidade perante as oscilações dos preços das *commodities* gerou o aumento da dependência por recursos estatais, tendo sido observado inclusive a diminuição da participação da renda proveniente do trabalho e do aumento das intervenções assistenciais no município. No comércio, as queixas de inadimplência são recorrentes.

Diante das problemáticas expostas no trabalho ficou evidenciada a importância da produção diversificada e da soberania alimentar para promover a estabilidade na produção de alimentos e estimular o desenvolvimento sustentável no campo e na cidade. Esse modelo de produção voltado para a agroexportação gera riquezas concentradas e a ampliação da pobreza, juntamente aos danos ambientais.

Cabe salientar que outros elementos mereciam ser abordados com maior profundidade, porém pela amplitude da pesquisa e escassez de tempo tivemos que nos limitar aos contornos aqui apresentados, ficando lacunas passíveis de converterem-se em novas pesquisas, tais como:

- ✓ Um estudo comparativo entre municípios com produções diversificadas e com produções de monocultivos;
- ✓ Estudo sobre os interstícios da relação produtores e empresas agropecuárias, no que diz respeito aos contratos de financiamento e posterior pagamento;
- ✓ Uma análise sobre a dinâmica e alocação territorial das empresas e cooperativas agropecuárias.

Enfim, a complexidade da agricultura no interior do paradigma da tecnificação é ímpar, o que reafirma a necessidade de pesquisas que auxiliem a compreender a dinâmica de produção e os respectivos reflexos socioambientais no campo e na cidade, como forma de vislumbrar possíveis caminhos para corrigir as distorções dessa lógica de produzir no campo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**. V. 25, Nos 49-50, 1995, p. 3-13.
- ANDREATA, Gilka M. **Valor bruto da produção agropecuária paranaense de 2005**. Curitiba: SEAB, 2007.
- ARAUJO, Paulo F. C. et al. **Uma descrição dos mercados financeiros formais e informais na agricultura brasileira**. Piracicaba: USP/FEALQ/MEFP, 1991. 37p. (Relatório de resultados, n. 8)
- BACHA, Carlos José Caetano. Uma abordagem alternativa na interpretação da substituição dos colonos pelos trabalhadores assalariados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPEC, 1989. v. 2.
- BRAGUETTO, Cláudio Roberto. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BREPOHL, Marionilde Dias. **Arrendantes e arrendatários no contexto da soja região de Cascavel: Paraná – 1960-1980**. 1982. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná Estadual, Curitiba.
- BULHÕES, Ronaldo. **Limites e possibilidades para a expansão da cultura da soja no Paraná**. 2007. Tese (Doutoramento em Economia Aplicada - Área de Concentração Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CARVALHO, Manuel Faustino de. **Os Pioneiros anônimos**. Londrina: STARTGRAF, 2002.
- CASTRO, Diego et al. **O comércio e o meio ambiente—as diversas faces do binômio**. 2003. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/comercio_e_meio_amb.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2008.
- CHONCHOL, Jacques. **A soberania alimentar**. *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.55, p. 33-48.
- CLAVAL, Paul. Geografia econômica e economia. **Geotextos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2005.
- COAGEL – Cooperativa Agroindustrial. **Coamo firma parceria de arrendamento com a Coagel**. 30 abr. 2009. Disponível em: <http://www.coagel.com.br/arquivos/noticias/coagel_firma/coagel_firma.htm>. Acesso em: 1 jun. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Banco de dados**. Disponível em <<http://www.cnm.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2008.

CRISE de preços aumenta inadimplência no campo. **O estado de São Paulo**, São Paulo, Caderno A, p. 2.18 jun. 1995.

DELGADO, G. C.; CONCEICAO, J. M. Política de preços agrícolas e estoques de alimentos: origens, situação atual e perspectivas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 108, p. 25-32, 2005.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação agrícola no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 218, 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 27 set. 2007.

_____. O meio técnico-científico informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicos em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 49-66.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Tecnologias de Produção de Soja Paraná 2004**. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/producaosojaPR/SojanoBrasil.htm>> Acesso em: 28jan. 2009.

FAJARDO, Sérgio. Territorialidade corporativa no espaço rural paranaense: a ação corporativa no espaço rural paranaense: a ação de cooperativas e empresas globais do setor agroindustrial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15,2008, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geólogos Brasileiros, 2008. CDROM

FAJARDO, Sérgio; MORO, Dalton Aureo. O complexo agroindustrial e a atuação das cooperativas agrícolas no norte central do estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 18, n.1, p. 85-111, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 327-352.

FRESCA, Tania Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

HAESBART, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agrícola do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo agropecuário do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo agropecuário do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo agropecuário do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo agropecuário do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA**: banco de dados agregados. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 11 maio de 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=731971791&Tick=1212440352265&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281410842077%29&Mod=R>. Acesso em: 5 mar. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Banco de dados**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 18 out. 2008.

_____. **Relação de certificados de cadastros de imóveis**. Sertanópolis, 1989.

_____. **Relação de certificados de cadastros de imóveis**. Sertanópolis, 1995.

_____. **Relação de certificados de cadastros de imóveis**. Sertanópolis, 1999.

_____. **Relação de certificados de cadastros de imóveis**. Sertanópolis, 2003/2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER. Escritório Municipal. **Relatório realidade municipal 2007**. Sertanópolis, [2007]. (Material interno não publicado).

_____. Escritório Municipal. **Relatório realidade municipal 1999/2000**. Sertanópolis, [2000]. (Material interno não publicado).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Anuário estatístico do estado do Paraná**. 2006. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/anuario_2006/index.html>. Acesso em: 10 fev. 2008.

_____. **Arranjos produtivos e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Arranjo produtivo da mandioca da Região de Paranavaí-Loanda no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. **Base de dados do estado - BDE**. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. **Cenários da economia Paranaense 1987-1991**. Curitiba, 1987.

_____. **Cooperativas e agroindústrias: estratégias de desenvolvimento e reflexos estruturais**. Curitiba, 1985.

_____. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, 2006.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 79-94, abr./jun. 1991.

KRUGER, C. R. . Agronégocio paranaense avanços ou retrocessos. In: XII Encontro nacional de geografia, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. v. V.1.

_____. PISSINATI, M.C. ; PIEROTE, A. B. . Das tecnologias convencionais às biotecnologias: faces da agricultura brasileira e suas expressões no Paraná. **In:** III Simpósio Paranaense de Pós-graduação em Geografia, 2008, Ponta Grossa.

_____. **O desenvolvimento do agronegócio e suas implicações socioeconômicas:** o caso do município de Sertanópolis - PR. 2008. Monografia (MBA Gestão Ambiental)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LIANELLO, Rafael. Fuentes. **Caracterização da estrutura de produção agropecuária do estado do Paraná.** 1984. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós, Piracicaba.

LIBARDI, Diócles; DELGADO, Paulo. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 51-59, jan./abr.1999.

LUPI, André Lipp Pinto Basto; CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. Agricultura. **In:** BARRAL, Weber (Org.). **O Brasil e a OMC.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino americano. **In:** PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.191-212.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica . **In:** PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópoles: Vozes, 1983.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia agrícola:** princípios básicos e aplicações. Curitiba: Scienza et Labor, 1989.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio:** uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MEYER, Carolina; COSTA, Melina. Felizes para sempre? **EXAME**, São Paulo, v. 43, n. 10, p. 19-24, 3 jun. 2009.

MOINHO GLOBO. **Nossa história.** Disponível em <http://www.moinhoglobo.com.br/index_site.html>. Acesso em: set. 2008.

MOURA, Rosa. Notas sobre a rede urbana da região Sul. **In:** GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos. **Regiões e cidades, cidades nas regiões:** o desafio urbano-regional. São Paulo: ANPUR, 2003.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p.107-120, set. 2006. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr107-120.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2008.

OCEPAR - Cooperativas agropecuárias do Paraná. **Produtos e serviços**. Curitiba, 2007.

_____. **As Cooperativas e o Desenvolvimento do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, São Paulo, v; 1 n. 1, p. 26-38, 1986.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2008.

_____. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches et al. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP,1996. p. 465-467.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, v. 25, n. 49/50, p. 15-58, jul./dez. 2003.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 1995a.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4. ed. São Paulo: Ática,1995b.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. v. 1. 184 p.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. Núcleo Regional de Curitiba. **Custo e rentabilidade da soja entre as safras de 2002/2003 e 2007/2008**: dados estatísticos. Curitiba, 2008. Material não publicado.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Alimentos e mercados: uma questão geopolítica e de classes**. **Revista Formação, Presidente Prudente**, n. 14, p. 167-185, 2007a.

_____. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. **Terra Livre**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 95-114, ago.dez. 2007.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 5-20, nov. 2004. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artig_prof_eliane.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2008b.

_____. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Tecnológicas, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Paulino; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c. p. 213-238.

PEREIRA, Laércio Barbosa; LUGNANI, Antônio Carlos. Novos rumos da agricultura paranaense na década de 80: as modificações na composição da produção e suas principais causas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17., 1989, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPEC, 1989. v. 2.

PINTO, Luís Carlos Guedes. Política agrária em Brasil: reflexiones sobre uma experiência inoperante. In: REYDON, Bastiaan P.; RAMOS, Pedro, (Org.). **Mercado y políticas de tierras**. São Paulo: UNICAMP, 1996. p. 287-326.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Geografia da riqueza da fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso de recursos naturais. **Interthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1-55, jan./jun. 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAGGIO, Nádya Zaiczuk. **Norte novo do Paraná**: transformações no campo e a questão do acesso à terra. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Campinas, Campinas.

SANT'ANNA, André Albuquerque; FERREIRA, Francisco Marcelo Rocha. **Crédito rural**: da especulação à produção. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. v. 11, p. 1-7

SANTIAGO, M. M. D.; SILVA, V. A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 47-69, 1999. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/rea/tomo2_99/artigo3.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SANTOS, C. R. A. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. 96 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Natureza do espaço**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHEFFER, Cinthia. Norte-Americana CHS consolida parceria com a COOPERMIBRA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 set. 2008. p. 24.

SERRA, Elpídio. A colonização empresarial como estratégia de desenvolvimento rural no Paraná. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 473-494, 1995.

_____. A reforma agrária no Brasil e suas implicações sócio-econômicas. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 147-152, 1999.

SERTANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Plano diretor municipal 2006**. Sertanópolis: DRZ Consultores Associados, 2006. v. 1. CD-ROM.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências - Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós Piracicaba. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052002-091407/>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

STECCA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Eduel, 2002.

SUZUKI, J. C. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 213-223.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente a expansão dos agronegócios na América latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 39-160.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital-trabalho e o movimento sindical**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora. In: Antonio Thomaz Júnior; Marcelo Dornelis Carvalhal; Terezinha Brumatti Carvalhal. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. 1 ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006, v. 2, p. 130-167.

_____. Trabalho e território em disputas: algumas considerações. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 327-352.

_____. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona. v. 11, n. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24546.htm>. Acesso em: 22 Ago. 2008.

TYSON foods. Compra empresas no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 set. Economia, 2008. p. B20.

VEIGA, J. E.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). **Economia do meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 271-288.

WECH, Chifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. A agricultura e mercado; campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

YEE, Zung Che ; RALISCH, R. . Avaliação da política pública na gestão de recursos naturais renováveis no Estado do Paraná: impactos econômicos e ambientais. **Semina. Ciências Agrárias**, v. 28, p. 543-550, 2007.

ZANCHET, Maria Salete. **Características das ocupações na agropecuária paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/primeira_versao7_agropecuaria.pdf> Acesso em: 21 out. 2008.

ZAPALON, Mauro. Cooperativas do Paraná formam consórcio para ter insumos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Dinheiro, p. B12, 9 set.2008a.

_____. Gigantes dos EUA mira cooperativa do PR. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Dinheiro, p. B17, 2 set.2008b.

ZOTARELLI Antonio; LUGNANI Antonio Carlos. O complexo agroindustrial da soja no Paraná: um estudo comparativo com o centro-oeste do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 101, p. 33-51, jul./dez. 2001.